



Palmas para Pinheiro de Azevedo no Aeroporto de Santa Catarina

PRIMEIRO-MINISTRO NO FUNCHAL

Em vez do P.P.D. uma bomba

FUNCHAL, 20 — Um petardo de fraca potência rebentou ontem no caminho de Pinheiro de Azevedo. A explosão verificou-se várias dezenas de metros à frente do carro que abria o cortejo, uma viatura militar, e não causou quaisquer prejuízos. A pronta alteração do itinerário viria a «poupar» o Primeiro-Ministro (soube-se depois) de um percurso de seis quilómetros com inscrições no asfalto: «Flama-Independência», «Flama-Independência».

O engenho rebentou cerca de 200 metros antes da ponte do Porto Novo, destruindo parte de um muro cujas pedras, soltas, foram projectadas para a estrada.

Apesar da estrada ter continuado transitável, medidas de precaução aconselharam alterações no percurso: o cortejo recuou até à bifurcação de Gaula com a estrada do aeroporto, alcançando o Funchal através da Camacha.

Interessa referir que as letras pintadas a branco pelos separatistas ao longo de seis quilómetros de estrada (do Porto Novo à Cancela) pareciam muito bem desenhadas, fazendo supor que a «decoração», feita na noite de anteontem, foi realizada «com tempo».

POSSE DA JUNTA

Entretanto, Pinheiro de Azevedo conferiu esta manhã posse aos membros da Junta Governativa Regional em cerimónia que decorreu no Palácio de S. Lourenço.

Na ocasião o Primeiro-Ministro proferiu um discurso em que sobretudo condenou as tendências separatistas. A este propósito afirmou:

«Parece constituir pecha nacional a tendência para saltar de extremo a extremo. Da extrema sujeição à extrema liber-

Continua na pág. 5

ADMITEM CONSELHEIROS DA REVOLUÇÃO RECONHECIMENTO DE ANGOLA AINDA HOJE

O capitão Sousa e Castro e o comandante Vítor Crespo admitiram como possível para hoje a decisão final sobre o reconhecimento da República Popular de Angola. Os dois conselheiros da Revolução falavam para os jornalistas pouco antes da reunião extraordinária do C. R. que se iniciou cerca das 10 e 30 com uma agenda não divulgada.

Sousa e Castro confirmaram que o Conselho da Revolução já havia chegado a um consen-

so sobre o reconhecimento e, ao ser-lhe perguntado se esse consenso era favorável à tese do reconhecimento, respondeu que não podia revelar os resultados dos conselhos anteriores, acrescentando: «Essa pergunta tem fácil resposta, como devem compreender. É evidente que a República Popular de Angola é um facto consumado. E se efectivamente, os interesses, sobretudo os dos retornados, não são defendidos na situação actual, poderão eventualmente ser defendidos numa situação diferente.»

A uma outra questão colocada, que era saber se o reconhecimento seria um facto desde que o contencioso entre Portugal e Angola acabasse, o capitão Sousa e Castro afirmou: «O reconhecimento por parte de um Governo qualquer de um outro Estado é um acto unilateral. Quer dizer que nenhum Governo poderá impor condições prévias para reconhecer um outro Governo. Isto não se veri-

fica em parte nenhuma do Mundo. É um acto unilateral e portanto o Governo que reconhece é porque as condições mínimas para esse reconhecimento estão garantidas».

Outro jornalista pretendia saber se a questão podia ser considerada ainda um problema de descolonização, como dera a entender o P. P. D. para dizer que era uma coisa apenas respeitante aos militares.

«Infelizmente» — respondeu Sousa e Castro — «a descolonização disse só respeito aos militares. É evidente que a fase final da descolonização é o reconhecimento dos países independentes.»

Uma outra pergunta de um jornalista presente visava saber se o reconhecimento da R.

P. A. não significava o reconhecimento de uma agressão de uma superpotência em relação a Angola. Sousa e Castro colocou a questão nestes termos: «Devo dizer o seguinte: no quadro geral da política ocidental efectivamente não há razões para que Portugal não reconheça a R. P. A. Se me fala na questão do estacionamento de forças estrangeiras num território independente, eu ponho-lhe a questão da República Popular da Checoslováquia, que deve ter tropas russas, da República Federal Alemã, que tem divisões americanas, e de nós próprios, que temos bases que têm servido para movimentos de tropas em tempo de guerra. Movimentos de tropas estrangeiras.»

É melhor viver em Nova Iorque do que em Lisboa

O trabalhador português de Lisboa precisa de trabalhar menos do que o parisiense ou o moscovita para comprar pão, mas terá de trabalhar mais, comparativamente, para comprar as batatas, o açúcar, a gasolina e o automóvel, do que os habitantes de outras capitais. Em qualquer caso, teria sempre que trabalhar menos, para comprar o mesmo, se vivesse em Nova Iorque.

Enquanto o seu colega de Moscovo precisa de trabalhar oito horas para pagar a renda de casa, em Lisboa terá de «suar» 85 horas.

Os números foram equacionados pela revista «L'Expansion», que publicou um quadro em que faz a comparação entre o poder de compra em Paris, Moscovo e Nova Iorque, e aos quais o Grupo de Estudos Económicos do Banco Espírito Santo juntou a cidade de Lisboa. Foi tomado por base o ordenado mensal de 8 mil escudos, com os preços praticados no início de Dezembro último.

Sobre esses elementos, foi possível verificar que para comprar um quilo de pão é preciso trabalhar 23 minutos em Moscovo, 24 em Paris, 8 em Nova Iorque e 10 em Lisboa; para pagar a renda da casa, serão necessárias 8 horas de trabalho em Moscovo, 102 em Paris, 55 em Nova Iorque e 85 em Lisboa.

Depois de Moscovo, Paris é a capital em que é necessário trabalhar mais tempo para comprar os produtos de consumo corrente.

VAMOS COMER PÃO MAIS CARO?

(Pág. 24)

MEIO CASCO PARA A SUÉCIA

Dos estaleiros da Setenave saiu ontem meio casco de petroleiro, e cumpriu-se assim a primeira encomenda feita pela Suécia à empresa portuguesa.

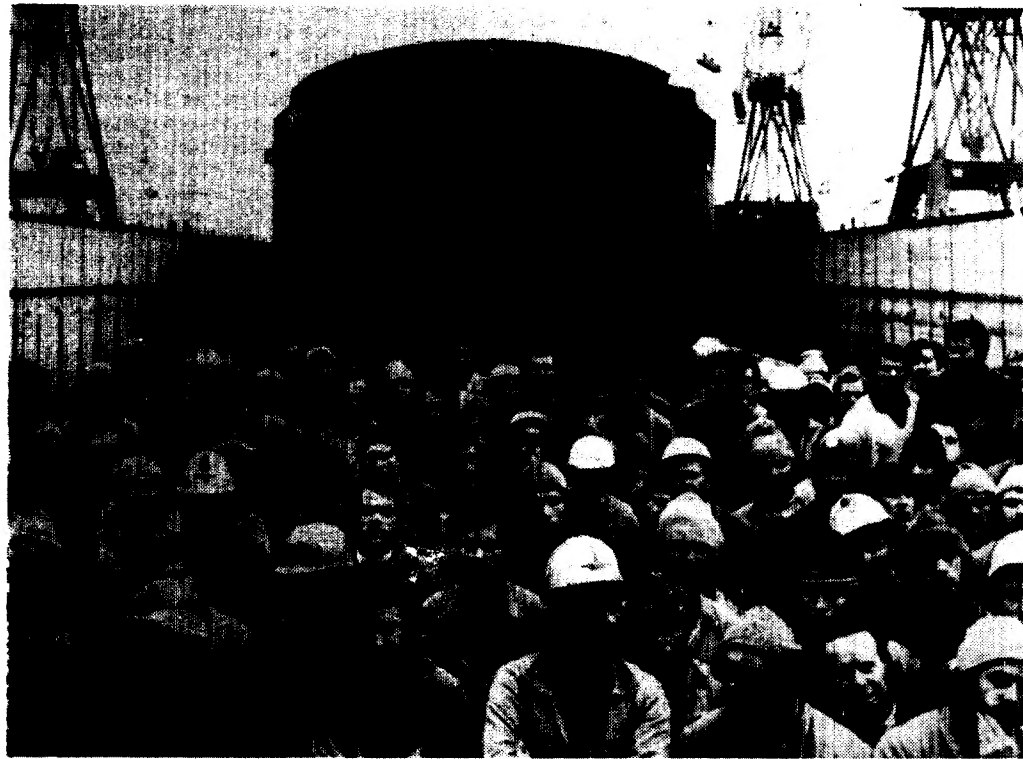
Os trabalhadores da Setenave, obreiros das novas relações comerciais Portugal-Suécia, celebraram com alegria a entrega do meio «gigante de aço».

PÁG. 17



KALIDÁS BARRETO AO «D.L.»

«Partido Socialista e Partido Comunista têm uma missão histórica» — disse ao nosso jornal o deputado do P. S. Kalidás Barreto, operário têxtil. A entrevista vem nas páginas centrais e será seguida, na próxima segunda-feira, por uma outra com o deputado do P.C.P. Vital Moreira.



Nacional

Política de A a Z

O P. P. D. E AS CANDIDATURAS PRESIDENCIAIS

O dr. Rui Machete, ministro dos Assuntos Sociais e dirigente nacional do P. P. D., perguntado sobre a posição do seu partido relativamente às candidaturas para a Presidência da República, declarou: «Já temos algumas ideias sobre individualidades que não apoiaremos, cujos nomes não gostaria de referir neste momento. Mas não apoiaremos o general Galvão de Melo nem o general Costa Gomes, o qual aliás, não se irá candidatar. Aceitamos o general Ramalho Eanes ou o almirante Pinheiro de Azevedo, mas parece-nos que caberá às Forças Armadas indicarem qual o seu nome preferido, para que à volta desse nome, se congreguem diversos partidos».

A intromissão do porta-voz do P. P. D. na escolha das Forças Armadas é ostensiva. Igualmente choca a facilidade com que o dr. Rui Machete afasta as candidaturas de Galvão de Melo e de Costa Gomes. Cada vez são mais claros os objectivos da campanha contra o general Francisco da Costa Gomes. Afastando Costa Gomes, promovendo Ramalho Eanes, a reacção procura criar espaços políticos vazios. Para os preencher tem os seus candidatos civis e militares.

CANDIDATOS INDEPENDENTES

A lei eleitoral, redigida com a preocupação de reforçar o papel dos partidos, não facultará a apresentação de candidaturas independentes. Não consta que o P. C. P. tenha revelado disposição para incluir nas suas listas «independentes». O P. S. ainda não tomou uma decisão quanto à inclusão de «dissidentes-P. P. D.» em listas suas. Mas a questão anda no ar. Alguns «ex-M. E. S.», ou actuais «G. I. S.», não seriam insensíveis a um convite para se candidatarem como «independentes», incluídos em listas do Partido Socialista, dando expressão de intervenção política a uma colaboração que poderá ter como órgão o semanário «República».

Fala-se, também, em «candidaturas independentes» de membros da S. E. D. E. S. E. e os «dissidentes P. P. D.» ainda não decidiram se disputam as eleições como grupo autónomo, à «direita» não são menores as perplexidades. O P. D. C. não está interessado numa coligação eleitoral com o C. D. S. O general Galvão de Melo hesita entre uma «candidatura independente» apoiada pelo C. D. S., e constituir-se reserva para uma candidatura à Presidência, não se comprometendo nos combates das «eleições legislativas». Um resultado pouco brilhante no círculo de Viseu poderia empalidecer a projecção da sua candidatura à Presidência da República.

NEM AUTORIDADE, NEM SOLUÇÕES

De uma «direita» que não tem autoridade moral ou política e que ao País não oferece soluções, falou, em São Bento, o deputado socialista Carlos Lage. Com gosto transcrevemos as suas palavras: «A direita começa a atacar o socialismo. Mas a direita, que neste País é, como já se disse, multifórmica, pretende começar a reabilitar o próprio regime fascista caído com o 25 de Abril». E Carlos Lage que discursou na Assembleia Constituinte para denunciar com veemência o avanço reaccionário, afirmou também: «A ofensiva da direita em Portugal reveste-se de múltiplas formas». Com efeito, como o deputado socialista pelo círculo do Porto acentuava: «A direita procura poluir e desacreditar todas as conquistas da Revolução posteriores ao 25 de Abril, a fim de poder fazer vingar as suas posições, as suas perspectivas e de vir a conquistar a opinião pública do País para, através de uma via eleitoral, reconquistar o Poder».

Carlos Lage vê claro. Carlos Lage tem razão. Não foi por acaso que o brigadeiro Vasco Lourenço alertou as Forças Armadas para o dever de assegurarem, em todo o território nacional, as condições de debate político e de actividade política, sem as quais não poderemos falar de eleições verdadeiramente livres.

UMA F. U. R. ELEITORAL

As eleições preocupam os dirigentes políticos da «direita», do «centro» e da «esquerda», com prejuízo da própria actividade política. Como se o esclarecimento das populações tivesse, atingido o nível necessário para um exercício consciente dos direitos e deveres da cidadania democrática, os dirigentes das grandes e das pequenas organizações preparam, febrilmente, os seus dispositivos de combate. O Movimento de Esquerda Socialista, tendo reforçado, no congresso que realizou a vocação proclamada de se converter num partido operário, procura, também, encontrar a forma e os meios de intervir no prélio eleitoral.

O M. E. S. considera urgente a constituição de uma frente eleitoral das organizações revolucionárias. Nesse sentido procurará coligar, para uma apresentação de listas comuns, nos vários círculos eleitorais, os seus parceiros da F. U. R. (P. R. P. e F. S. P.) e a U. D. P. O P. C. P. (R) parece decidido a manter a U. D. P. como organização unitária popular de massas. Seria, portanto, a U. D. P. a interlocutora do M. E. S. para a constituição da «F. U. R. eleitoral».

GRALHAS

As gralhas são as grandes inimigas dos jornais. Num referência à «A. O. C. Frente Democrática Nacional», ontem, nesta coluna do «D.L.», apareceu a palavra «decifração», quando se tinha escrito «designação». Lapsos que se corrigem, mas lapso compreensível porque, efectivamente, nesta nova designação de «Aliança Operária-Camponeza» o que se torna mais difícil é a «decifração», à luz de uma estratégia de luta política e ideológica de classe, da decisão táctica: mudar de designação e de alado. Não falamos já do claro simbolismo do Castelo de Guimarães evocador da fundação da nacionalidade e da luta contra Peres de Trava — esse agente do imperialismo estrangeiro.

PARTIDO COMUNISTA NO I.A.E.M.

Sem os militares não se defendem as conquistas democráticas

«O êxito na unidade dos militares será o êxito do processo revolucionário», afirmou o engenheiro Blanqui Teixeira, membro do Comité Central do Partido Comunista Português durante a sua exposição no estágio político-militar do I.A.E.M.:

Abordando o papel das Forças Armadas na situação política actual o dirigente comunista considerou que só elas «podem criar as condições que garantam os direitos dos cidadãos e um clima de tranquilidade, de paz e de ordem democrática no nosso país».

Blanqui Teixeira, que se encontrava acompanhado por Dias Lourenço e Domingos Abrantes, dividiu o tema em cinco pontos, começando por definir que «as funções das Forças Armadas após o «25 de Abril» são, além da defesa da institucionalização democrática, a defesa da soberania e independência nacionais e um esforço de aproximação e uma actuação em conjunto com as populações, pois só assim será possível vencer as dificuldades que se põem a uma transição, que desejamos pacífica e com liberdade, para uma sociedade diferente, mais justa e mais feliz».

No segundo ponto — A situação das Forças Armadas no processo político — aquele membro do Comité Central do P.C.P. afirmou que o seu partido sempre tem defendido que «as F. A. não podem demitir-se, pois não poderão assim cumprir as suas funções de defesa da institucionalização democrática. Mesmo no Pacto que está ainda em discussão para assinatura entre o M.F.A. e os partidos — frisou Blanqui Teixeira — a nossa posição, muito clara, não é a do regresso dos militares aos quartéis. É a de que os militares devem continuar nas suas posições. Pensamos que não se defendem as conquistas democráticas, não se está de acordo com o processo político do nosso país, não se defendem essas liberdades e esse processo, estando contra os militares, nem sem eles. É com eles».

UNIDADE DISCIPLINA E EFICIÊNCIA

Focou depois o problema da Disciplina e da Eficiência das Forças Armadas. Sublinhou que, definidas as funções das F. A., exige-se uma disciplina forte e consciente, «que passa obrigatoriamente pela eliminação de todas as formas de anarquismo e abandono do serviço militar, de todas as formas de negligência de tratamento e de passividade na aglutinação dos diversos sectores e assenta na compreensão dos deveres das F. A. neste processo político e no respeito mútuo no cumprimento das ordens».

No aspecto da eficiência, Blanqui Teixeira afirmou que o seu partido não era contra os quadros, «não era contra as pessoas que sabem, que são especialistas, que são capazes de dirigir e ensinar. Nós pensamos — disse — que inseridos os quadros permanentes de oficiais e sargentos nas funções que o processo político impõe, esses quadros tem que ser os formadores, os dirigentes e os ensinadores das Forças Armadas».

«Aliás — prosseguiu Blanqui Teixeira — pensamos que o serviço militar deveria ser

aproveitado para que a nossa juventude ficasse mais firmemente ligada à compreensão dos altos objectivos da defesa da soberania e independência nacionais e da defesa do processo democrático, rumo ao socialismo».

IR VER A REFORMA AGRÁRIA

Considerou depois que tem que haver um esforço muito grande dentro das F.A., «no sentido de eliminar ambientes de desconfiança, e até de ocupações de golpes», e embora isto seja um problema que compete exclusivamente às F.A. frisou, fez um apelo à unidade dos militares, pois o P.C.P. «está consciente de que a vitória, o êxito nessa frente de unidade, é o êxito do processo revolucionário. E a derrota nessa frente causaria graves e grandes sacrifícios às massas trabalhadoras».

A concluir a sua dissertação, aquele dirigente do P.C.P. tocou a situação actual e as Forças Armadas, alertando contra os perigos que existem, ralou também sobre a Reforma Agrária, «porque — disse — há uma grande desinformação sobre o que é a Reforma Agrária». Salientou o aumento de produção nas regiões onde se tem levado à prática a R.A., paralelamente com o desaparecimento do desemprego — «agora até há falta de mão-de-obra nessas regiões» — e lembrou que no tempo do fascismo, em 1931, houve uma grande campanha para vencer o problema do trigo. «Claro que os fascistas não ousaram

resolver o problema e nunca o resolveram. Agora em menos de um ano, ele foi resolvido. E a perspectiva, se o tempo não for um inimigo muito grande, é a deixarmos de importar trigo».

Blanqui Teixeira sugeriu, a propósito, aos participantes no estágio, que conheçam a Reforma Agrária «lá mesmo». Ir ver no próprio local o que é a R.A., «pois é a forma mais eficaz para ver onde está a verdade e a mentira».

RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Na sua longa exposição, Blanqui Teixeira abordou ainda a questão das nacionalizações e os ataques de que têm sido alvo, o problema que classificou «de recuo nas intervenções do Estado, aspectos de gestão dos trabalhadores nas empresas, o problema das cooperativas e de centenas de pequenos e médios empreendimentos e os golpes, que foram profundos — disse — numa política de preços e salários, que defendia os interesses das camadas em mais dificuldades».

«Esta campanha reaccionária — sublinhou — que tem já estas expressões nos aspectos económicos, aparece agora também na luta contra as liberdades, em atentados contra a democracia e nos actos de terrorismo, de que se conhecem muitos dos seus responsáveis».

Abordou ainda a situação actual nos órgãos de Comunicação Social debruçou-se sobre aquilo a que chamou «a demora» no reconhecimento da

República Popular de Angola, «facto que está a trazer graves prejuízos não só às relações entre Portugal e os povos das antigas colónias, como até à economia nacional, pois Angola é um mercado que se está a perder. Essa política só se explica por interesses que não têm nada a ver com Portugal, ou terão, sim, mas apenas com preocupações eleitorais».

Considerou todo este conjunto de circunstâncias como a expressão de uma mesma campanha, mas lembrou que «a recuperação capitalista não se poderá fazer onde reinem as liberdades».

Finalizou salientando mais uma vez o papel importante das Forças Armadas na conjuntura actual, pois só elas podem «criar as condições que garantam os direitos dos cidadãos e um clima de tranquilidade, de paz e de ordem democrática no nosso país».

No período de perguntas e respostas foi patente, inicialmente, um ambiente de reserva e desconfiança de grande parte de militares presentes, acerca das intenções do P.C.P. No entanto uma intervenção, proveniente, de António Dias Lourenço a propósito da Reforma Agrária e do carácter decisivo da unidade e compreensão entre militares, teve um efeito desbloqueador notável. A sinceridade e moção do antigo metalúrgico da Soda Póvoa calou fundo, e eliminou essa reserva inicial.

Esta manhã estarão presentes os representantes do C.D.S. e do M.D.P. Pelo primeiro estará presente Freitas do Amaral. Pelo segundo, será António Galhordas.

HOJE ÀS 19 HORAS

Manifestação do C.L.A.R.P. vai do Terreiro do Paço a São Bento

A solicitação do C. L. A. R. P. — Comité para a Libertação dos Antifascistas Revolucionários Presos — para que trabalhadores, moradores e membros de todos os órgãos populares apoiassem a manifestação de hoje no Terreiro do Paço foi atendida. É grande o número de adesões, comunicadas e moções que novamente exigem a libertação dos militares que ainda permanecem na

prisão na sequência do 25 de Novembro.

Também já expressaram publicamente o seu apoio a A. E. P. P. A., Movimento «Cristãos pelo Socialismo», P. R. P., M. E. S., F. S. P., U. D. P.

Num comunicado assinado pelo seu Secretariado, o P. R. P. diz que «o povo trabalhador, explorado e oprimido» sabe quanto representam para ele os militares presos na se-

quência do 25 de Novembro. «Sabe que eles contribuíram de forma importante para o derrube do regime fascista. Sabe que foram os seus aliados contra as sucessivas tentativas da burguesia. Sabe que muitos deles estiveram ao seu lado quando os trabalhadores ocuparam fábricas, terras e casas dos capitalistas. Mas o povo trabalhador também repudia que a pretexto (e utilizando como troca) de libertação de antifascistas e revolucionários presos se ponham na rua fascistas, «pides» e reaccionários de toda a espécie».

Também a F. S. P. emitiu um comunicado sobre a manifestação de hoje, «exortando à luta contra o avanço das forças fascistas e pela libertação imediata de todos os revolucionários presos após o 25 de Novembro».

Após a concentração no Terreiro do Paço, às 19 horas, os manifestantes deslocam-se até São Bento.

Recorde-se que a concentração-comício que estava convocada para a F. I. L., à mesma hora do início desta manifestação do C. L. A. R. P., foi adiada, evitando-se, assim, um divócio entre os trabalhadores que poderia comprometer as duas iniciativas. Permaneceu a convocação do C. L. A. R. P., feita desde o passado dia 6.

Buscas de armas continuam

Foi novamente prorrogado o prazo estabelecido pelo Conselho da Revolução, para buscas de armas de guerra, sem que sejam respeitadas as formalidades impostas pela lei geral.

Até ao próximo dia 20 de Abril as forças militares e militarizadas poderão por proceder a buscas em edifícios, estabelecimentos ou instalações de qualquer natureza, independentemente de mandato de busca e hora, a não ser no caso das buscas domiciliárias, que só se poderão efectuar entre o nascer e o pôr-do-Sol.

Esta medida excepção foi imposta pelo Conselho da Re-

volução imediatamente a seguir aos acontecimentos do 25 de Novembro, tendo sido aplicada em buscas e revistas feitas a diversas organizações de trabalhadores e partidos políticos de esquerda. Ao contrário do que se pensava até pelo recrudescer do surto de atentados bombistas contra a esquerda, esta decisão do Conselho da Revolução não foi, até à data, usada para reprimir as actividades de elementos ligados ao ELP e a outras organizações de extrema-direita, sendo considerada pelos círculos políticos de esquerda como uma forma de intimidar as organizações de trabalhadores.

post scriptum

TELEFORUM: IDEOLOGIA BURGUESA

Reduzindo por via de regra a visões tecnocráticas e sociais os problemas tratados, tendo por base as tendências do poder político dominante, o «teleforum» esconde a verdadeira dimensão política da realidade que vivemos: o ponto de vista das massas exploradas e oprimidas da sociedade capitalista, isto é, das classes trabalhadoras.

Não se inclui nestas conversas em família («democráticas e pluralistas») a voz dos explorados, a partir de uma vontade política organizada, isto é, através das comissões de trabalhadores, sindicais, etc.

Esta opção que dispensa a participação política dos trabalhadores, leva a concluir que o maior órgão de comunicação de massas não está ao serviço da maioria, propagando portanto nos seus propósitos dialogantes os valores da democracia liberal (senão outros) da burguesia e dos seus aparelhos de poder e extensão técnica.

Neste contexto, vimos no domingo um programa sobre acidentes de trabalho, com a participação de muitos doutores vindos dos mais variados recantos do País, alguns técnicos e agentes do problema (os segurados acidentados).

Não seria fundamental, para que o diálogo tivesse o mínimo de verdade política, ouvirem-se por exemplo, a Intersindical, membros mandatados de sindicatos ou comissões de trabalhadores? Claro que um tal representante poderia falar fora do concerto da actual televisão e lá se estragava o belo socialismo democrático e pluralista, que é o seu estatuto oficial.

Não há dúvida que o 25 de Novembro trouxe muitas alterações, que significam também a segregação dos trabalhadores. E para o lembrar lá esteve o breve apontamento de Luís Filipe Costa, a inserir os «acidentes» no seu contexto político, em contraste com o colaboracionismo dos apresentadores, às voltas com a reanimação do cadáver da cultura da classe dominante, aqui e agora: a burguesia.

Pompeia Macedo e Brito — Cruz de Pau-Amora

PUBLICIDADE A MAIS, QUALIDADE A MENOS

Gostava que através do vosso, aliás nosso jornal, eu pudesse dizer obrigado à Isabel da Nóbrega.

Será esta a maneira mais simples de pagar os bons frutos, quando colhidos num filme como «A Religiosa», árvore esta, que tem frutos para todas as pessoas que queiram colhê-los.

Obrigado pelo seu conselho, quando sugeriu este filme.

Mas algo mais pretendo dizer após ter lido o seu artigo com o título uma «Ocupação Selvagem», fiquei sem dúvida alguma, mais esclarecido, portanto mais rico. O que ajuda realmente a pensar duas vezes antes de se gastar o nosso pouco dinheiro.

Infelizmente, ainda há muita gente que vai no engodo publicitário, isto porque não se dão ao cuidado de ler os vários críticos de cinema.

Felizmente e por isso tenho a agradecer a vocês críticos do teatro e do cinema, já não vou em tais manobras.

A razão também existe em ter adoptado este princípio: Publicidade a mais, qualidade a menos.

Tenho a acrescentar muito embora não pretendo ser maçador, o seguinte:

Aqui em Lisboa ainda temos por onde optar, mas por esse País fora? Eu sendo natural de Vila Real (Norte) pois vim de lá há 3 meses, estou em condições de poder afirmar que em questão de cinema de qualidade, se assim se pode chamar, muito pouco conseguiu lá chegar e por vezes aquele que lá chega nem sempre é dos melhores.

A razão é simples: as distribuidoras, e não só, têm mais lucros e outros benefícios afins, em projectar coisas do género: «Matar por um punhado de dólares», vamos caçar bruxas, porque estas comem criancinhas». Enfim...

Aqui sugere-me fazer uma tal pergunta: até quando esta situação de «Ocupação Selvagem»?

Armando Rocadas Pires — Paço de Arcos

PARA QUE NÃO SE DEIXEM MANIPULAR

Por se aproximarem as eleições para a Legislativa, apelo a todos os trabalhadores de norte a sul, para que não atendam nem se deixem manipular pelos caciques e seus lacaios, grandes senhores, patrões, certos padres e outros.

Como muito bem sabem, o voto é secreto. Portanto esses caciques nunca saberão em que partido votam. Se os tais senhores lhes disserem: «vota neste ou naquele partido», digam que «sim senhor», que podem contar convosco. Mas depois votai naquele que for mais da nossa simpatia. Mesmo que esses grandes senhores (fascistas) lhes paguem um almoço, jantar ou jantar e lhes ofereçam outras benesses, como já aconteceu noutras eleições.

Jorge Rocha — Odivelas

Contra a pornografia

«É necessário focar, para que seja eliminado imediatamente, um aborto da sociedade pobre e viciada a que estamos resistindo e se chama pornografia. É frequente ver-se em exposição, para quem queira ou não olhar, incluindo crianças, livros e revistas da maior indecência, que um país civilizado não pode admitir. Para maior indecoro, essas indecentes publicações são vendidas às próprias crianças.

Mas ainda de lamentar é que as individualidades competentes ainda não tenham posto cobro a tão indesejável situação. É tempo de serem tomadas decisões válidas sobre tal estado de coisas.

É necessário caminhar para o progresso moral, cívico, educativo. A liberdade compreende o respeito mútuo. A liberdade compreende a disciplina.»

César Augusto Lopes — Oliveira de Azeméis

ANGOLA E PORTUGAL

LIÇÃO A APROVEITAR

DUARTE VIDAL

Nos muitos contactos que, quando do Congresso da OS-PAA, tive em Luanda com militantes responsáveis do MPLA e com portugueses que ficaram em Angola e que lá querem continuar a viver, pude aperceber-me de que se encontravam todos muito susceptibilizados por ainda não se ter verificado o reconhecimento da República Popular de Angola por Portugal.

Estava-se ainda na primeira semana deste mês e já tal sentimento se encontrava generalizado em Luanda, pelo que se tornava conversa obrigatória em qualquer encontro com aqueles responsáveis e com os portugueses que permaneciam em Angola.

Pude aperceber-me, ainda, de que para além do aspecto sentimental se considerava então que o momento próprio para esse reconhecimento poderia ser ultrapassado, pois não só o êxito militar era manifestamente irreversível como ainda estava praticamente garantida a entrada de Angola na Organização dos Estados Africanos e já se previa o reconhecimento da República Popular de Angola por muitos outros Estados, incluídos os dois países ocidentais. Torna-se evidente, portanto, e essa era a tônica das trocas de impressões, que a República Popular de Angola só poderia ter um grande interes-

se no seu reconhecimento por Portugal — dados os efeitos políticos desse reconhecimento por se tratar do país descolonizador e de um país ocidental — até uma determinada oportunidade, e que essa oportunidade estava em cima de nós, podendo ser frustrada de um momento para o outro, pelo que, em face dos altos interesses em jogo, todos considerávamos que não havia tempo a perder, sendo os minutos preciosos. Havia a noção exacta de que o alcance e a projecção prática do reconhecimento da República Popular de Angola por Portugal se esbateriam logo que outros países designadamente os da Europa Ocidental, se antecipassem ao reconhecimento português.

O quadro só não era totalmente negro porque aquelas entidades e pessoas estavam ao par dos condicionamentos actuais do nosso processo político, não lhes escapando as relações de forças existentes e a ciência acerca de quem em Portugal pretendia tal reconhecimento, de quem o entrava e os objectivos destes últimos — o que, aliás, não era difícil, pois em Portugal, todos temos andado a agir com perfeita clareza, por mais subtils ou mistificatórias que sejam as tomadas de posição de certos sectores políticos.

O problema do reconhecimento da República Popular

de Angola por Portugal é relevantíssimo, dependendo da sua solução as relações entre os dois povos, no futuro, as relações com muitos outros países e, ainda, as possibilidades e as condições do regresso a Angola de muitos portugueses retornados. Estão em jogo grandes interesses nacionais, e o certo é que Lúcio Lara, secretário-geral do Movimento Popular de Libertação de Angola, depois de ter afirmado, há cinco ou seis dias, quando se pronunciou sobre a demora do reconhecimento da República Popular de Angola por Portugal, que os angolanos estão cada vez mais a encontrar a sua via, não deixou de salientar que «onde podia haver uma cooperação estreita com Portugal, no plano económico sobretudo — e porque não até no plano político — essa cooperação está cada vez mais distante, mais longínqua».

Após aquelas declarações de Lúcio Lara já a situação quanto a Portugal se agravou, pois, como é do conhecimento público, a R.P.A. já foi reconhecida pela França, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Chipre e Suíça, e a Finlândia, a Islândia e a Nova Zelândia já anunciaram que tencionam adoptar, em breve, a mesma medida.

O conhecimento que os políticos responsáveis de An-

gola têm dos complicados condicionamentos do processo político português, se bem que possa atenuar os prejuízos que resultarão para os interesses nacionais do retardamento do reconhecimento da R.P.A. por Portugal, não ilibará de graves responsabilidades perante a História de forças políticas (civis) que entravaram esse reconhecimento no momento próprio.

Para além desse aspecto, porém, toda esta problemática referente a Angola constitui, acima de tudo, uma esclarecedora lição para o nosso processo político, aliás muito oportuna, pois está a decorrer o estágio de instrução político-militar no Instituto de Altos Estudos Militares.

O que se está a passar neste domínio deve ser, neste momento de estudo e reflexão, a pedra de toque para a caracterização das forças políticas em presença no nosso processo político, da sua metodologia e objectivos e, acima de tudo, para a clarificação, no contexto global da organização dos poderes políticos, das formas mais adequadas para se prosseguirem os interesses nacionais, que devem sobrepor-se aos estreitos interesses das hegemonias políticas sectoriais que a prática vem demonstrando que têm prevalecido com acções e objectivos que não são de enaltecer.

RECONHECERÁ A R.P.A. O GOVERNO DE LISBOA?

ÁLVARO BANDARRA

território angolano, hoje (também devido ao fatalismo geopolítico ou geoeconómico?) seremos os últimos que propomos negociações com os movimentos rivais em luta?

Parece-me irrefutável que Portugal ajudou a construir Angola e Angola o nosso Portugal, os actuais dirigentes da República Angolana sabem-no e compreendem-no, mas por quanto tempo?

Qual será o tipo de relações que pode ser estabelecido (e com quem aqui em Portugal?), depois deste compasso de espera, desta tão longa espera? Para uma certa e determinada política progressista devia ser evidente que deviam ter sido as autoridades do Governo Português a assistir à festa da independência angolana. Mas onde estão as evidências: na posição frontal e clara desses nossos aparelhos partidários a pensar nas eleições? Na geopolítica e geoeconómica delineada pelo P.P.D. e C.D.S.? Não tem nada de surpreendente. Na ala que revelou ter ganho, a maioria (já chamar-lhe um nome feio) dos membros da direcção do P.S. que optaram (silenciosamente) por se absterem no reconhecimento do Governo da R.P.A. É um facto a apontar e a sublinhar na correlação das futuras alianças partidárias (nacionais e internacionais) e no caminho apontado para a futura política (com geo ou sem geo?) que tenha em conta a independência nacional.

Como já se previa, Angola serve de catalizador, revela as tendências das forças políticas portuguesas. Seria cansativo contar as reuniões que foram feitas nos órgãos oficiais e nos aparelhos partidários portugueses. Quanta energia se gastou, quantas conciliações foram encetadas e interrompidas, quantas subitas alianças teriam sido prometidas, quantas promoções se originariam para convencer da justeza das teses em liça? O quantitativo destes esforços dar-nos-á porventura uma pequena ideia de como este problema pesa nos interesses da Nação Portuguesa.

A NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

Num tempo em que tanto se fala de independência política, o problema angolano deve ser compreendido antes de mais como aquele que sustém, encoraja e permite essa tal independência.

Foram efectivamente os nossos cabos bojadores, os terrores no adormecer na ansia de porfiar, as barbas do Albuquerque e outras histórias de maravilha que permitiram que nós continuássemos a ser o que somos hoje.

Foi através desse novo passado de contactos como o Terceiro Mundo (porque é preciso não esquecer a escatologia do primeiro e do segundo!) que nós comentámos a continuidade da nossa presença de nação no seio das outras nações.

Foi e deve ser na tentativa de Portugal-porta-aberta-do-Mediterrâneo-e-do-Atlântico que se consolidou também, e deve consolidar-se, a nossa existência nacional! No equilíbrio entre esses interes-

ses eventualmente contrários.

Devido a esses contactos com os povos não europeus quebrámos o fado choradinho da geopolítica (tão na moda dos nossos políticos, e não só, mas que é preciso dizer-lhes que toda a teoria geopolítica é uma política da recusa, política dos blocos, da crença nos dados imutáveis e fixos e que aqueles da História Trágico-Marítima talvez nem sequer conhecessem o fado). Já sei, já sei o que a História Trágico-Marítima foi e que actualmente, há os «maples», a televisão, etc., mas que também há, não uma diáspora de emigrantes (sempre o fado, hem!), mas pessoas que são obrigadas a emigrar por determinadas condições que não encontram no seu país. E que fazem outros países, mais ricos do que o nosso.

Pois bem, é verdade, ajudámos a fazer entre tantas coisas uma Angola e uma Guiné e um Moçambique, com os povos que lá habitavam, explorando-os, é certo, e sendo também nós exploradores por esses tais países que hoje provavelmente nos aconselham a falar em termos de geopolítica, mas daqui resultou que existimos hoje como nação independente.

Sem maiúscula, uma nação como as outras. Como essa tal Angola que ajudou a construir e que fez com que Portugal sobrevivesse.

INTERESSES POLÍTICOS E INTERESSE NACIONAL, OU MELHOR: INTERESSES ELEITORAIS E O PAÍS REAL

E é esta a história, também choradinho, de Angola ter Ven-

Nacional



**resposta rápida
a
qualquer problema**

na execução de
**CARTAZES
PUBLICAÇÕES
JORNAIS E REVISTAS**

**SOMOS:
RENASCENÇA GRÁFICA**

Rua Luz Soriano, 44 Tel. 320271/2/3 e 321154/5

**PUB E P A L
EMPRESA PÚBLICA
DAS ÁGUAS DE LISBOA**

ADMITE:

DIRECTOR

para o seu

SECTOR DE RECURSOS HUMANOS

O referido Sector engloba Serviços de Gestão de Pessoal, Formação, Sociais (com Refeitórios, Cantina e Serviços Médicos), Segurança no Trabalho.

PEDE-SE:

- Experiência de Chefia da função.
- Capacidade de organização e de Chefia em trabalho de equipa.
- Curso superior ou formação equivalente, como condição de preferência.

OFERECE-SE:

Actividade de muito interesse profissional em cargo directamente dependente da administração.

Resposta, com indicação de «curriculum vitae» (onde se refira expressamente a experiência anterior no desempenho da função) e de vencimento pretendido, a enviar ao Serviço de Pessoal da Empresa (Av. da Liberdade, 22, Lisboa-2) até 26 de Fevereiro.

Relações Maputo-Lisboa

"ALGUMA COISA NÃO BATE CERTO"

— escreve o diário "Notícias"

MAPUTO, 20 — Quando uma medida tomada essencialmente para diminuir algumas das gravíssimas injustiças sociais que Portugal nos deixou é tida como medida inamistosa por um Governo português que afirma caminhar para o socialismo, alguma coisa não bate certo — escreve, em editorial, o jornal «Notícias», do Maputo (ex-Lourenço Marques), órgão

do Governo da República Popular de Moçambique, comentando a reacção de Lisboa às recentes medidas de nacionalização de prédios e residências.

O editorial, interpretado como reflectindo a opinião, não apenas do Governo mas do próprio partido, destaca que «só aos mais desatentos» possa espantar que a «solidarieda-

de militante que se forjou durante o período de transição» já não seja a mesma, acrescentando:

«Com uma parte dos elementos que ajudaram a cimentar essa solidariedade presos ou afastados de lugares de poder, só com dificuldade se consegue ouvir ainda um certo bom senso do major Melo Antunes.

«A diferença que existe entre as relações Portugal-Moçambique hoje e as que existiram no período de transição e levaram a falar de «descolonização exemplar» está na razão directa da diferença entre o Governo português de então e o actual».

O editorialista do «Notícias» prossegue a análise do tipo actual de relações entre os dois países destacando que «pressões como a suspensão do envio de cooperantes só podem piorar o clima já deteriorado», e acrescentando:

«O elogio que Almeida Santos faz dos retornados das ex-colónias é sintomático das forças que hoje contam em Portugal. A exaltação das virtudes sem par desses «fazedores de pátrias que levam nos olhos a visão dos grandes espaços», encobre as pequenas misérias de muitos responsáveis pela criação de uma sociedade colonialista onde a exploração do homem pelo homem foi levada às últimas consequências e encobre o que foi levado através de transferências ilegais e outros processos não poucas vezes descaradamente ilícitos».

E o «Notícias», do Maputo, alude, mais uma vez, à figura do actual ministro da Comunicação Social, que durante anos residiu em Moçambique onde exerceu a sua profissão

de advogado e onde chegou a possuir consideráveis interesses citando uma declaração sua em que, a propósito da descolonização, afirmou que «o principal erro da parte portuguesa foi não ter previsto os acontecimentos». A este propósito diz o editorial daquele jornal: «Se alguém nunca escondeu o conteúdo que pretendia dar à independência, esse alguém foi a Frelimo. Desde o primeiro momento foi claramente afirmado, que a política do novo país seria conduzida para a resolução dos principais problemas da população moçambicana. E Portugal não se foi embora há tanto tempo que já tenha esquecido a forma como deixou o problema habitacional nas principais cidades de Moçambique».

E o editorial termina:

«O Governo português está de facto preocupado é com os interesses e o nível de vida dos proprietários dos prédios de rendimento. Não lhe passou pela ideia que as medidas agora tomadas beneficiam também cidadãos portugueses com problemas de alojamento. Não reparou que está a defender interesses de pessoas que estão bem instaladas em Portugal ou em Moçambique, contra um direito fundamental de milhares de pessoas que ainda recentemente viram as suas precárias residências mais uma vez invadidas pelas águas. Não se lembrou que está a defender os que vivem dos rendimentos contra os que vivem do trabalho».

Em termos de classe, que é o único critério possível na análise do problema, quem é representado pelo actual Governo Português?».

MONTEPIO DE MOÇAMBIQUE

O Ministério da Cooperação tornou pública a seguinte nota oficial:

«Relativamente à suspensão do pagamento por parte do Montepio de Moçambique de pensões, rendas vitalícias e subsídios a beneficiários residentes em Portugal, o Ministério da Cooperação leva ao conhecimento dos interessados o seguinte:

«1. Como foi divulgado em alguns órgãos da Imprensa, o Montepio de Moçambique suspendeu efectivamente o pagamento das pensões, rendas e subsídios em Fevereiro de 1975, posição que vem mantendo não obstante as diligências efectuadas.

«2. Tomou-se conhecimento através do ofício n.º 494 de 14. 1. 76 do Montepio de Moçambique, que foi superiormente decidido que, «a partir do mês de Junho de 1975 inclusive, passaria a efectuar o pagamento das pensões, rendas vitalícias e subsídios, apenas naquele país», depositando s mesmas no próprio Montepio, à ordem dos beneficiários.

«Tal posição torna implícito que os pagamentos até ao mês de Maio, inclusive, continuarão a ser feitos em Portugal».

«3. Está o Ministério da Cooperação convicto de que só uma insuperável falta de disponibilidades cambiais, impedem a transferência para Portugal das importâncias correspondentes aos

pagamentos vencidos e em atraso até Maio de 1975.

«Neste pressuposto e independentemente das diligências que prosseguem no sentido de se obter um acordo pelo qual todos os beneficiários venham a ser pagos, nos territórios onde residam, das pensões e rendas a que têm direito, foi decidido:

«a) Efectuar, por verbas adequadas do orçamento do Ministério, o pagamento das pensões e rendas vitalícias, em atraso, até Maio de 1975, inclusive, como adiantamento, até ser recebido do Montepio de Moçambique o reembolso das respectivas importâncias.

«b) Incrementar as diligências junto do Governo de Moçambique e da direcção do Montepio com vista a estabelecer um acordo que permita saldar as pensões e rendas vencidas até ao presente, e garantir a normalidade do seu pagamento mensal no futuro.

«4. A Agência Geral do Ultramar, começou já a remeter aos interessados, em cheque as importâncias correspondentes às pensões e rendas vencidas e em débito, até Maio de 1975, inclusive.

«5. Oportunamente este Ministério tornará público o resultado das diligências efectuadas para garantir a normalidade mensal dos pagamentos aos pensionistas do Montepio de Moçambique.»

Encontros comerciais com R.D.A. e Hungria

Parte domingo, para a R.D.A., a delegação portuguesa à primeira reunião da Comissão Mista Luso-Alemã, que terminará no dia 24.

A mesma delegação, com mais alguns elementos, deixará a R.D.A. com destino a Budapeste, onde vai participar na primeira reunião da Comissão Mista Luso-Húngara, que dará por findos os seus trabalhos a 28.

O regresso das delegações está previsto para o mesmo dia.

Ambas as delegações são chefiadas pelo dr. António Barreto, secretário de Estado do Comércio Externo.

Da primeira farão parte: dr. António Barreto, secretário de Estado do Comércio Externo; dr. Waldemar Quaresma subsecretário de Estado do Comércio Externo; dr. Dias de Oliveira, inspector superior da Direcção Geral do Comércio Ex-

terno; dr. Herlander Duarte, director dos serviços do Fundo de Fomento de Exportação; dr. João Valera, secretário da embaixada — ministério dos Negócios Estrangeiros; eng. Maria Celeste Azevedo, técnica do Gabinete de estudos e Planeamento do ministério da Indústria e Tecnologia; dr. Rui Valente, técnico da Direcção-Geral do Comércio Externo.

Da segunda farão parte os mesmos elementos e também: dr. Antunes Garde, adjunto do secretário de Estado do Fomento Agrário do ministério da Agricultura e Pescas; dra. Aurora Murteira, directora do Departamento Central de Planeamento, da secretaria de Estado do Orçamento e do Planeamento; dr. Francisco Soares, técnico do Gabinete de Estudos e Planeamento do ministério da Indústria e Tecnologia e o dr. José Barreto, intérprete.

FUNCHAL ABANA

À PASSAGEM DO "CONCORDE"

FUNCHAL, 20 — Pela segunda vez no espaço de dez dias, várias zonas da Madeira e particularmente o Funchal, foram ontem abanadas à passagem do avião «Concorde» que faz ligação Dakar-Paris.

Por volta das quatro horas da madrugada, o portentoso «Concorde», que voava a 70 mi-

lhas ao lado da Madeira e a uma altitude estimada entre 18 e 20 mil metros, causou forte vibração nesta cidade. O estremecimento de telhados, portas e janelas levou muito boa gente a supor, como já acontecera antes, tratar-se de um pequeno sismo.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis,

Lanifícios e Vestuário do Sul

CONVOCATÓRIA

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul convoca todos os trabalhadores dos sectores Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Tinturarias/Lavandarias para um **IMPORTANTE PLENÁRIO REGIONAL DA ZONA DO CACÉM** (perímetro Cacém, Sabugo e Sintra) que terá lugar no **AGUALVA CLUBE** (Rua Cândido dos Reis, 12 — AGUALVA-CACÉM) no **próximo dia 21 de Fevereiro** (sabado pelas 15 horas e que teá a seguinte ordem e trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — INFORMAÇÕES
- 2 — ELEIÇÕES DO SECRETARIADO REGIONAL (provisório que terá que promover eleições para o definitivo, no prazo máximo de 60 dias)
- 3 — ELEIÇÃO DO DELEGADO PELA ZONA DO CACÉM AO CONGRESSO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS (a realizar nos dias 18, 19, 20 e 21 de Março na Faculdade de Engenharia no Porto).

- COMPARECE E PARTICIPA
- VIVA A CLASSE OPERÁRIA
- VIVA O SOCIALISMO
- A LUTA CONTINUA
- UNIDOS E ORGANIZADOS; VENCEREMOS

PEL' A DIRECÇÃO

Nacional

Pinheiro de Azevedo no Funchal

Continuação da pag. 1

dade, da total negação da diferença à total negação da identidade. E não faltou, nem falta quem entenda que a liberdade não sofre limites e que se não será autónomo se se não for independente.»

Continuando no mesmo tema Pinheiro de Azevedo salientou que a «unidade que dura é a que respeita diferença sem desprezar a identidade» e que «Somos iguais na língua, na cultura, na história, nos sentimentos. Iludem-se os que pensam que, sendo assim irmãos, nacionais da mesma nação e cidadãos da mesma pátria, é fácil, ou sequer possível, viarm-nos as costas e seguirmos destinos diferentes.»

Mais adiante depois de referir que o VI Governo está no bom caminho reafirmou um dos principais objectivos da sua visita: «Compreender-se-á agora melhor o realce que eu quis imprimir, com o aval da minha presença ao acto solene da tomada de posse da primeira Junta Regional da Madeira.»

«Essa Junta, e o esquema político-administrativo em que se insere, representam a amortização de uma dívida. Amor, vir em pessoa amortizá-la. O que falta, paga-lo-á a nova Constituição Política, onde o estatuto da autonomia do arquipélago encontrará consagração e assento.»

A constituição da Junta tem sido bastante contestada, especialmente pelo P.P.D. local, que em comunicado, divulgado há dias, anunciava não participar na recepção ao Primeiro-Ministro. A este propósito, o almirante Pinheiro de Azevedo, afirmou ontem a tarde à partida de Lisboa que a «contestação da Junta é mais fictícia do que real» e que segundo as informações que possuía haveria «um desequilíbrio entre a capacidade técnica e a capacidade política», acrescentando ter esperança «de ser capaz de apontar pelo menos no sentido da conciliação».

O Primeiro-Ministro, que é acompanhado pelos ministros

da Administração Interna e da Educação, respectivamente, comandante Almeida Costa e major Vítor Alves, declarou ainda à partida de Lisboa estar convencido que mais do que «descentralização este é o caminho da autonomia», visto que a Madeira vai ter um Governo local realmente autónomo.

CHEGADA À MADEIRA

No aeroporto da Madeira, o almirante Pinheiro de Azevedo foi recebido pelo governador militar, brigadeiro Azeredo, e outras altas individualidades locais, tendo-lhe sido prestadas honras militares.

Seguiu-se um encontro com os órgãos de Informação, durante o qual o Primeiro-Ministro teve oportunidade de esclarecer os motivos da sua visita. Esta, no dizer do Chefe do Governo, destina-se a avelizar a amortização da enorme dívida que temos para com a Madeira.

Falando acerca dos limites da autonomia para o arquipélago da Madeira, Pinheiro de Azevedo salientou que do ponto de vista administrativo «será tão larga quanto a Madeira o desejar e tão longa quanto for possível às suas infra-estruturas e quadros de serviço», enquanto a autonomia política deve estar limitada por «consensos de ordem moral» e de «ordem puramente subjectiva». Quanto à provável subordinação do Governo da Junta, que será somente de 60 dias, afirmou estar convencido que é suficiente «para se ver até que ponto é correcta a ideia das suas premissas fundamentais, particularmente no número dos seus vogais e na sua articulação com a cúpula e relações com o Governo Central».

Pouca gente compareceu no aeroporto à chegada de Pinheiro de Azevedo e comitiva, o que serviu para sublinhar o boicote do P.P.D.

Por outro lado, o facto do cortejo automóvel se ter participado desfeito a partir do atentado bombista, viria a arrefecer os ânimos e a silenciar os «claxons» dos muitos carros que se integraram na caravana.

A chegada ao Funchal, Pinheiro de Azevedo dirigiu-se

prontamente para o Palácio de S. Lourenço, residência oficial do governador do arquipélago, sem notar, porventura, a intenção de cartazes transportados por retornados: «Refugiados não são povo de Portugal?» e «Refugiados exigem cumprimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança».

COMUNICADO DA FLAMA

Entretanto, um comunicado da organização separatista Flama, distribuído pouco antes da chegada do Primeiro-Ministro à Madeira, indica que o P.P.D. não está só no boicote à presença do Chefe do Governo no arquipélago. O comunicado tem o número 3/76 e diz:

«Comunicado à população madeirense: dizem que vem à Madeira o Primeiro-Ministro de Portugal! E quem são o Primeiro-Ministro de Portugal? São: o mandatário e a nação que nos suga. Ele, o Primeiro-Ministro, é o responsável pelo aumento do imposto sobre a gasolina, pelo aumento do imposto de transacções, pelo aumento do imposto do selo, pelo aumento do imposto de sucessões, pelo aumento da taxa de juros, pela transferência semanal das divisas que pertencem à Madeira, pelo aumento do custo de vida, etc., etc.

O outro, a quem ainda chamam Portugal e que é, afinal, o resto daquilo que foi uma grande nação, que teima em viver à nossa custa, é o lugar para onde vai todo o produto dos impostos que o Primeiro-Ministro agrava. É a nação que não deixa os madeirenses governarem-se a si próprios, porque tem muita pena de nós... porque essa pena traduz-se no seguinte: entra-lhe nos cofres mais de mil contos por dia só de gasolina (360 mil contos por ano!) Entra-lhe nos cofres mais de 200 mil contos/ano do imposto de transacções. Suga-nos centenas de milhares de contos de impostos além dos acima referidos! Enfim, é a autêntica exploração do homem de cá pelo homem de lá; de um povo por outro povo...»

Madeirense! Tu que és Fla-

ma, comparece onde estiver o Primeiro-Ministro ou por onde ele passar, mas, vira-lhe as costas, assobia-o, apupa-o, grita **independência**, mostra-lhe bem a tua indignação por ele nos obrigar a cavar a nossa ruína em benefício de um povo que nem sequer nos conhece. Faz como os nossos irmãos açorianos e não te deixes ficar para trás!»

O comunicado da Flama termina com as palavras de ordem «Unidos lutemos pela Independência da Madeira». Entre parêntesis, afirma-se a fechar que «a Flama não aceita o movimento. De ninguém. A Flama promove a troca de escudos por zarcos».

Ataque à Reforma Agrária

«Reforma Agrária: um escândalo» foi um artigo publicado em 12 do corrente pelo semanário «O Tempo», no qual se insinuavam desvios monetários por parte de dois elementos da Comissão Liquidatária da Federação dos Grémios da Lavoura da Província da Estremadura.

Esses dois elementos (Luís Elias Gonçalves de Carvalho e António Albino Correia Fraga), em carta que nos endereçaram, contam que aquele periódico publicou «uma fotocópia de recibo (assinado por ambos) à volta da qual se tecem afirmações especulativas e inexactas». Dá-se a entender, enfim, que se trata de «uma ilegalidade total em que o Estado é uma vez mais defraudado, pois o recebimento dessa quantia não teria autorização superior, nem processo que o legitimasse».

«É, assim, posta em dúvida, perante determinado sector da opinião pública, a honestidade e idoneidade dos visados, para servirem de meio para mais um habitual ataque à Reforma Agrária, seu grande e último objectivo.»

Ora Luís Elias e António Albino esclarecem, em dois pontos, o caso que tanta confusão faz ao «O Tempo»: 1) «A importância correspondente ao recibo, cuja fotocópia veio publicada, foi devidamente autorizada por Despacho Ministerial e diz respeito ao contrato de empréstimo n.º 103, celebrado com o Instituto de Reorganização

Dirigentes do I.R.A.

processam «O Tempo»

O jornal «O Tempo» vai ser processado pelos presidentes e vice-presidentes do I.R.A. (Instituto de Reorganização Agrária) devido a afirmações contidas num artigo publicado na sua edição da semana passada, intitulado «Reforma Agrária: um escândalo».

Os dirigentes do I.R.A. eram ali particularmente visados, em acusações que consideram graves e caluniosas. Recordou-se que o mesmo artigo motivou, da parte do ministro da Agricultura e Pescas, uma nota oficiosa publicada nos jornais diários do dia 14.

Relativamente ao inquérito à gestão de fundos daquele Instituto, mandado instaurar por Lopes Cardoso e que os próprios dirigentes do I.R.A. haviam solicitado, afirma-se em nota por estes distribuída à Imprensa: «aguardaremos serenamente pela sua realização, para completa prova das falsidades e injúrias do referido artigo, demonstrando então à sociedade o seu verdadeiro objectivo: o ataque à Reforma Agrária».

COLOCAÇÃO DE JORNALISTAS

Prioridade aos desempregados

Uma proposta votada por unanimidade na última assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas, e apresentada por Maria Augusta Seixas, delegada sindical da RTP (Telejornal), e elaborada com a colaboração de vários delegados sindicais de outros órgãos de Informação, determina que «o Sindicato, independentemente das indicações da direcção da empresa e do corpo redactorial para preenchimento das vagas

bater-se-á sempre pela inclusão preferencial dos desempregados nos termos dos Estatutos».

Pormenoriza-se que a direcção das empresas «terá que dar conhecimento ao Conselho de Redacção e delegados sindicais do número de vagas de jornalistas a preencher». Por sua vez, «os delegados sindicais darão conhecimento deste número de vagas à Comissão de Colocações do Sindicato».

Acentua-se ainda que «competem aos elementos especialmente credenciados para o efeito (Conselho da Redacção e Corpo Redactorial) elaborar o regulamento interno no que respeita às provas que permitirão apurar os candidatos a admitir».

Sublinha-se também que «findo o período de experiência de dois meses compete ao Conselho de Redacção decidir da admissão do candidato a estagiário nos termos do Contrato Colectivo de Trabalho».

Finalmente, frisa-se que «as admissões que não obedeceram a estas normas não poderão ser regularizadas pelo Sindicato no termo dos respectivos Estatutos».

BOM APETITE



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa



Restaurante CASTANHEIRA

DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PROTETIDAS PARA CONSUMO
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ªs feiras)

LEÃO D'OURO

(RENOVADO)

ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO

Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

RESTAURANTE

QUINTA DE S. VICENTE

TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)

CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA

PARQUE AUTOMÓVEL PRÁTICO

Encerrado às 2.ªs-feiras a partir das 16 h e 3.ªs-feiras todo o dia



NO TOUTIÇO

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 9-A

Lisboa



FESTA DO CÃO



ORGANIZAÇÃO DO CLUBE PORTUGUES DE CANICULTURA

21 22 Fevereiro
14 às 20h na FIL

65.ª EXPOSIÇÃO CANINA INTERNACIONAL DE LISBOA

CONCURSOS INTERNACIONAL E A CRIANÇA E O CÃO

DEMONSTRAÇÕES E PROVAS PRÁTICAS OEDIÊNCIA, TROZ DE MÃO, LURA ARTIFICIAL, CONDUÇÃO DE GADO, CONDUÇÃO DE CEGOS.

PROJEÇÕES FILMES E SLIDES

LEILÃO DE CÃES

FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA PLENÁRIO

Professores do CPES e ES

Assunto: Concurso de efectivos

Convocam-se os professores sindicalizados do CPES e ES dos distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, para um plenário a realizar na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, na sexta-feira, dia 20 de Fevereiro, às 21.30 horas.

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único — Posição face ao concurso de efectivos.

Notas: Foram enviadas a todos os N.S.B. do CPES e ES circulares com propostas para debate nas escolas, como preparação para este plenário.

É imprescindível para entrar neste plenário a apresentação do cartão de sindicalizado.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE AVEIRO

SEDE EM RIOMEÃO

MOÇÃO

- 1 — Tendo em conta que devido às posições reaccionárias do patronato à fuga às responsabilidades por parte do chamado Ministério do Trabalho e ao Congelamento da Contratação Colectiva decretada pelo Governo, está por negociar a maior parte do nosso Contrato Colectivo Vertical Nacional.
- 2 — Considerando que até à data não foram ainda negociadas as nossas reivindicações relativas a PROMOÇÕES, DESPEDIMENTOS, APRENDIZAGEM, READMISSÃO DE TRABALHADORES APÓS O SERVIÇO MILITAR, DIREITOS E GARANTIAS DOS TRABALHADORES, DESLOCAÇÕES, TRABALHO DE MULHERES E MENORES, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, ACTIVIDADE SINDICAL NA EMPRESA, ETC., o que permite e facilita ao patronato a fuga ao cumprimento da Portaria e toda a espécie de arbitrariedades;

Metalúrgicos do Distrito de Aveiro, reunidos em Assembleia Geral em Aveiro no dia 8/2/76, exigem:

- 1 — O imediato recomeço das negociações do Contrato Colectivo Vertical Nacional da Metalúrgia e Metalomecânica.
- 2 — No caso de o patronato se recusar às negociações, os Metalúrgicos aqui presentes estão prontos a recorrer a todas as formas de luta que venham a ser propostas pela Federação e pelos Sindicatos Metalúrgicos com a finalidade de impôr as nossas justas reivindicações.

Riomeão, 12 de Fevereiro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Antenor Sá Pereira

MOÇÃO

Trabalhadores Metalúrgicos reunidos em Aveiro, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 8/2/76, repudiam veementemente a dissolução do Conselho Coordenador das Caixas de Previdência, órgão dos trabalhadores.

Exigem que o Governo revogue imediatamente esse diploma, que é nitidamente prejudicial às classes trabalhadoras.

Riomeão, 12 de Fevereiro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Antenor Sá Pereira

MOÇÃO

- Considerando a descarada ingerência do patronato reaccionário e entidades Governamentais, em assuntos que só aos trabalhadores dizem respeito.
- Considerando as medidas antioperárias, como o aumento do custo de vida, congelamento da contratação colectiva, etc.
- Considerando a necessidade imperiosa de leis que façam sair dos tribunais os processos que os trabalhadores há muito aguardam, colocando-os em situações desesperadas, dado as suas responsabilidades familiares.
- Considerando que as leis em vigor não são para cumprir apenas pelos trabalhadores, mas também pelo patronato reaccionário.

Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Aveiro, reunidos em 8/2/76 para discussão, dos problemas que nos afectam, decidem:

- 1 — Reforçar a sua Unidade e Organização.
- 2 — Exigir o levantamento do congelamento da contratação colectiva.
- 3 — Repudiar qualquer tipo de ingerência nos assuntos dos trabalhadores que só a eles dizem respeito, venham elas, do patronato, Governo ou de partidos políticos.
- 4 — Exigir das autoridades deste País, medidas urgentes que ponham fim a tais situações.
- 5 — Tomar as posições julgadas adequadas e ao seu alcance caso não se verifiquem da parte das esferas governamentais, medidas urgentes e firmes na defesa dos trabalhadores.

Riomeão, 12 de Fevereiro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Antenor Sá Pereira



Geólogo João Pacheco

"ESTUDO DO MAR É VITAL PARA O NOSSO PAÍS"

«O oceano que banha Portugal é vital para o País» — lembrou o geólogo João Pacheco numa conferência que teve lugar na Sociedade de Geografia, subordinada ao tema «Resultados da exploração geológica dos fundos marinhos e perspectivas futuras».

O conferencista, a dado passo, observou que «depois de 1945 a geologia marinha nasceu como uma disciplina independente (simultaneamente ligada à geologia e à oceanografia) e grandes progressos foram feitos no conhecimento dos fundos marinhos graças ao aumento dos meios postos à disposição dos investigadores — sobretudo por motivos de ordem militar (guerra submarina) e económica (prospecção petrolífera) — e aos progressos tecnológicos verificados, que proporcionaram novas vias de investigação, permitindo, nos últimos trinta anos, resultados que vieram demonstrar a originalidade geológica das bacias oceânicas, o que constitui uma verdadeira revolução do pensamento geológico».

Lembrando a projecção do conferencista, o presidente da Sociedade de Geografia, afir-

mou ser necessário consciencializar a grande maioria das pessoas para a crescente importância do mar na vida da humanidade e salientou que o estudo do seu espaço e o seu aproveitamento são vitais para Portugal.

«Cabe aqui recordar», afirmou por fim, «que 90 por cento do peso das mercadorias transportadas em todo o mundo usam a via marítima, e em Portugal são 97 por cento as mercadorias nessas circunstâncias».

Acompanhando a sua exposição de projecções, o conferencista lembrou que o conhecimento dos recursos minerais dos fundos oceânicos é ainda «extremamente deficiente»,

que os continentes são gradualmente arrasados pela erosão e que as actuais bacias têm menos de 80 milhões de anos. «Um oceano nasce com a forma que actualmente apresenta o Mar Vermelho», observou, «para atingir o aspecto do Atlântico de hoje e, quando em plena expansão, morre nas condições costeiras com que se apresenta agora o Pacífico».

Na sequência do ciclo de palestras e conferências programadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa efectuar-se-á na próxima terça-feira (24) uma exposição a cargo do comandante Serra Brandão, que é especialista em Direito Constitucional Marítimo.

SÓ HÁ VAGAS PARA PROFESSORES LICENCIADOS E BACHARÉIS

Relativamente às notícias divulgadas sobre o encontro de uma delegação de professores com o ministro Vítor Alves, o M.E.I.C. emitiu um esclarecimento, a fim de evitar «novas dúvidas neste já tão complicado processo de colocação dos professores do ensino secundário e ciclo preparatório».

Nesse documento, sublinha-se o seguinte:

1 — Os representantes dos candidatos integrados na segunda fase da colocação de professores têm sido recebidos pelas entidades competentes na procura das soluções mais justas, adequadas e possíveis, pelo que as afirmações do ministro seguiram a linha das possibilidades que pelos serviços haviam já sido ventiladas como possíveis para a resolução dos seus problemas.

2 — Assim foi pelo ministro reafirmado que o número de vagas existentes era superior ao número de licenciados e bacharelados concorrentes a esta segunda fase, pelo que um posto de trabalho estaria assegurado a cada candidato nestas condições.

3 — Ao pedido da criação de postos de trabalho em tarefas para docentes para os cerca de 3.500 candidatos com habilitações inferiores ao bacharelato respondeu o ministro negativamente, face às dificuldades em dispor de verba para a criação de postos de trabalho não previstos no orçamento do M.E.I.C., esta restrição está claro não se estende a quaisquer dificuldades no pagamento dos vencimentos aos professores colocados nas diversas fases do processo que vão exercer a docência.

4 — Garantiu ainda o ministro que se encontra em estudo no M.E.I.C. o estatuto da carreira docente o qual antes de adoptado será discutido pela classe.

OS PROFESSORES QUE FALTAM EM PONTE DE SOR

Tendo em vista congregar todos os pais de alunos do País para «ajudar o M. E. I. C. a resolver o problema da colocação de professores» foi criada, depois de uma assembleia de encarregados de educação, a Associação dos Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Ponte de Soure — informa a Anop.

Em comunicado difundido por essa Associação apela-se a todos os pais e encarregados de educação para que apresentem a sua adesão a esta iniciativa e esclarece-se que a assembleia, «formada por cerca de 600 encarregados de educação», enviou ao M. E. I. C. um telegrama onde se afirma que «a direcção da escola de Ponte de Soure, da Associação de Pais, Alunos e Professores», dão um prazo de cinco dias para a «colocação dos professores que faltam, findo o qual tomarão a atitude que julgarem mais conveniente».

"Estudo Médico" sobre

S. Francisco Xavier

A classe de Ciências da Academia de Ciências de Lisboa reúne depois de amanhã para ouvir uma «Tentativa de Estudo Médico» sobre S. Francisco Xavier.

A comunicação é do académico prof. Pacheco de Figueiredo, e será apresentada pelo prof. Fraga de Azevedo às 15 horas.

"REVOLUÇÃO DE OUTUBRO" NA CAMARA DE SETUBAL

SETUBAL, 19 — Organizado pelo Museu da Revolução de Moscovo e apresentado pela Associação de Amizade Portugal-U.R.S.S., com a colaboração do Centro de Cultura e Recreio da Câmara Municipal de Setúbal, está desde ontem patente ao público, no Salão Nobre daquela edilidade, a exposição «Grande Revolução de Outubro na Rússia».

A inauguração da exposição estavam presentes Arnold Kalinin, embaixador daquele país em Lisboa, o adido cultural e o conselheiro da embaixada, respectivamente, Yueorgui Dadiami e Svatoslav Kowtzo, além do governador civil do distrito, Helder Madeira, elementos da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e membros da Associação de Amizade Portugal-URSS, do Centro de Cultura e Recreio, assim como outros convidados e muito público.

Numa outra sala foram, depois, distribuídas lembranças aos membros da representação diplomática russa no nosso país, e servidas bebidas da região a todos os convidados. Arnold Kalinin brindou pela amizade entre os povos dos dois países e pela Revolução de Outubro.

Nacional

Trabalhadores da Lisnave desmentem calúnias

A Comissão de Informação do Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave, desmentiu esta manhã, nos estaleiros da Margueira, nem conferência de imprensa notícias tendenciosas sobre os trabalhadores publicadas em certos jornais.

«Os ataques começaram a surgir depois do 25 de Novembro — salientaram». Os porta-vozes dos trabalhadores referem-se ao caso concreto do jornal «O Dia» que por diversas vezes os atacou nas suas colunas. Numa tentativa caluniosa, esse jornal divulgou em certa altura, que os trabalhadores da Lisnave ganhavam o ordenado mínimo de 17 contos e que a empresa foi e uma das mais subsidiadas pelo Estado. «Ora nem os engenheiros ganham isso» — afirmaram. A propósito ainda de um incidente que envolveu os operários e uma funcionária da Informática que ostentava no peito, em pleno refeitório, um emblema do C.D.S., o citado órgão da Informação dera nitidamente a ver-

ção (falsa) da empregada em questão.

A Comissão de Informação repôs a verdade dos factos dizendo que na Assembleia Geral de delegados, onde estiveram 87 representantes dos trabalhadores, foi decidido a suspensão de funcionária que, em atitudes provocatórias, se pavoneava no refeitório com um emblema do C.D.S. ao peito. Disseram ainda os porta-vozes dos trabalhadores que «não houve de maneira nenhuma um inquérito pidesco como diz o jornal «O Dia».

No entanto não é esta a primeira vez que os operários da Lisnave são vítimas de calúnias. Segundo a Comissão de Informação já foram apelidados de «calões» na Assembleia Constituinte pelo deputado Al-

fredo de Carvalho e no dia 7 deste mês novamente receberam ataques de um outro deputado: Igrejas Caeiro.

«Curiosamente esses deputados pertencem ao mesmo partido» — acentuam os trabalhadores da Lisnave. E acrescentam: «Nós não somos «calões» e podemos prová-lo com os telex que nos foram enviados por trabalhadores e empresas de diversos países, pela maneira como fazemos o nosso trabalho. Conseguimos conciliar a luta e o trabalho».

A comissão de Informação, ainda a propósito das notícias falsas de certos jornais afirma que «se continuarem a aparecer notícias desse teor os operários da Lisnave «utilizarão as formas de luta que acharem mais convenientes».

PACTO C.R.-PARTIDOS

P.P.D. mantém o impasse

As negociações para o novo acordo político-militar a assinar entre o Conselho da Revolução e os partidos não conheceram nenhum avanço sensível ontem com a reunião de Melo Antunes (em representação da «comissão dos cinco» escolhidos pelo C.R. para as negociações) com Rui Machete, Barbosa de Melo e Sá Carneiro, em representação do P.P.D.

A reunião fora convocada pela parte militar, tendo em vista a superação do impasse em que as negociações se encontravam, com o P.P.D. a manter-se intransigentemente defensor de que simultaneamente com as eleições para a Assembleia Legislativa deverão realizar-se eleições para a Presidência da República. Os militares propõem que as segundas se realizem seis meses depois, se realiza em mercede a concordância das restantes quatro organizações políticas interessadas nas negociações: o P.S., o P.C.P. e o M.D.P. e até mesmo

o C.D.S., que considera a posição do P.P.D. tecnicamente inviável. O P.P.D. foi convocado para lhe ser entregue o texto do acordo que estava para ser assinado já na passada semana. Sá Carneiro e a delegação mantiveram as suas exigências no que respeita ao problema em suspenso.

Antes, o texto tinha sido entregue ao P.S. Seguidamente será fornecido ao P.C.P., ao C.D.S. e ao M.D.P. Cumprido isto, o P.P.D. será de novo convocado. No ponto em que as coisas estão, parece provável que no P.P.D. se realize dentro de dias uma reunião do secretariado com a Comissão Política, numa última tentativa para ultrapassar o impasse internamente. Se este objectivo não for conseguido, o P.P.D. não deverá assinar o acordo, uma vez que o texto para assinar deverá obter a aprovação das restantes forças políticas interessadas.

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

Largo do Intendente

Pina Manique, 35-1.º LISBOA 1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 33.º n.º 1, alínea b) — dos Estatutos, convocam-se os trabalhadores da área deste Sindicato para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 26 de Fevereiro de 1976, às 21.00 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico — Avenida Rovisco Pais, Lisboa — com a seguinte Ordem de Trabalhos:

HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ANTÓNIO CARLOS VIDEIRA DOS SANTOS

«Secretário»

DEPOIS DE CARLUCCI

Diplomata dos E.U.A. "orienta-se" no Norte

O primeiro secretário da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, sr. Richard Melton, encontra-se de visita, considerada de «orientação», a várias localidades do norte e centro do País, tendo contactado com presidentes da câmara, governadores civis e comandantes de forças militarizadas, nomeadamente na Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Lamego, Viseu, Aveiro e Coimbra. A visita a estas duas últimas cidades tem lugar hoje.

Em Braga o diplomata ameri-

cano contactou também um conhecido elemento da hierarquia católica bracarense, o conego Melo. Recordar-se que este conego (principal impulsor da manifestação de 10 de Agosto do ano passado e que motivou graves incidentes junto da sede do P.C.P. em Braga) foi considerado como tendo estado presente na famosa reunião de elementos do M.D.L.P., no seminário de Braga no dia 31 de Outubro passado. Desta reunião, onde foram presos o ex-major Mira Godinho e o ex-tenente fuzileiro Benjamim de Abreu, teria participa-

do também Alpoim Calvão, responsável militar do E.L.P.-M.D.L.P.

Richard Melton, entretanto, acompanhado do cônsul dos E.U.A. no Porto teve ainda um encontro com retornados em Vila Real. Em Lamego visitou a escola de formação de sargentos.

Esta é a segunda visita de uma personalidade de destaque da Embaixada dos E.U.A. ao Norte após a visita efectuada pelo próprio embaixador sr. Carlucci vários dias antes do 25 de Novembro.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

MANIFESTAÇÃO

TERREIRO DO PAÇO, DIA 20, 6.ª-FEIRA, 19 HORAS

MOÇÃO

A reunião geral de delegados do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, realizada no dia 18 de Fevereiro de 1976 na delegação do Sindicato de Moscavide;

— CONSIDERANDO QUE os militares antifascistas e revolucionários se encontram na prisão por em todas as circunstâncias terem dado o seu incondicional apoio às lutas dos trabalhadores e dos moradores e de todo o Povo Português pela melhoria das condições de vida e de trabalho e contra o fascismo;

— CONSIDERANDO QUE se a luta contra o congelamento da contratação colectiva e a carestia da vida e uma luta em que nos temos de empenhar, no entanto essa luta só será vitoriosa se conseguirmos travar o avanço das forças de direita que querem o regresso do fascismo;

— CONSIDERANDO QUE a luta desenvolvida pelo C. L. A. R. P. e que merece o apoio unânime da assembleia geral do nosso Sindicato se enquadra na luta geral contra o fascismo;

DECIDE:

1.º — APOIAR INCONDICIONALMENTE A MANIFESTAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL DE TODOS OS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS QUE TERÁ LUGAR NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, DIA 20 DE FEVEREIRO, PELAS 19 HORAS, COM PARTIDA DO TERREIRO DO PAÇO;

2.º — APELAR A TODOS OS TRABALHADORES PARA COMPARECEREM EM MASSA A ESTA MANIFESTAÇÃO.

— LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL DE TODOS OS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!

— O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Esta foi uma moção aprovada na reunião geral de delegados e realizada no dia 18/2/76 e que foi aprovada com um voto contra e 6 abstenções.

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL APELA PARA A CLASSE NO SENTIDO DE SE MOBILIZAREM PARA ESTA GRANDE JORNADA DE LUTA.

O LOCAL PARA A CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES DO NOSSO SECTOR SERÁ JUNTO AO CAIS DAS COLUNAS NO TERREIRO DO PAÇO, PELAS 19 HORAS.

— TODOS AO TERREIRO DO PAÇO, DIA 20 (6.ª-FEIRA), ÀS 19 HORAS!

— EXIJAMOS A LIBERTAÇÃO E REINTEGRAÇÃO IMEDIATAS DOS MILITARES ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS!

— PRESO OTELO, É O 25 DE ABRIL QUE ESTÁ NA PRISÃO!

— LUTAR CONTRA A REPRESSÃO E LUTAR CONTRA O FASCISMO!

— UNIDOS E ORGANIZADOS O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

S.  R.
MINISTÉRIO
DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, situada em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Paredes e Valongo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARI, a que se refere o processo 8/56785, arquivado 4, para o estabelecimento nas freguesias de Recarei e S. Martinho do Campo e concelhos de Paredes e Valongo, de uma linha mista a 15 kV, com 493 metros, do apoio n.º 6 da linha da Eléctrica Du-reinse, L.d.ª para a nova fábrica de Joaquim Moreira dos Santos e Filhos, L.d.ª, na freguesia de Recarei, concelho de Paredes, ao Pesto de Transformação de Manuel Coelho Barbosa e Filhos, L.d.ª no lugar de Terronhos, freguesia de S. Martinho do Campo, concelho de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser apresentadas na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do estado prazo. Repartição de Licenciamento, em 10 de Fevereiro de 1976

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE AVEIRO

SEDE EM RIOMEÃO

MOÇÃO

- 1 — Face à política antipopular do Governo de que se destaca no sector económico pelo seu significado e gravidade, o congelamento da contratação colectiva e a autorização e apoio à alta de preços de produtos de primeira necessidade;
- 2 — Tendo em conta a actuação partidária, divisionista e repressiva da actual equipa do Ministério do Trabalho que, como fiel servidora do capital, descongela contas bancárias de sabotadores e facilita e promove o seu regresso às empresas, retira credenciais a Comissões de Trabalhadores, manda assaltar sindicatos e põe em perigo as liberdades e direitos sindicais dos trabalhadores;
- 3 — Considerando que toda a política económica e laboral do Governo visa fazer pagar fundamentalmente aos trabalhadores o preço da crise económica herdada do fascismo e agravada pelos capitalistas através do boicote, sabotagem e todas as espécies de crimes.

Os Metalúrgicos do Distrito de Aveiro, reunidos em Assembleia Geral em Aveiro no dia 8/2/76, decidem:

- 1 — Fortalecer por todas as formas as suas organizações de classe, nomeadamente o seu Sindicato a fim de fazer frente com êxito à ofensiva capitalista que ameaça liquidar as conquistas duramente alcançadas na luta, pelas massas trabalhadoras.
- 2 — Manifestar o seu mais vivo repúdio perante a política actualmente seguida pelo Ministério do Trabalho e expressar a mais profunda e total desconfiança nos actuais responsáveis por este Ministério.
- 3 — Exigir que sejam renovadas as credenciais passadas às Comissões de Trabalhadores e que seja vedado ao patronato sabotador o regresso às Empresas com interesses do Estado ou geridas pelos trabalhadores.
- 4 — Exigir que sejam tomadas medidas imediatas que façam pagar no essencial aos capitalistas o preço da crise económica que provocaram e que só não é mais grave devido à vigilância, à iniciativa e à dedicação dos trabalhadores.
- 5 — Exigir a imediata suspensão do congelamento da contratação colectiva.
- 6 — Exigir a reposição dos preços dos produtos de primeira necessidade aos níveis praticados à data da formação do VI Governo Provisório (Setembro 75).

Riomeão, 12 de Fevereiro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Antenor Sá Pereira

MOÇÃO

Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Aveiro, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 8/2/76, em Aveiro, face à escalada terrorista e reacção dos últimos meses, que culminou com os atentados bombistas às organizações de trabalhadores em Braga, e tendo em atenção a passividade das autoridades constituídas que permitem que se mantenham impunes os autores e as organizações criminosas que preparam e executam toda a espécie de actos contra os trabalhadores e suas organizações, decidem:

- 1 — Manifestar a sua mais viva apreensão pela escalada fascista que continua com o campo aberto para prosseguir nas suas actividades contra-revolucionárias.
- 2 — Exigir do Governo e da Região Militar do Norte, medidas imediatas, enérgicas e concretas para o aniquilamento daquelas organizações terroristas e imediata prisão dos seus membros e de todos os fascistas em liberdade.
- 3 — Exigir que o Governo pague integralmente os prejuízos provocados por aqueles atentados, tal como pagou os da embaixada de Espanha e da Rádio Renascença.
- 4 — Exigir do Governo o respeito pela plataforma governamental que impõe a liquidação da violência e a restauração das liberdades democráticas e sindicais.

Os Trabalhadores deste Distrito, estão na firme disposição de reforçar cada vez mais as suas organizações de classe e, unidos solidamente, lutar por todas as formas ao seu alcance contra a recuperação do processo pelas forças reacçãoárias e a participar activamente numa frente nacional contra o fascismo e a favor da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

- NÃO AO TERRORISMO !
- NÃO AO FASCISMO !
- PRISÃO IMEDIATA DOS ELPS E DE TODOS OS FASCISTAS !
- NÃO HÁ BOMBAS QUE DESTRUAM A NOSSA UNIDADE !
- UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS !
- A LUTA CONTINUA !

Riomeão, 12 de Fevereiro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Antenor Sá Pereira

Nacional HELDER ESTRELA NA TV

Nacionalização da banca deve ser consolidada pelos trabalhadores

Continuando a utilizar a rubrica televisiva «Momento Político» para fazer a sua política de relações públicas, falou ontem ao País o dr. Helder Estrela, subsecretário de Estado do Tesouro, encarregado da organização do sector bancário. Depois de referir a necessidade que o Governo tem da confiança e da adesão do povo português para que aumentem os depósitos bancários e as remessas dos emigrantes, apontou as medidas postas em prática no sector bancário e já anunciadas pelo ministro das Finanças e pelo secretário de Estado do Tesouro: modificação da taxa de desconto do Banco de Portugal e das reservas de liquidez dos bancos comerciais; definição de uma política mais acentuada de redescuento selectivo; defesa do sigilo e da ética bancária; regularização de certas situações no que respeita a depósitos; modificação da taxa de juros paga aos depositantes; e principalmente um regime mais normal no que respeita à gestão dos bancos, terminando com um regime precário das comissões administrativas e substituindo-o por um estatuto mais definido e pela gestão de profissionais bancários com experiência e competência para fazer face aos graves problemas que é necessário enfrentar.

O sistema bancário, que «funcionava ligado aos interesses de meia dúzia de possidentes, formando grandes grupos económicos», foi nacionalizado e precisa de ser adaptado «à democracia e ao socialismo que estamos a construir» — disse o dr. Helder Estrela ao entrar, na parte final da sua

intervenção, no problema da reestruturação bancária.

«É um assunto muito complexo, e para o estudar está a funcionar desde há algum tempo, no Ministério das Finanças, uma comissão de reestruturação, com participações diversas, nomeadamente do Banco de Portugal e do Sindicato dos Trabalhadores Bancários» — disse o subsecretário, para acrescentar que «As nacionalizações não podem significar, na prática, o reino da ineficiência, da burocracia, da falta de profissionalismo.»

«As nacionalizações» — afirmou — «têm que significar organizações bancárias dinâmicas, eficientes, modernas, servidas por profissionais altamente competentes e motivados para colocar os seus conhecimentos ao serviço do progresso da sociedade portuguesa. Compete aos trabalhadores portugueses, em especial a essa classe que tão boas provas deu no passado, que é a classe dos bancários, defender e consolidar as nacionalizações. E essa defesa também se faz com o seu profissionalismo, a sua competência. Se falharmos esta necessidade de profissio-

nalismo e de competência, começamos a pôr em perigo as nacionalizações.»

Enquanto a comissão continua os seus trabalhos de análise e discussão do problema, com a colaboração de pessoas e instituições interessadas, dois aspectos «foram considerados altamente prioritários». O primeiro diz respeito à redução do número de bancos, por integração de alguns de menor dimensão noutros de maior dimensão; concretamente a integração das pequenas casas bancárias Manuel Mendes Godinho, Pancada e Moraes, Banco do Algarve, Banco do Alentejo, Banco Viseense, Banco Fernandes Magalhães, Banco de Angola, BIP e Banco da Agricultura. O segundo aspecto respeita à cobertura bancária do País. «Há mais de 80 concelhos sem a presença de uma agência bancária» e aquela «é importante para as actividades locais, mas também é importante como contributo para o combate ao desemprego, pois iria permitir a criação de postos de trabalho que tão necessários e urgentes se tornam», precisou o subsecretário.

João Salgueiro no Banco de Fomento

A Comissão de Gestão do Banco de Fomento Nacional constituída pelos drs. João Salgueiro, Almeida Serra, Machado Oliveira, Noel Loureiro, e Silva, acaba de ser empossada.

Além do ministro das Finanças, dr. Salgado Senha, e do secretário de Estado do Tesouro, dr. Santos Silva, estiveram presentes no acto de posse numerosas outras entidades governamentais e amigos dos empossados.

COMPUTADORES EM SEMINÁRIO

Um seminário sobre computadores, organizado pela Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa, realiza-se a 23 e 25 deste mês. O tema é «a mecanização de processos administrativos em computadores», sob a orientação do eng.º Mário Santiago.

Os encontros decorrem entre as 9 e 13 horas e 14.30 e 17.30 horas. Também no dia 23, e por iniciativa da mesma organização, iniciam-se seminários sobre «planeamento e controlo de produção» e «organização de arquivos clínicos».



LUIZ VAZ 73

envolvimento audio-visual de
jorge peixinho e ernesto de souza

participação do grupo de música
contemporânea de lisboa

serta, sábado e domingo na galeria
de belém - mercado do povo. 21H30

POEMAS DE ANTÓNIO ALEIXO

«ESTE LIVRO QUE VOS DEIXO» — 70\$00
Dist. LIVRARIA ALMEDINA — COIMBRA



Nicolae Ceausescu e Alvaro Cunhal encontram-se em Bucareste, uma das escalas do secretário-geral do P. C. P. na sua ida a Moscovo. Reunião cordial e positiva — dizem as agências

Encontro em Bucareste Ceausescu-Cunhal

O secretário-geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, encontrou-se ontem em Bucareste com Nicolae Ceausescu, presidente da República da Roménia e secretário-geral do Partido Comunista Romeno. Participaram na reunião, além de António Gervásio, que acompanha Cunhal na sua digressão por cinco países socialistas europeus, Ilie Verdetz e Stefan Andrei, um e outro personalidades do P. C. romeno. Uma notícia da agência romena Agerpress, veiculada pela Anop, diz que

o encontro decorreu em ambiente de camaradagem, amizade e cordialidade. Alvaro Cunhal e António Gervásio chegaram a Bucareste vindos de Belgrado. A Roménia é o terceiro país onde a delegação do P.C.P. se detém para encontros com os mais altos dirigentes. Antes, a delegação tinha estado em Praga. Seguidamente, Alvaro Cunhal e António Gervásio deslocam-se para a Bulgária e, finalmente, visitarão a União Soviética onde deverão participar no Congresso do P.C.U.S.

Portugal pode estar às portas da C.E.E.

Declarações do ministro britânico de Estado para a Europa, Roy Hattersley, transmitidas pela agência Reuter, levantam a hipótese de que estaria para breve o ingresso de Portugal, Espanha, Grécia e Turquia no Mercado Comum Europeu.

Num discurso proferido na Sociedade Suíça de Política Externa da Universidade de Berna, Hattersley disse que «uma comunidade europeia

com 10 ou possivelmente 13 membros seria uma construção muito mais solta do que actualmente».

De facto, existem dados que permitem pensar que as hipóteses formuladas pelo ministro britânico para a Europa podem ser algo mais do que remotas possibilidades. Como exemplos, citam-se: as constantes reafirmações dos actuais dirigentes de que os des-

tinios de Portugal estão absolutamente vinculados ao bloco europeu, as altas somas que têm sido enviadas para o país sob a forma de empréstimos, as constantes deslocações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira e, particularmente, de Vasco Vieira de Almeida, que mantém contactos intensos e demorados com Bruxelas.

Saldo positivo no comércio com Inglaterra

Segundo as últimas estatísticas do comércio, externo da Inglaterra, publicadas em Londres, pelo Departamento de Comércio, as importações deste país foram superiores às exportações para Portugal durante o ano passado. O valor das importações foi avaliado em 201,1 milhões de libras (cerca de 11.673,8 milhares de contos). As exportações para Portugal, durante o mesmo período, atingiram o valor de 157,6 milhões de libras, aproximadamente 9.140,8 milhares de contos. O saldo favorável a Portugal, é superior a 2.533 milhares de contos.

A Inglaterra importou do nosso País fio e tecidos (2 969,6 milhares de contos), produtos minerais não metálicos (1 322,4 milhares de contos), confeccções (1 577,6 milhares de contos) e maquinaria (1 136,7 milhares de contos), além de outros produtos com valor mais reduzido: fruta e legumes, pasta e desperdícios de papel, madeira e cortiça, calçado e produtos químicos.

Portugal importou deste país maquinaria (2 517,2 milhares de contos), equipamento de transporte (1 600,8 milhares de contos), produtos químicos (1 206,4 milhares de contos), além de produtos alimentares.

Noruegueses em Lisboa para acordos de pesca

Com a incumbência de negociar com as autoridades portuguesas, através da Secretaria de Estado das Pescas, do Ministério Negócios Estrangeiros e do Estado-Maior da Armada, questões relacionadas com o direito do mar, e a política norueguesa relativamente às zonas de pesca e a nossa posição pesqueira no nordeste Atlântico, chegou ontem a Lisboa uma missão norueguesa chefiada pelo director-adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em substituição do ministro Evenson.

Os visitantes, que eram aguardados no aeroporto, pelo embaixador norueguês em Lisboa, pelo dr. Mário Rêvo director-geral da Investigação e Recursos Aquáticos da Secretaria de Estado das Pescas e pelo

dr. Rui Cabeçadas, director de Relações Internacionais do M.N.E., já hoje se encontraram naquele Ministério para formalizar a matéria que consta das conversações e dos acordos para assinar.

Este encontro, por outro lado, poderá ordenar, também, como reordenamento das posições a assumir pelos dois países no momento em que se anuncia para Março a Conferência do Direito do Mar.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES

Comunicado n.º 18

AOS TRABALHADORES PORTEIROS DE PRÉDIOS URBANOS

1. Noticiaram os Jornais e outros meios de informação uma conferência de Imprensa promovida no Hotel Tivoli por uma «Comissão Directiva Provisória» dum Sindicato que se intitulará «SINDICATO DOS PORTEIROS E PORTEIRAS DE PRÉDIOS URBANOS». Conforme as notícias, tratou-se sobretudo de atacar a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares, designadamente por não ter sido criado um lugar de Director para um dos membros daquela comissão. Esta circunstância logo levantará naturais desconfianças quanto às intenções da referida comissão. Mesmo assim é necessário prestar determinados esclarecimentos à classe para evitar confusões.
2. No «Diário do Governo», 3.ª Série, de 11/8/75 foram publicados os Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares, que, segundo o Art.º 1.º, **expressamente se destina a Porteiros e Porteiras de Prédios Urbanos**, além doutros porteiros, serventes de limpeza, vigilantes outros profissionais de actividades similares (o que só dá, aliás, mais força ao Sindicato em defesa dos trabalhadores que representa). Esses Estatutos não foram no prazo legal impugnados por ninguém. Por outro lado, este Sindicato já vem defendendo desde há tempo, e com um constante aperfeiçoamento dos seus serviços, a classe dos porteiros e porteiras dos prédios urbanos, assegurando a publicação da primeira portaria, e lutando agora pela sua revisão e aperfeiçoamento, representando-os de facto, quer junto de Entidades Oficiais quer nos Tribunais, promovendo reuniões de esclarecimento que vão conduzir à nomeação dos Delegados Sindicais, e esforçando-se constantemente para impor às Entidades Patronais o cumprimento das Portarias de que procuram sistematicamente fugir. Por isso mesmo, já se encontram inscritos neste Sindicato cerca de sete mil porteiros e porteiras de prédios urbanos.
3. A luta é difícil mas não pára. E uma coisa é certa: se em vez de um Sindicato existirem dois, a classe fica enfraquecida e só perderá. De resto não faz qualquer sentido querer criar mais um Sindicato, dividindo a classe, só porque não se concorda com uma Direcção. Um Sindicato é um órgão Democrático, dentro dele se luta pela Orientação Sindical que se julgar mais correcta. Mas, não se tenta montar outros Sindicatos, para representar os mesmos trabalhadores, dividindo a classe, favorecendo os patrões.
4. Além disso, consoante o Art.º 11.º do Dec.-Lei n.º 215-B/75, «não pode constituir-se qualquer Associação Sindical que vise representar trabalhadores cuja categoria se encontre já representada por uma Associação Sindical do mesmo tipo que abranja a respectiva área». Por isso, e porque urge manter a classe unida num Sindicato forte e Democrático este Sindicato vai impugnar em Tribunal estes Estatutos, pedindo que seja declarado judicialmente extinto este novo Sindicato que quer representar trabalhadores que já estão organizados.

**VIVA A CLASSE TRABALHADORA
VIVA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA**

SÓS NADA SOMOS

UNIDOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

A LUTA CONTINUA!

AVISO A TODOS OS TRABALHADORES

As organizações promotoras da Concentração — Comício marcado para o próximo dia 20, avisam todos os trabalhadores e a população em geral que, aquela Concentração-Comício, **foi adiada para o próximo dia 25 (Quarta-Feira)** pelas 19 horas, no Pavilhão da Feira Internacional de Lisboa — FIL.

Para resistirmos à ofensiva da direita, que visa roubar-nos as conquistas alcançadas durante meses e meses de luta, teremos de nos unir e organizar.

- **CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!**
- **CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS!**
- **CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES!**
- **CONTRA O TERRORISMO!**
- **A LUTA CONTINUA**

Todos à Feira Internacional de Lisboa — **25** no próximo dia 25 (Quarta-Feira), pelas 19 horas.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976

A COMISSÃO PROMOTORA

Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Químicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul, Rodoviários de Lisboa, Transportes Colectivos de Lisboa, Texteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, Ferroviários do Centro, a Cintura Industrial de Lisboa, e o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa em nome da Comissão Organizadora Alargada.

Trabalho

TÊXTEL MANUEL GONÇALVES

Fábrica parada, — Ministério mantém posições

Não houve alteração digna de registo na empresa Têxtil Manuel Gonçalves que continua paralisada, tendo decorrido esta manhã, segundo nos informou a «comissão de luta» nascida dos acontecimentos dos últimos dias, uma reunião dos trabalhadores das unidades de S. Cosme. O elemento da «comissão de luta» com quem contactámos afirmou-nos que a paralisação «continua e continuará até satisfação das nossas justas reivindicações».

Entretanto, ontem à tarde decorreu em S. Cosme uma reunião de imprensa convocada pela referida «comissão de luta», a qual, segundo nos disseram, foi marcada «sobre a hora, pelo que não houve tempo de contactar todos os jornais». Segundo a imprensa matutina do Porto, a reunião com a imprensa e com os trabalhadores versou sobre os acontecimentos dos últimos dias, sobre as decisões tomadas pelo M.T. relativamente a este caso e sobre a situação dos 17 trabalhadores suspensos que não teriam sido saneados, mas suspensos em plenário. O plenário que suspendeu esses 17 trabalhadores decorreu, conforme noticiámos, no meio de incidentes e agressões que muitos trabalhadores denunciaram como motivo que impossibilitou a livre expressão da sua vontade. A «comissão de luta» declarou que «a decisão do M.T. de impor a reintegração imediata dos 17 trabalhadores é uma imposição de autêntico ditador do tempo do fascismo». Recorde-se, a este propósito, que a decisão do Conselho de Ministros e do Ministério do Trabalho sobre este ponto é a de não admissão de quaisquer «saneamentos» ou suspensões, conforme foi tornado público.

O CUSTO DA PARALISAÇÃO

Segundo cálculos efectuados, esta paralisação atinge um custo diário da ordem dos cinco mil contos, que diariamente têm vindo a ser facturados. Por outro lado, a paralisação afecta outras unidades pelo não fornecimento de matérias primas (caso das lonas) produzidas na Têxtil M.G. têm sido recebidos telexes de escritórios da empresa no estrangeiro, referindo riscos decorrentes da paralisação. Uma empresa inglesa teria chegado ao ponto de cortar as relações comerciais com a T.M.G., se Manuel Gonçalves não reentrasse na empresa.

Entretanto, o Sindicato dos Bancários do Porto tornou pública a sua posição quanto ao caso da Têxtil M.G., afirmando em comunicado: «A entrega da T.M.G. à anterior administração representa, quanto a nós, uma opção de classe do poder político-militar. Isto não é uma classificação definitiva, mas uma crítica a uma resolução por ele tomada. Não podemos esquecer outras resoluções diferentes, nomeadamente no que se refere à Reforma Agrária».

A direcção dos bancários diz ainda que «a entrega da empresa à anterior administração não significa uma necessidade de gestão mas uma opção marcadamente favorável aos interesses de alguns capitalistas, com prejuízo da esmagadora maioria dos trabalhadores. (...) É importante realçar que as condições de regresso de Manuel Gonçalves à empresa, no tocante ao crédito utilizável sem necessidade de qualquer garantia pessoal, significam uma intolerável ingerência nos assuntos das actividades bancárias que os bancários, seguramente, não irão permitir. Recorde-se que essa utilização de crédito sem garantia pessoal era uma das condições impostas por Manuel Gonçalves para o seu regresso à empresa.

Finalmente, segundo a G.N.R. de Vila Nova de Famalicão, que ontem recebeu ordem para estar atenta aos acontecimentos, não tem havido «qualquer anormalidade até ao momento».

MINISTRO ESCLARECE POSIÇÃO

O Ministério do Trabalho esclareceu detalhadamente a

sua posição em comunicado enviado aos órgãos de Informação, que é do seguinte teor: «A posição que o Ministério do Trabalho tem vindo a tomar quanto aos recentes acontecimentos na Têxtil Manuel Gonçalves fundamenta-se como já é do conhecimento público, no seguinte:

1 — Têm sido envidados todos os esforços para que seja cumprida na íntegra a resolução do Conselho de Ministros, de 3 de Fevereiro de 1976.

2 — Nos termos dessa resolução para que a reintegração da administração se efective, é necessário, como condição prévia, que essa administração não reconheça qualquer suspensão ou saneamento de trabalhadores da empresa, que tenha sido deliberada por qualquer órgão ou grupo, dentro ou fora da empresa.

3 — Assim, só depois de os 17 trabalhadores suspensos serem admitidos a ocupar os seus postos de trabalho, é que o Governo considera preenchidas todas as condições necessárias para a integração da administração.

4 — O que se verificou foi que apesar do compromisso assumido pela administração, invoca esta não ser da sua autoria a decisão de suspensão dos 17 trabalhadores, assacando a responsabilidade a um plenário de trabalhadores realizado no dia 4 de Fevereiro.

5 — Contudo, não se pode passar uma esponja pela vontade manifestada pela administração e tornada pública na imprensa de 2 de Fevereiro, de como factor condicionante do seu regresso à empresa suspender 17 trabalhadores.

6 — Portanto, se por um lado é um facto que os trabalhadores em plenário deliberaram suspender os seus 17 colegas, o certo é que sendo também este o desejo expresso pela administração não cuidou esta de elucidar devidamente os trabalhadores do melindre que para ela, administração, revestia a obediência ao deliberado no plenário em frontal oposição com a resolução do Con-

selho de Ministros.

8 — Face ao impedimento de reassunção de funções dos 17 trabalhadores suspensos, o Ministério do Trabalho entendeu competir-lhe advertir a administração da empresa Têxtil Manuel Gonçalves para a necessidade de reocupação de funções por parte dos 17 trabalhadores como pressuposto da legalidade da retomada do exercício de funções por essa administração.

9 — Há pois todo um procedimento legal a ser respeitado, não cabendo ao Ministério do Trabalho o papel de avalista de atropelos à lei.

10 — Assim, a partir do momento em que, na empresa se constata a existência de actuações ilícitas por parte de qualquer trabalhador, nomeadamente actuações que constituem infracção disciplinar, deve ser de imediato instaurado processo disciplinar, que se incidirá com a descrição dos comportamentos imputados ao trabalhador.

11 — Depois de iniciado esse processo pode a entidade patronal suspender a prestação do trabalho, se a presença do trabalhador se mostrar inconveniente, ficando garantido o pagamento da retribuição.

12 — No caso da Têxtil Manuel Gonçalves, viu-se o Governo perante uma situação inédita: a de uma empresa em relação à qual fora contestada a existência de condições para caducidade de intervenção do Estado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74, e simultaneamente a verificação na mesma empresa, de uma situação que, nos termos da lei (D.L. N.º 597/75) autoriza o Governo a realizar um inquérito.

13 — A apreciação das provas produzidas no inquérito caberá pois ao inquiridor nomeado pelo Ministério do Trabalho; as conclusões finais estão competidas ao ministro do Trabalho ou ao secretário de Estado do Trabalho.

14 — Fora do procedimento acima enunciado, não poderá o Ministério do Trabalho aceitar a imposição de qualquer medida.

15 — Deseja o Ministério do Trabalho deixar bem claro que repudia seja em que caso for, saneamentos, despedimentos ou suspensões precipitadas, sem que se adopte um procedimento legal, conduzido com produção de provas e com liberdade de defesa dos trabalhadores atingidos.

O Ministério do Trabalho repudia actuações que, à margem da lei possam servir para deteriorar o ambiente de trabalho nas empresas, lançando trabalhadores contra trabalhadores, com graves prejuízos de ordem moral e material para todos.

16 — Como actuação próxima desde já se pode anunciar para breve o envio a Conselho de Ministros de uma lei sobre saneamentos nas empresas, abrangendo não só a actuação futura, como a revisão de processos anteriormente efectuados com desrespeito pelas garantias da defesa dos abrangidos.

17 — Que de uma vez por todas se encerre o ciclo vicioso em que os prejudicados de ontem são os vingadores de hoje com riscos de virem a ser os prejudicados de amanhã.

Que ao ambiente de ódio, e incompreensão que acompanhou largo número de saneamentos selvagens, atirando para a miséria tantas famílias portuguesas, seja posto de vez um ponto final».

MENGAS ALVES

Entra o patrão param os trabalhadores

Mais um patrão que regressou à empresa. Trata-se de António Mengas Alves. A notícia foi divulgada numa conferência de imprensa a que esteve presente a Comissão de Trabalhadores. Foi o Ministério do Comércio Externo que devolveu a gerência ao patrão, que entrou nas instalações com o auxílio dos bombeiros.

A empresa tem sete trabalhadores em «full-time» e dois em «part-time». Desde o regresso do patrão que se encontram em greve. Apenas retomou o trabalho uma 1.ª escriturária que havia sido saneada. Foi com ela que trocámos algumas impressões quando ali nós deslocámos para tentar encontrar algum elemento da comissão de trabalhadores.

Além desta senhora apenas se encontrava o patrão, António Mengas Alves, que

esteve preso em Caxias mais de cinco meses. Saiu no passado mês de Outubro. «Esteve a descansar este tempo e agora resolveu tomar conta da empresa. Está no seu direito» — diz, a 1.ª escriturária.

E, sempre sorridente, a 1.ª escriturária tace acusações aos trabalhadores, afinal, aos seus colegas. Defende a entidade patronal. «Fui saneada por ter boas relações com a entidade patronal» — exclama. Acrescenta que os trabalhadores já se pagaram de subsídios deste ano, etc. Mas se os trabalhadores quiserem regressar aos seus locais de trabalho? — argumentámos. «Ai, isso não sei». «Mas quer falar com a entidade patronal?». Já não era necessário. Estávamos perfeitamente elucidados: Mas o patrão veio ver quem tinha lá estado a fazer perguntas.

Fábrica de toldos em risco de fechar

«A partir do 25 de Abril a entidade patronal tem manifestado, quer por palavras quer por actos, o propósito de encerrar a empresa», afirma a Comissão de Trabalhadores da Sociedade Industrial de Toldos e Encerados, S.A.R.L., num documento enviado ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

«Porque nos últimos tempos se tem verificado da parte do administrador, Sebastião Dias Gomes, maior insistência na concretização desses objectivos, tal facto levou os trabalhadores a reagirem e a tomar posições perante o Ministério do Trabalho, denunciando toda uma série de ilegalidades que podem conduzir à falência técnica da empresa, tais como:

— Aquisição de créditos bancários para investir em instalações e que foram aplicados noutros fins, sem qualquer beneficência para a empresa.

— Transferências para a sua conta particular de somas importantes com fugas nos impostos.

— Compras e despesas particulares, com dinheiro da empresa (despesas particulares, reparação de viaturas particu-

lares, cedência gratuita de mão-de-obra da empresa, emprego da mão-de-obra em actividades particulares que têm sido custeadas pela empresa e vencimentos pagos a pessoas particulares e à esposa, sem prestação de serviços)».

Para além deste rol de «ilegalidades», segundo os trabalhadores, foi ainda suspenso um dos elementos da Comissão de Trabalhadores, alegando desobediência.

«Porque se verificou na última semana um desvio de materiais necessários à manutenção da actividade da empresa» e «face aos seus princípios expressos de declarar a falência da empresa, a Comissão de Trabalhadores decidiu manter piquetes de vigilância no sentido de evitar novas saídas de materiais».

«Pelo direito ao trabalho» é o objectivo da luta destes 48 trabalhadores, que se resumem nos seguintes pontos: readmissão do elemento da Comissão de Trabalhadores suspenso, contra o risco de declaração de falência técnica, pela partilha da contabilidade e pela reestruturação da empresa.

SETÚBAL

OPINIÕES OPOSTAS NA SECRETARIA DE ESTADO

Os funcionários administrativos da delegação de Setúbal da Secretaria de Estado do Trabalho, reunidos em plenário, aprovaram uma moção em que «repudiam vivamente» os documentos aprovados pelos trabalhadores daquele departamento governamental a propósito da sindicância ali em curso, e exigem que futuramente se analise e vote também naquela delegação «qualquer moção ou proposta que envolva trabalhadores da Secretaria de Estado do Trabalho, pois de outro modo terão de entender como manobras minoritárias e golpistas tais procedimentos».

No documento agora contestado em Setúbal, os trabalhadores da S. E. T. dizem que

os termos do «questionário a todos os trabalhadores da Secretaria de Estado do Trabalho conduzem à implantação de um clima de suspeita e de desconfiança que determina o isolamento dos trabalhadores e o mal-estar entre os mesmos» e «que os métodos intimidativos utilizados, propiciadores de calúnias, são indignos de um país que se pretende democrático e consiste num abuso de direito a contrariar os mais elementares princípios de justiça».

Os funcionários administrativos da delegação de Setúbal além de contestarem o procedimento adoptado pelos seus colegas da Secretaria de Estado reafirmam a sua confiança no ministro Tomás Rosa e no secretário de Estado, Marcelo Curto.

PUB

Ação Médico-Social da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal

FORNECIMENTO DE COMPRESSAS ESTERELIZADAS E NÃO ESTERELIZADAS

«Está aberto concurso público para fornecimento do material em epígrafe. As respectivas propostas deverão ser entregues em subscrito fechado e lacrado com indicação exterior do concurso a que se destina até ao dia 7/3/76.

O caderno de encargos poderá ser fornecido pelo Serviço de Aquisições assim como todos os esclarecimentos julgados necessários, durante as horas de expediente na Rua General Daniel de Sousa, prédio Fiat, 7.º andar — Setúbal.»

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 22 (Domingo) das 8 às 15 horas nas seguintes localidades:

De Loures a Olival Basto, Barruncho e Desvio de Odivelas.

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 18 DE FEVEREIRO DE 1976.

O Engenheiro
Director-Delegado
Casimiro Martins Neves
Cabaço

Trabalho

NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Portas fechadas para os metalúrgicos

Os dirigentes sindicais dos trabalhadores metalúrgicos tornaram públicas, esta tarde, as decisões tomadas quanto a novas formas de luta destinadas a pressionar as autoridades e o patronato a reatarm as negociações do contrato colectivo de trabalho do sector, depois de se ter frustrado ontem mais uma entrevista com o ministro Tomás Rosa, em que o assunto deveria ser discutido.

Nem sequer foi permitido o acesso à sede do Ministério dos representantes de 18 sindicatos metalúrgicos e de outros dois sindicatos integrados na comissão negociadora do C. C. T. Com efeito, um dispositivo policial impedia a entrada no edifício da Praça de Londres. Só ao fim de uma hora os sindicalistas conseguiram fazer entrega de um documento à secretária do ministro.

A entrevista foi solicitada há cerca de dois meses, e de novo apazada para ontem. No entanto, telefonicamente, o representante de Tomás Rosa recusou-se a marcar qualquer data.

Segundo os dirigentes metalúrgicos, o encontro com o ministro tem razões de peso, já que o Ministério se comprometera a chamar o patronato à mesa das negociações, e não o fez. Por outro lado, haveria que analisar factos como o descongelamento das contas de certos patrões e o regresso destes às empresas de onde foram afastados.

O movimento dos trabalhadores metalúrgicos centra-se em torno dos seguintes objectivos: reanúncio das negociações do C. C. T.; cumprimento da portaria do V Governo; disposições contra a subida do custo de vida, o congelamento da contratação, o desemprego, a recuperação capitalista e o terrorismo; controlo da Previdência pelos trabalhadores; controlo operário; revalidação das credenciais passadas às comissões de trabalhadores das empresas em autogestão, etc.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa

MOÇÃO

Considerando que:

1. O patronato reaccionário vem exercendo cada vez maior repressão sobre os operários da Panificação;
2. O Governo não se preocupa tanto em impor ao patronato o cumprimento das leis que decreta em defesa dos trabalhadores como em definir-se por uma política de recuperação capitalista e antioperária;
3. A actuação da equipa ministerial actualmente no Ministério do Trabalho vem dando cobertura àquele política, apoiando-a e incentivando-a, tudo prometendo aos trabalhadores e pouco ou nada fazendo para cumprir as suas falsas promessas;
4. Face aos problemas levantados pela prática do novo horário da Panificação, constante de portaria do Ministério do Trabalho publicada no Boletim n.º 47 do 22 de Dezembro de 1975, e nomeadamente no caso concreto do conflito laboral da Panificação Reunida de Queluz em que a equipa do Gabinete do Secretário de Estado recusou pôr em prática todas as medidas ao seu alcance para pôr em cumprimento do horário legalmente estabelecido, apesar de com essa recusa pôr em perigo a situação de 25 operários daquela empresa;

decidem por unanimidade os trabalhadores da indústria de panificação reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 15 de Fevereiro repudiar a actuação da actual equipa que se encontra à frente do Ministério do Trabalho e exigir da parte do Governo que de uma vez por todas se defina como Governo, que diz ser, fazendo cumprir as leis que promulga pelos únicos que as não cumprem — o patronato reaccionário e a burguesia.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1976

Os sócios do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa, reunidos em Assembleia Geral

Governador de Évora condena ocupações selvagens

«Forças políticas que se opõem à Reforma Agrária tentam levar trabalhadores mal informados a efectuar ocupações selvagens de terras e a oporem-se à correcção dos erros cometidos anteriormente nesse sector», acusa o Governador Civil de Évora em comunicado distribuído conjuntamente com o Ministério da Agricultura.

O mesmo comunicado salienta, no entanto, que os trabalhadores que recentemente ocuparam uma herdade em Vale de Sobrados, no distrito de Évora, concordaram em desocupá-la «depois de terem sido informados de que a sua atitude não se enquadrava na correcta aplicação das leis que regem a execução da Reforma Agrária».

O governador do distrito alerta os trabalhadores para que não se deixem envolver por «esse tipo de manobras profundamente reaccionárias», as quais têm como único objectivo impedir a criação das condições «que permitirão a concretização plena da Reforma Agrária».

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SETÚBAL

ANÚNCIO

EMPREITADA DE SANEAMENTO GERAL E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO DA TERRA DE BAIXO

Faz-se público, que, perante a Comissão Administrativa do Município de Setúbal, na primeira reunião ordinária a realizar nos Paços do Concelho pelas 21 horas e 30 minutos, depois de decorrido o prazo de vinte dias sobre a publicação deste anúncio no «Diário do Governo», se proceda ao concurso público por meio de propostas recebidas até às 17 horas do último dia do prazo anteriormente fixado, para a adjudicação da empreitada em epígrafe.

A base de liquidação é de 1.323.328\$20.

A caução de 2,5 % do preço base será do valor de Esc. 33 083\$20, devendo ser efectuado mediante depósito em dinheiro na Caixa Geral de Depósitos ou garantia bancária.

Só serão admitidas a concurso as empresas titulares de alvarás de empreiteiro de obras públicas de 3.ª e 4.ª subcategorias de V categoria, subclasse A de 2.ª classe ou superior.

As restantes condições de admissão constam do respectivo programa do concurso que, com o caderno de encargos, projecto e demais documentos, se encontra patente, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras Municipais.

Paços do Concelho de Setúbal, 9 de Fevereiro de 1976.

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA, em exercício,

Francisco Leonel Rodrigues Lobo



Os trabalhadores das Caldas ocuparam as instalações de Lisboa. Nessa altura já reinava o divisionismo

ÁGUAS DO ARIEIRO

Manobras do patrão isolam 14 trabalhadores

Catorze trabalhadores da empresa Águas do Arieiro estão em perigo de ficar no desemprego. Manobras e mais manobras da entidade patronal, isto é, do sócio maioritário, criaram um profundo divisionismo.

Os trabalhadores de Lisboa, cerca de 40, sempre lutaram contra aquele patrão, exigindo uma sindicância à empresa. Aí, ficou demonstrada a actuação da entidade patronal e solicitava-se a intervenção estatal. «Onde pára a sindicância» — perguntam agora estes trabalhadores e um dirigente do Sindicato dos Rodoviários.

Entretanto, nas Caldas da Rainha, os trabalhadores aliciados por aquele sócio, que lhes prometia 50 por cento dos lucros, começaram a aliar-se a ele. Este resolveu, então, demitir da gerência os dois sócios minoritários que sempre se tinham juntado aos trabalhadores. Trata-se de Fernando Gonzalez e Manuel Martinho. A certa altura, ordenou o corte de fornecimento a Lisboa. Só a intervenção da ex-equipa do

Ministério do Trabalho conseguiu resolver o problema.

Mudou de método, mais tarde. Convidou alguns dos trabalhadores de Lisboa — segundo nos contaram — para almoços na Quinta de S. Vicente. E dos 40 trabalhadores de Lisboa, apenas 14 não cederam, e continuam lado a lado com os dois sócios minoritários.

O patrão resolve, em seguida, mudar as instalações de Xabregas para Venda Nova sem avisar os trabalhadores. Estes 14, claro! Também resolve demitir, sem qualquer justificação, o chefe de armazém, José Gomes Martins substituindo-o por um outro da sua confiança.

«A quem serve o Ministério do Trabalho?» — perguntam estes 14 trabalhadores, que se recusam a transferir-se para Xabregas. Continuam a comparecer no local do trabalho. Aguardam que o Ministério do Trabalho tome posição face a este conflito laboral. Existe naquele departamento, vária documentação elucidativa do tipo

de actuação do patrão. Inclusive, uma exposição, datada de Junho de 1975, dos dois sócios minoritários da empresa.

Aquele teria feito, «lançar suprimentos fictícios nas contas particulares dos sócios, como forma de a empresa apresentar «prejuízos». Os signatários obedeciam pura e simplesmente, enquanto o «senhor da empresa» canalizava os seus ganhos para outras empresas e para a Espanha» assim afirmavam numa exposição dirigida, na altura, ao dr. Eugénio Rosa, os dois sócios minoritários. Entretanto, também um dos 14 trabalhadores denunciou, esta manhã, no Sindicato dos Rodoviários o facto de algumas vezes uma garrafa de essência de limão, a qual custava cerca de 290\$00 servir para 14 mil gasosas. Dois sócios minoritários e 14 trabalhadores querem «purificar» as águas do Arieiro. Os restantes trabalhadores e o PAIHAI estão contra. A promessa foi de 50 por cento nos lucros da empresa.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Lista "B" impugna eleições

A lista «B» candidata às eleições do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, sob a sigla «por um sindicato democrático e independente», expôs as razões que a levaram a impugnar as eleições recentemente efectuadas naquele sindicato, durante uma conferência de Imprensa realizada esta tarde.

Segundo esta lista, os motivos que lhe terão sido apresentados para justificar o impedimento de concorrer às eleições, «irregularidades» e um número de 3300 assinaturas, não são relevantes, porque as «irregularidades» não foram comprovadas e porque não estando informados do número de sócios inscritos desconheciam os requisitos para a sua candidatura ser aceite.

Este desconhecimento teria sido causado por um equívoco do presidente da Assembleia Geral.

A lista «B» sustenta ainda que os «cadernos eleitorais não foram elaborados» e que

a lista «A» vencedora teve um «tratamento preferencial».

Entretanto foram enviados os processos para a impugnação das eleições ao Ministério do Trabalho, que receberá os representantes da lista

PORTO

Direcção dos Bancários ameaçada de destituição

Tem lugar hoje, no Porto, uma assembleia de trabalhadores bancários convocada no seguimento de um requerimento apresentado ao presidente da assembleia geral, há cerca de três semanas, por 213 bancários. A reunião realiza-se no Pavilhão do Académico, às 21 e 30.

A direcção tornou público um comunicado dando conta dos objectivos desta assembleia, que se destina fundamentalmente, à destituição dos

actuais corpos gerentes. A propósito, afirma que isso «não é um acto inesperado ou isolado, mas sim a sequência lógica de um longo processo que visa o controlo partidário do nosso Sindicato».

O comunicado da direcção afirma ainda: «Se ninguém contesta a possibilidade e o dever dos sindicatos serem políticos, nós contestamos que as respectivas direcções possam ser de direita».

Nacional

KALIDÁS BARRETO, DEPUTADO DO P.S.

"Partido Socialista e Partido Comunista têm uma missão histórica"

«MAIS do que nunca é necessária a vigilância de todos os antifascistas» — disse-nos Luís Kalidás Barreto, um deputado socialista que em S. Bento tem assumido, com notável coerência, posições de intransigente defesa dos princípios programáticos do seu partido.

Dirigente sindical de prestígio, Kalidás Barreto, de 43 anos de idade, eleito deputado pelo círculo de Leiria (ele reside há muitos anos em Castanheira de Pera) colaborou na campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958, e participou, activamente, nas eleições de 1969 pelo CDE de Leiria. É um homem simples. Contratado em 1973 para trabalhar na fábrica Barros (têxteis), foi imediatamente afastado pelos patrões que, ao saberem das suas actividades sindicais, fizeram marcha atrás. Sem emprego e com dificuldades de subsistência, para si e para a família, Kalidás Barreto teve o apoio maciço dos trabalhadores da empresa que para tanto se quotizaram.

Das declarações que nos prestou interessará, entretanto, reter a afirmação de que a divisão entre os trabalhadores só aproveita ao «capital e seus lacaios».

GANHAR A REVOLUÇÃO

Como militante do PS, que tipo de dificuldades encontra na sua militância a nível local? E como militante sindical?

— Quer como militante do PS, quer como militante sindical, a dificuldade maior que encontro é a falta de consciência de classe de grande número de pessoas, o que as conduz, não poucas vezes, à apatia e à desmobilização, e outras à conciliação com o explorador ou apressor.

Não vê por aí, cada vez com maior fre-

quência, plenários de trabalhadores a pedir o regresso dos patrões? Isto é fruto natural e consequência directa de quarenta e oito anos de obscurantismo, que só a verdadeira militância dos que têm consciência exacta dos objectivos a atingir pode destruir no tempo.

Os sindicatos e os partidos das classes trabalhadoras têm que definitivamente pôr de lado as demagogias eleitoralistas e encetar uma actuação formativa e pedagógica sem a qual não se ganha a Revolução».

Ainda como socialista e sindicalista qual a sua opinião sobre o estado de politização da classe trabalhadora neste momento, em paralelo com o período anterior ao 25 de Abril? E em relação às zonas onde se situa a sua experiência pessoal?

— Olhando a classe trabalhadora no seu conjunto verifico que em relação a antes do 25 de Abril aumentou nitidamente o seu grau de politização e consequentemente uma maior consciência dos seus interesses de classe; porém ainda extremamente permeável ao jogo partidário o que a tem impedido de conseguir a unidade sem a qual não se avança no caminho da emancipação. E disto só aproveita o capital e seus lacaios.

Falo-lhe analisando o conjunto, o que é extremamente difícil. Quanto ao sector têxtil-laneiro, que conheço mais de perto, devo dizer que o panorama tem outros aspectos, seguramente mais positivos.

Nos lanifícios há uma longa tradição de luta que conduziu sempre a acções conjuntas, unitárias, a verdadeiros movimentos de massa. Isto levou, em 1971/72, a classe operária a colocar à frente dos seus sindicatos, direcções da sua

representativas, através de actos eleitorais. E o movimento foi tão forte que apanhou desprevenidas as direcções fascistas e as derrotou esmagadoramente. Nem polícia política, nem pressões de todo o género, impediram a vontade dos trabalhadores. E toda a estrutura sindical (cinco sindicatos e uma Federação) ficaram sob o controlo da classe.

Daqui que ainda hoje, no nosso sector, não tenham grande êxito as listas partidárias concorrentes a eleições sindicais. As pessoas não se conhecem pelos emblemas dos partidos; mas pelo seu passado e permanente acção actual. É

representativas, através de actos eleitorais. E o movimento foi tão forte que apanhou desprevenidas as direcções fascistas e as derrotou esmagadoramente. Nem polícia política, nem pressões de todo o género, impediram a vontade dos trabalhadores. E toda a estrutura sindical (cinco sindicatos e uma Federação) ficaram sob o controlo da classe.



«Sindicatos e partidos das classes trabalhadoras têm que pôr definitivamente de lado as demagogias eleitoralistas e encetar uma actuação formativa e pedagógica sem a qual não se ganha a Revolução...»

assim em Lisboa, no Porto, em Castanheira de Pera e recentemente os exemplos de Gouveia e Covilhã o demonstraram claramente. Todas as direcções sindicais têm elementos de vários partidos e o mesmo sucede nas Federações.

A actuação é porém perfeitamente unitária e apartidária. Um bom exemplo para outros sectores.

MISSÃO HISTÓRICA

Como se processam a nível local as relações entre socialistas e comu-

nistas? Acha possível e desejável uma aproximação entre o PS e o PCP?

— Quanto às relações de trabalho especificamente sindicais, elas são, com já acima o disse, de unidade. E não só com os comunistas mas com todos os trabalhadores que sobreponham os seus interesses de classe aos interesses partidários, sejam eles do PC, do PPD ou de outro lado qualquer. É nossa tradição. No aspecto propriamente político a conversa já é outra; cada um defende as suas opções e os meios que acha próprios.

Há porém excelentes relações humanas, verdadeiras amizades entre os elementos das diversas formações políticas quer sejam do PC, do MES, do PPD, da LUAR, ou de outros. Recordo que me refiro ao que se passa em Castanheira de Pera...

Quanto à segunda questão, o Partido Socialista sempre achou desejável uma aproximação entre todas as forças políticas interessadas na revolução. O que não pode admitir são os aventureirismos e os golpismos, venham eles donde vierem. Acreditamos na via democrática para se alcançar o Socialismo e colaboremos com todos os que o desejem sinceramente. No entanto não creio estarem neste momento ainda criadas as condições necessárias a um entendimento PC/PS, o que, se por um lado é deplorável, evita por outro que a direita se aproveite disso em seu proveito.

O Partido Socialista e o Partido Comunista têm porém uma missão histórica que não poderão nunca esquecer.

Qual a sua opinião sobre as possíveis consequências do encontro de Paris, dos Partidos Socialistas da Europa do Sul? Que pensa da posição do PS nesse

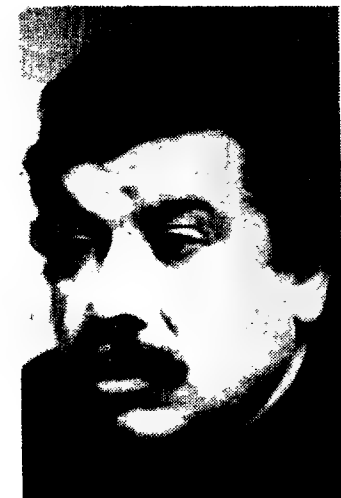


domínio?

— Desconheço e creio que se desconhecem ainda em Portugal as conclusões desse encontro. Creio ser positiva a cooperação com todos os partidos socialistas europeus, mas atendendo às especificidades socioeconómicas e às particularidades políticas do Sul da Europa, considero útil o estabelecimento de debates e perspectivas quanto aos problemas desta zona.

APOIAR O MPLA

Está de acordo com a posição do seu partido em relação ao não-reco-



«O Partido Socialista sempre achou desejável uma aproximação entre todas as forças políticas interessadas na revolução. O que não pode admitir são os aventureirismos e os golpismos...»

nhecimento da República Popular de Angola pelo Governo português?

— CREIO que fui suficientemente claro quando da votação havida na

Assembleia. Eu não esqueço, nem o Partido Socialista esquece, que o MPLA foi o único movimento angolano presente no seu Congresso e que o seu ideário é socialista e de defesa intransigente dos interesses do povo. Mas o PS tem responsabilidades governamentais que eu não tenho. Daqui que eu compreenda a sua posição de não reconhecer ainda a República Popular de Angola. O problema é do povo angolano e é ele que há-de encontrar as suas próprias soluções. As consequências da posição do PS e consequentemente do Governo português só o futuro poderá determinar, e eu não sou futurologista.

POR UMA SÓ CENTRAL SINDICAL

Está de acordo com as recentes conclusões da reunião de Aveiro dos Sindicatos do PS, nomeadamente sobre a não aprovação da lei da Unidade, conjugada com a aprovação da lei da unidade? Estas duas posições não levarão, necessariamente, à aprovação do pluralismo sindical?

— Não só estou de acordo como participei na reunião de Aveiro, que considero verdadeiramente histórica. Os dirigentes sindicais socialistas têm a noção exacta de que certas movimentações divisionistas iriam conduzir em breve trecho ao pluralismo sindi-

Quiseram, pois, antepar-se com uma proposta que visa a perfeita unidade dos trabalhadores e que não permitirá que em nome de autoritarismo ou de outras opções, alguém se arvore em vítima de divisão.

Achou-se, porém, desejável é que essa Central, chame-se ela Inter-sindical Nacional, Confederação Geral dos Trabalhadores ou Inter-GT, como alguns sugerem, fosse democrática e perfeitamente controlada pelos trabalhadores. É, pois, da maior conveniência a realização urgente de um congresso de todos os sindicatos, onde todos tenham voz activa. É que a unidade não se consói por decretos, e nós sabemos que, apesar de decretada a «unidade», ela não existe na prática.

Que pensa da sua experiência como deputado? Acha que a Assembleia Constituinte está a cumprir a «opção socialista» traduzida pelas eleições do ano passado?

— Acho extraordinariamente rica a minha experiência como deputado. Ela permitiu-me ajudar a trazer à primeira assembleia do País a voz dos oprimidos e dos explorados, os verdadeiros interesses dos trabalha-

dores. E nisso sinto que me estou a realizar.

Sinceramente acredito que a Assembleia Constituinte está a cumprir a sua opção socialista. Não é o texto da Constituição um bom testemunho? Estamos num período de transição (já não sei para quê) e repare que já por aí se diz que o Pacto não conterá a palavra socialismo, o que protesto veementemente! Pois a Constituinte é algo que fica escrito e demonstra claramente uma opção. Essa opção é a de defesa dos interesses das classes trabalhadoras e do avanço para o socialismo.

Há-de ser muito difícil para as forças da direita contrariar isto sem escândalo. Não os viu, há dias, desejarem plebiscitar a Constituição à boa maneira salazarista? Como a Reforma Agrária e o Controlo Operário estão consagrados na Constituição é um osso

duro para os neo-fascistas!

NECESSÁRIA A VIGILÂNCIA

Que pensa do «25 de Novembro»?

— O 25 de Novembro foi algo do que se disse e foi muito daquilo que se não disse. Um misto de mentira e de verdade que se torna urgente clarificar. Trouxe sem dúvida uma maior estabilização política, mas também, sem dúvida, trouxe um acentuado reforço da direita.

Como Lopes Cardoso eu direi que não posso deixar de associar Otelio ao Movimento do 25 de Abril e quanto choca o facto de, no momento em que ele é preso, serem postos em liberdade os ex-ministros do Interior do Regime Fascista. Mais do que nunca é necessária a vigilância de todos os antifascistas!

Acredita que haja no nosso país um perigo real de retorno do fascismo, seja pela força, seja por uma via legal ou eleitoralista?

— Não vejo de imediato um perigo de retorno do fascismo. Para tanto e como diz um escritor marxista contemporâneo, salvo erro, Nikos Poulantzas, tornar-se-ia a derrota da classe operária e a conquista para as ideias fascistas de pequena burguesia. Em Portugal não se passa de momento nada de semelhante e a classe operária está atenta às movimentações da burguesia aliada do capital. O que há o perigo evidente é o da instauração de uma democracia burguesa-liberal, naturalmente repressiva.

Contra isso existe, no entanto, ainda a vontade dos trabalhadores e dos partidos que verdadeiramente os representam e que terão força bastante para o evitar; até pela via eleitoral.

quer espécie. E aí não há lugar para divisão.

Não acredita também que outras forças políticas interessadas no pluralismo sindical tenham implantação bastante para dividir os trabalhadores. Os seus interesses de classe virão ao de cima e não suportarão as divisões que os esmagarão. Por outro lado os que pensam em segunda central sindical não terão a força de ânimo bastante para enfrentarem o julgamento da classe que implacavelmente os lançaria na história com o rótulo de traidores.

CONSTITUIÇÃO É OSSO DURO PARA OS NEO-FASCISTAS

Que pensa da sua experiência como deputado? Acha que a Assembleia Constituinte está a cumprir a «opção socialista» traduzida pelas eleições do ano passado?

lista» traduzida pelas eleições do ano passado?

— Acho extraordinariamente rica a minha experiência como deputado.



«A unidade (sindical) não se constrói por decreto, e nós sabemos que, apesar de decretada a «unidade», ela não existe na prática...»

periência como deputado. Ela permitiu-me ajudar a trazer à primeira assembleia do País a voz dos oprimidos e dos explorados, os verdadeiros interesses dos trabalha-

GOVERNO DE VARSÓVIA CONDECORA MÉDICA PORTUGUESA

«Quando se fala da guerra tenho a impressão de também a ter vivido», declarou-nos a dr.^a Adelaide Constantino Viegas, que foi agora condecorada, numa cerimónia da Embaixada da Polónia, com a medalha de ouro da Cruz Vermelha Polaca e a Ordem de Mérito do Governo Polaco, pela dedicação com que há trinta anos trabalhou na qualidade de médica junto do Comité de Assistência aos Refugiados Polacos, em Lisboa.

Quando as forças nazis destroçavam a Polónia, milhares de polacos conseguiram sair com vida do seu país e procurar refúgio noutras terras. Cerca de sete mil passaram por Portugal a caminho dos Estados Unidos, Jamaica, Inglaterra e outros países. Doentes, loucos alguns, mas todos eles sofrendo de profundas feridas pela crueldade de um destino que outros homens lhes haviam imposto, esse seres humanos precisavam de tudo: assistência material, assistência médica, uma palavra de conforto. Em Lisboa, foi criado, no âmbito da Embaixada da Polónia em Portugal, que nesse tempo ainda funcionava, um Comité de Assistência aos Refugiados Polacos, dirigido pelo licenciado em Direito, dr. Shimitzek. Foi ele

que convidou a dr.^a Adelaide Constantino Viegas para trabalhar como orientadora da assistência médica aos refugiados polacos.

«Eu era então muito nova, tinha 29 anos, era solteira, recém-licenciada e estava cheia de entusiasmo» — conta a dr.^a Adelaide. «Andava nessa altura a fazer o estágio no Hospital de Santa Marta e ocupava algum do meu tempo livre a trabalhar gratuitamente num dispensário que ficava junto do hospital. A esse dispensário recorriam frequentemente os polacos que precisavam de assistência médica. Um dia, apareceu uma jornalista, cuja mãe, uma senhora de 90 anos, precisava de assistência médica urgente. Tratei-a, a senhora recuperou, e foi a filha que me recomendou ao dr. Shimitzek.»

«La petite doctoresse», como passou a ser conhecida entre os refugiados, aceitou o trabalho que, durante sete anos, não se limitou a ser estritamente ligado à medicina: frequentes vezes, até de noite, a sua presença era requerida para dizer uma palavra de apoio ou de esperança, para resolver problemas até de prisão! De entre os casos que lhe proporcionaram uma experiência, ainda que indirecta, da guerra, a dr.^a



Natural de Moçambique, a dr.^a Adelaide Constantino Viegas licenciou-se em Medicina no Porto, tendo exercido posteriormente em Lisboa. E hoje médica pediatra em dois postos das Caixas de Previdência e no Instituto dos Cereais

Adelaide relatou alguns.

Frequentes vezes visitou uma jovem polaca cujo problema maior era o traumatismo sofrido pouco antes de fugir da Polónia: depois de ter dado à luz, sózinha, numa casa de Varsóvia e quando se dirigia a casa da sogra, deparou na rua com uma mulher decapitada em cujos braços se encontrava ainda uma criança. Tentou socorrer a criança mas, nesse mesmo instante, um bombardeamento soterrou os corpos e obrigou-a a pôr-se em fuga. Ao chegar a casa da sogra, novo choque a esperava: vitimado, também, pelo bombardeamento, jazia à entrada o cadáver do seu jovem marido.

Embora libertando-se do inferno em que o seu país se tornara, a fúria sangüinolenta da guerra continuava a perseguir as suas vítimas. É disso exemplo o caso de um

casal que na fuga perdera uma filha de cinco anos e que, depois da estada em Portugal, teve de partir para os Estados Unidos sem saber do paradeiro da criança. Esta foi depois localizada por intermédio da Cruz Vermelha francesa e conduzida a Lisboa. Aqui foi muito acarinhada pelos outros refugiados e também pela dr.^a Adelaide que a recorda como criança encantadora, recitando em polaco num convívio organizado pelos seus compatriotas. Quando finalmente se preparava para ir ao encontro dos pais, o navio em que seguia foi afundado ao largo de Gibraltar.

De outra vez, a médica portuguesa foi solicitada para visitar e tentar a libertação de uma médica polaca que chegara ao nosso país sem documentação e fora detida pela Polícia Internacional.

«Eu nessa altura não fazia ideia do que era a Pide. Só sei que fui lá e pedi insistentemente ao oficial que me atendeu que libertasse a minha colega. No dia seguinte, ele informou-me por telefone que podia ir buscá-la.»

Terminada a guerra e implantado o socialismo na Polónia, o Governo de Salazar cortou relações com aquele país. Dos refugiados polacos que se encontravam em Lisboa, um decidiu participar na tarefa imensa de reconstruir a Polónia: o director do Comité de Assistência, dr. Shimitzek. A dr.^a Adelaide perdeu o contacto com todos eles, vindo a encontrar o seu antigo director há alguns anos em Varsóvia, quando o regime fascista concedia licenças especiais para portugueses visitarem os países socialistas. Encontro emocionante, que o dr. Shimitzek esperava repetir em Lisboa, depois de 25 de Abril de 74, se a sua morte, ocorrida há alguns meses, o não tivesse impedido.

Reatadas as relações diplomáticas com Portugal, o Governo polaco teve finalmente oportunidade de reconhecer oficialmente a dedicação da médica portuguesa que em tempo de guerra foi amiga dedicada de muitos polacos.

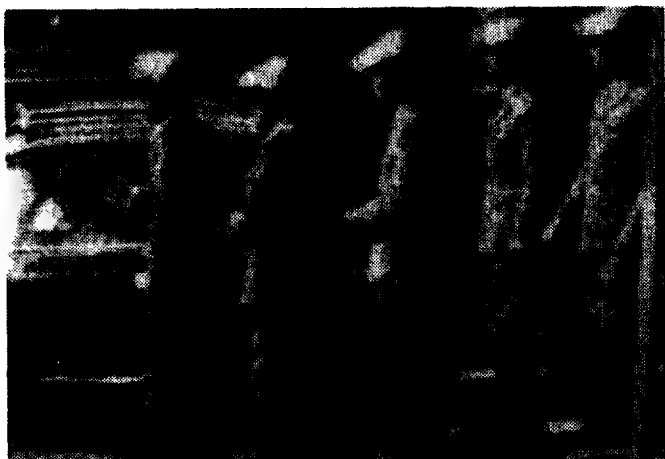
Estrangeiro

As greves e a política

Um dos factores principais para qualquer político espanhol, desde o fim da guerra, tem sido o de determinar o grau de politização das massas trabalhadoras e das classes médias em geral. Em torno desta politização tem-se consumido horas e horas de discussão, para estudar a sua intensidade, os seus matizes a sua amplitude.

É indubitável que as características de hierarquização de todas as instituições e o paternalismo desenvolvido pelas individualidades davam um cariz especial a qualquer movimento reivindicativo que fosse desencadeado. Dado que o Estado assumiu para si próprio e sem rebuços o carácter de «patrão», entendia-se que qualquer greve atacava as bases do seu poder, fazendo-a assim assumir um carácter político que os seus próprios promotores não pretendiam.

O sistema repressivo espanhol permita que um patrão denunciase um presumível agitador entre o seu pessoal, indivíduo esse que era automaticamente submetido ao aparelho policial. Além disso, partia-se do princípio — que se tinha como certo — de que só um comunista era capaz de levantar a voz em defesa duma reivindicação, o que justificava um tratamento bastante duro por parte da Polícia. Em termos gerais, a identificação de qualquer formulação reivindicativa profissional ou económica, com um movimento de tipo subversivo marcou profundamente a combatividade da classe operária espanhola nos últimos trinta anos.



O descontentamento nas relações de trabalho entre patrões e empregados, trouxe já várias vezes à rua trabalhadores que protestam contra a exploração de que são vítimas: apesar da repressão policial, as greves continuam a acontecer em Espanha. Na imagem, os polícias preparam-se para «receber» os manifestantes.

Havia que reflectir muito cuidadosamente antes de actuar, tinha-se muito medo da repressão, mas quando o conflito eclodia as coisas tornavam-se muito feias. Participar numa greve ou numa pré-greve custava no mínimo o despedimento sem indemnização e com muita probabilidade uns anos

de cadeia. Se se mantinham contactos políticos de qualquer tipo, então as condenações podiam facilmente ir até aos trinta anos de prisão.

PARAR O TEMPO

Assistiu-se assim a uma negação constante, por parte do sector operário, do reconheci-

JUAN CASTELLANO

vou-os a sobrevalorizar a disposição política dos trabalhadores. Esta falta de visão levou a muitos erros de formulação das táticas a seguir em cada momento pelos referidos partidos e provocou um certo receio de grandes sectores do trabalho em relação a esses partidos. Sendo inegável por exemplo, que sem a dedicação a abnegação e o valor dos militantes do Partido Comunista não se teria chegado a conseguir o grau de combatividade que a classe operária espanhola hoje demonstra, o certo é que, em numerosas ocasiões, o seu entusiasmo pelo desenvolvimento da acção os levava a perderem a visão objectiva do momento.

As informações que nos chegam sobre o momento actual, dão conta dum desgaste muito marcado dos sectores sociais em luta. A continuação do movimento grevista, dado que foi despoletado da sua base económica-profissional e que seria, portanto, de índole claramente política, é muito problemática. Têm-se já verificado dissensões em fábricas importantes, onde as paralisações não têm sido seguidas pela totalidade do pessoal. Um dirigente muito em evidência neste momento dizia-nos que as conquistas alcançadas a todos os níveis nos últimos meses podiam ser minimizadas, se não se soubesse parar a tempo, nesta altura em que o abanço está a ser positivo, e se se permitisse que os trabalhadores se desunissem devido a mobilizações que não encontrassem uma resposta activa.

ITÁLIA

Emigrantes sem trabalho agravam

o mercado de emprego

ROMA (IPS) — Os emigrantes italianos continuam a regressar a Itália como resultado do desemprego nos países aonde tinham ido procurar trabalho. No último ano, 250 mil vieram engrossar o número dos desocupados, números que respeita somente à Europa Ocidental.

A quebra de produção determinou nos países europeus uma retracção dos níveis de emprego. E isso atingiu, antes de tudo, os trabalhadores estrangeiros. Os italianos na Alemanha, por exemplo, e segundo o órgão do Partido Comunista Italiano «Unità», só no papel são protegidos pelos acordos da Comunidade Económica Europeia. Na Suíça, por outro lado, não existe sequer paridade entre os trabalhadores italianos e nacionais.

De resto, a crise veio dificultar grandemente a vida daqueles que trabalham no estrangeiro. O mercado negro do trabalho agrava-se, pois que muitos trabalhadores, obrigados pela necessidade, aceitam salários abaixo dos oficiais e põem em perigo os lugares ocupados por outros.

O regresso dos trabalhadores italianos foi denunciado há nove meses pelo subsecretário dos Estrangeiros Luigi Granelli, que numa conferência de Imprensa recordou não só o número dos italianos que regressavam ao país aumentava continuamente mas que, também, esse fenómeno não é amortizado senão numa medida mínima pelas emigrações que ainda se registam.

Com efeito, enquanto que aqueles que regressam são trabalhadores activos, aqueles que emigram são na sua maioria muito jovens, o que significa que não são pessoas que partem em busca de trabalho mas que vão simplesmente reunir-se aos familiares.

Comentário soviético

A campanha na China foi desencadeada pelo grupo maoísta

MOSCOVO, 20, (ANOP) — A pretensa «discussão na frente do ensino» que se desenrola na China saiu do quadro dos debates sobre a actividade dos estabelecimentos de ensino superior, para se transformar numa campanha dirigida contra aqueles que, segundo os maoístas, põem em dúvida as «conquistas da Revolução Cultural» — escreve V. Sivaliev, comentarista da agência soviética Novosti.

Segundo o jornalista soviético, o ministro da Instrução Pública da China, Chu Jun-sin, e outras altas personalidades políticas estão alarmadas com a redução do tempo de ensino e com o lugar excessivo concedido ao trabalho manual, à instrução militar e à participação dos estudantes em campanhas políticas. Estas apreensões verificam-se também entre os trabalhadores da instrução pública e em certos quadros do Partido Comunista Chinês, que começam a compreender que o actual sistema de formação dos quadros científicos e técnicos não corresponde às exigências do desenvolvimento económico do país.

Nos diferentes escalões do aparelho do partido e do Estado, reconhece-se cada vez mais que, para modernizar a agricultura e a indústria em ordem a atingir o nível dos países economicamente avançados, são necessários milhões de operários, de técnicos, de engenheiros e de inves-

tigadores altamente especializados.

No entanto — prossegue o comentarista soviético —, a linha de Mao Tsé-tung no domínio do ensino preocupa-se menos com a formação de quadros do que com a educação de executantes dóceis, sempre prontos a obedecer às suas ordens.

Sivaliev salienta que as severas críticas de jornais chineses às teses essenciais de Mao no domínio do ensino revelam que, entre os dirigentes chineses, prosseguem as divergências quanto às principais questões relativas ao desenvolvimento do país.

A amplitude e a aspereza da luta no que respeita ao ensino testemunham que certos meios sociais chineses estão cada vez mais convencidos de que a Revolução Cultural teve consequências nefastas e de que são inconsistentes as teses maoístas, na medida em que estas não correspondem às exigências do desenvolvimento socialista da China.

O comentarista soviético sublinha, a concluir, que a campanha contra as críticas formuladas ao sistema de ensino foi desencadeada pelo grupo maoísta com intuito de calar as vozes de certos quadros do partido, do Estado e de representantes das massas trabalhadoras, descontentes com o facto de continuarem sem solução muitos dos problemas sociais e económicos do país.

XXV CONGRESSO DO P.C.U.S.

Reactivar a «emulação socialista»

LENINEGRADO, 19 (pelo enviado especial da ANOP, Fernando Cascais) — Um milhão e trezentos mil livros é algo como uma fila de volumes que envolveria trinta e cinco vezes o Globo. É essa a produção anual da maior e mais antiga tipografia de Leninegrado, fundada em 1827, e que apenas produz livros políticos, entre eles, em exclusivo, as Obras Completas de Lenine nas mais diversas línguas.

A tipografia, com a sua produção de 87 por cento mecanizada de 200 livros por minuto, é um exemplo significativo do ambiente de «emulação socialista» em que decorre o trabalho soviético.

A emulação é considerada um dos mais importantes factores de aceleração do desenvolvimento produtivo e é apontada pela direcção do Partido Comunista pelo Conselho de Ministros, pelo Conselho Central dos Sindicatos, como grande motor dos êxitos económicos do quinquénio que terminou em 1975. Como estímulo moral, embora material, a emulação socialista é de novo activada para envolver o trabalho do décimo quinquénio.

As páginas dos jornais, a rádio e a televisão, mas, muito em especial, as paredes das oficinas censagram nomes e fotos daqueles que, de momento, são os mais significativos heróis nacionais e recebem o título de «Heróis do Trabalho Socialista».

Os primeiros corredores das instalações da grande tipografia de Leninegrado — apenas um exemplo entre centenas ou milhares — exibem fotografias de operários (no caso, quase sempre operárias, pois 70 por

cento dos 2200 trabalhadores da empresa são mulheres), e, em profusos quadros estatísticos, o trabalho que eles desenvolveram e lhes valeu honras especiais. Periodicamente, como há pouco sucedeu, o Comité Central do PCUS, o Conselho de Ministros, o Conselho Central dos Sindicatos e o Comité Central de Komsomol (a organização das juventudes comunistas) reúnem para distinguir os melhores entre os trabalhadores e as empresas.

A emulação não fica apenas ao nível da oficina de uma fábrica, e do conjunto de empresas de um «kolkhoz» e «sovkhoz» (as duas formas de trabalho cooperativo existentes na agricultura e na pesca). Ela existe entre empresas, por vezes muito afastadas mas que trabalham no mesmo ramo de actividade. Fazem entre si acordos de produção e entram em competição para apurar quem melhor consegue realizar o plano de trabalhos proposto.

Mas a emulação ultrapassa os campos e as fábricas e existe noutros domínios, como ao nível das diversas faculdades de uma Universidade. Por exemplo, o director da Faculdade de Filosofia da Universidade de Leninegrado disse, cheio de orgulho, que este estabelecimento de ensino ficará em terceiro lugar, quanto a resultados em exames no conjunto das 15 faculdades que constituem a Universidade de Leninegrado.

Bandeiras, diplomas, grandes insignias são mostradas, no interior das empresas, como testemunho oficial da qualidade e da produtividade do trabalho ali realizado. Várias ordens

honoríficas distinguem os locais de trabalho, assim como os trabalhadores.

«GLÓRIA AO TRABALHO»

As ruas das cidades soviéticas, nesta véspera de Congresso do Partido Comunista, encontram-se cheias de cartazes, fotos (algumas do secretário-geral do Partido, Leonid Brejnev), palavras de ordem e de saudação. «Glória ao Trabalho» é uma das mais frequentes.

Na altura do Congresso, tudo se torna ainda mais patente, sendo «emulação socialista» uma expressão constantemente lida e ouvida.

Em louvor do Congresso foram feitas emulações especiais, isto é, trabalhadores individualmente e fábricas e empresas colectivamente estipularam-se planos especiais de produção a atingir até à data de abertura da grande reunião do Kremlin.

Por exemplo, uma fábrica de tractores de Leninegrado, em louvor do Congresso, produz dezenas de unidades acima do seu plano de produção. Um complexo industrial da mesma cidade ultrapassa os seus prazos de entrega do equipamento do quebra-gelos atómico «Sibir», para que ele possa ser lançado ao mar antes da abertura do Congresso.

Os exemplos poderiam continuar durante muitas linhas.

O trabalho, glorificado por todo o lado, parece estar sempre em competição consigo próprio. O objectivo são os resultados que, fria mas significativamente, o Instituto de Estatística vai tornando públicos

ano após ano.

Sabe-se já que no quinquénio findo, o rendimento real por habitante aumentou em média 24 por cento. Isto serve para introduzir uma outra preocupação que aparece a seguir (ou na sequência) da do trabalho: o bem-estar e o nível de vida.

As estatísticas dizem, entre muita coisa, que durante o nono quinquénio (1971-1975) os preços dos artigos de consumo permaneceram estáveis: o seu índice, em 1975, era mesmo ligeiramente inferior ao de 1970.

Os oito milhões de habitantes que encham a vasta capital do país pagam, em números redondos, um escudo e meio por qualquer viagem de metro. Qualquer cidadão paga ainda menos por uma de autocarro, cerca de cinco escudos mensais e por pessoa pelo gás que gastar, oitenta escudos mensais e pelo telefone independentemente do volume de chamadas, pouco mais de um escudo por quilovatio de electricidade. As rendas das habitações não aumentam desde 1928 a renda de serviços chamados comunais (água, electricidade, gás, aquecimento) não ultrapassam, no seu conjunto 4 a 5 por cento do orçamento de uma família operária.

AUMENTAR A PRODUÇÃO

Para manter a estabilidade destes preços essenciais, a produção e a produtividade devem aumentar, segundo os esquemas planificados da economia socialista e, falando-se em produção e produtividade, tem

Dois aliados da N.A.T.O. de relações cortadas

A Rodésia estuda uma oferta inglesa

KISSINGER NO BRASIL ANUNCIA ACORDO

Cubanos treinam a Swapo

Caleidoscópio

PUB

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
DE SERVIÇOS DE PORTARIA,
VIGILANCIA, LIMPEZA
E ACTIVIDADES SIMILARES
M O Ç Ã O**

(Esta moção foi aprovada por unanimidade)

■ **LA PAZ, 20 — (R.) —** Mineiros bolivianos vão iniciar uma greve de 24 horas de protesto contra o encerramento da Uni-

Brejnev anunciará novo programa de paz no Congresso do P.C.

Ford disse que tornara a sua

O problema do desarmamento, bem como os esforços tendentes a suprimir os pactos militares serão, segundo se espera, as concretizações do novo programa de paz.

A Comissão decidiu também enviar um telegrama ao Governo de Santiago pedindo a liberdade para 13 proeminentes chilenos detidos sem julgamento há mais de dois anos.

**PUB
SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL
DO DISTRITO DE LISBOA**

Comunicado da Mesa da Assembleia Geral

Às dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e seis, a Mesa da Assembleia Geral reunida nos termos do número 2.º do Artigo 76.º dos Estatutos a fim de apreciar o requerimento dos sócios Adelino de Jesus e João Ludovino Freire da Costa em que pretendem ver anulado o acto eleitoral realizado no dia 12 p.p. e, consequentemente, todo o processado até aí, deliberou:

A Mesa da Assembleia Geral usando da faculdade e dos poderes que lhe confere o n.º 2 do Art.º 76 dos Estatutos deliberou **negar provimento ao recurso** apresentado pelos sócios Adelino de Jesus e João Ludovino Freire da Costa.

Lisboa, e Sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

NOTA: Informa-se a classe que está a ser distribuído um comunicado com a fundamentação total da recusa do recurso.

Nacional

Morrer na Amadora e ser sepultado em Oeiras

MANUEL GERALDO

(texto)

JOSÉ TAVARES

(fotos)

Ser sepultado na terra onde nasceu é uma aspiração que persegue o homem desde épocas imemoriais, mas que, na Amadora, raramente pode ter aplicação prática nos tempos, correntes. E tudo porque o único cemitério ali existente, construído em 1926, está superlotado, apesar de se destinar a uma população estimada em cerca de trezentos mil habitantes, distribuída pelas localidades da Damaia, Reboleira, Brandoa, Buraca e Pontinha.

Cidadão que mora naquelas paragens é, portanto, quase certo, ser encaminhado para Oeiras, sede do concelho. «As pessoas queixam-se, com razão, e voltam-se contra nós — afirmou-nos Fernando Oliveira, encarregado do necrotério. Mas a culpa não é nossa, pois, desde Janeiro de 68, que apresentámos um projecto de alargamento e melhoria do recinto à Direcção-Geral de Hurbanição. E só após o 25 de Abril recebemos uma resposta afirmativa, embora enfermando de limitações desnecessárias. Pelo que já adquirimos, por oitocentos contos, um terreno anexo com a extensão de dez mil metros e, se conseguirmos vencer alguns entraves, pensamos ainda comprar mais 22 mil, o que pelo menos a curto prazo, irá resolver esta grave lacuna, na medida em que as novas oitocentas campas projectadas serão suficientes para as necessidades mais imediatas».

Ainda segundo a informação que obtivemos, o plano aprovado pela Comissão Administrativa do Município de Oeiras integra a construção de uma capela e de numerosos ossários, o alargamento da rede de esgotos e a electrificação das instalações.

DEZ MORTOS POR MÊS E APENAS UMA EXUMAÇÃO

Mas a burocracia ainda reinante ameaça retardar a prossecução de uma obra que não se compadece com longos e incompreensíveis compassos de espera, naquela que é a mais populosa freguesia do País.

A média mensal de óbitos é de dez, ao passo que o número de levantamentos de cadáveres (o que equivale a novas campas disponíveis) não excede um ou dois. Para além disso, os ossários atingiram o ponto de exaustão. «E os portugueses ainda não se mentalizaram em ver desaparecer para sempre os restos mortais dos seus familiares mais próximos. E por isso continuam a exigir uma caixa de mármore com inscrições e números, para assim lhes poderem prestar periodicamente as homenagens póstumas tradicionais, sobretudo no Dia de Finados». E este facto fará com que tenhamos de encerrar temporariamente este cemitério, pois as exumações de corpos terão de cessar se, entretanto, não forem rapidamente activadas as obras de ampliação e restauro», disse-nos o coveiro António Aníbal. E apontando para uma casa repleta de carretas funerárias em madeira, acrescenta: «Só que com as chuvas que se avizinham estas carretas estão condenadas a apodrecer, se colocadas ao ar livre».

Pelo que ainda podemos observar, também a construção de jazigos (reflexo burguês de uma supérflua ostentação pós-morte) está interdita e os gavetões dos já existentes en-



A lotação foi esgotada no cemitério da Amadora

contram-se totalmente ocupados.

AGÊNCIAS FUNERÁRIAS PAGAM-SE A DOBRAR

Contudo, nem só o problema moral está em causa. A imposição em realizar os préstimos para Oeiras, obriga os habitantes da Amadora a uma duplicação dos honorários a pagar às agências funerárias.

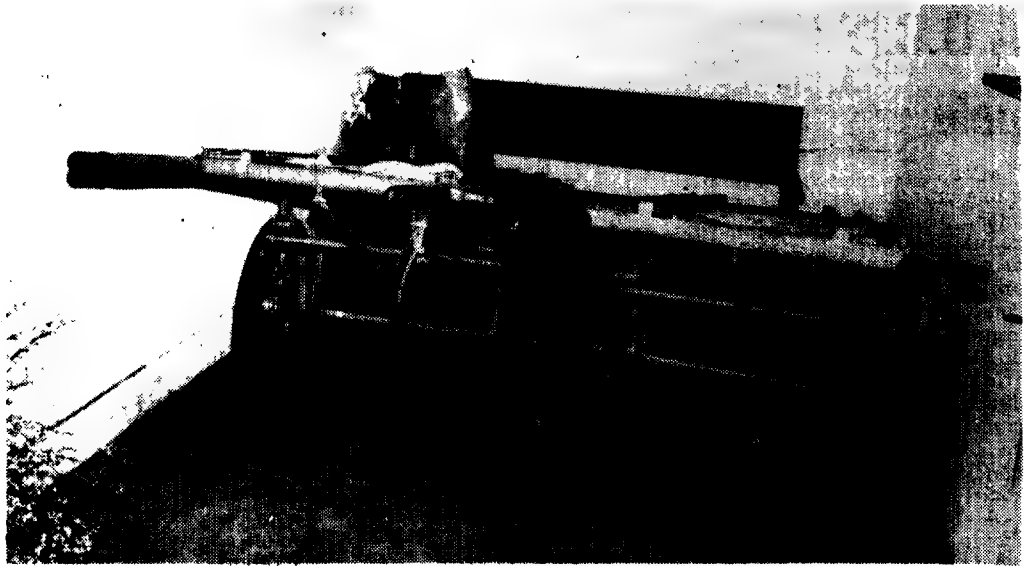
«E sabe-se como esses senhores são useiros em sobre-carregar os clientes», argumentou Leonel Diogo, um idoso vendedor ambulante de velas e candelabros, que, com o seu ar descontraído, trouxe um humor salutar a um tema naturalmente sombrio. «E por mim até sou da opinião que as pessoas depois de mortas deveriam ser transformadas em cinzas como já fazem em alguns países que têm outras religiões e costumes. Acabavam-se assim com os lucros chorudos dos modernos «gatos-pingados» e com os terrenos ocupados pelos cemitérios que bem poderiam ser melhor aproveitados por aqueles que cá ficam a lutar em vida».

Esta opinião tem adeptos neste Portugal que pretendemos renovar. Mas enquanto a ancestral tradição, que tem os mortos como razão para a prática de um culto não for completamente extirpada das mentalidades e se mantiver por cá (é e quase certo que tal irá acontecer ainda por bons e largos anos), há que tomar medidas para solucionar um problema que afecta directamente trezentos mil portugue-

ses. E o tempo urge. Já que sou-bemos estarem também os ce-

mitérios de Oeiras e Carnaxide a atingir o ponto de saturação. E nessa altura, é que (mau gra-

do o peso da tradição) não haverá outra alternativa a não ser o recurso à incineração...



Solução de emergência: onde agora se encontram estas duas ambulâncias funerárias irá brevemente surgir uma «carreira»

Faca de ponta-e-mola dá oito anos de cadeia

Oito anos de prisão para cumprir, multas e impostos de justiça para pagar, e quatro indemnizações a vítimas de facadas que destechou, é o que o corregedor do colectivo do 3.º Juízo Criminal de Lisboa sentenciou para Feliciano Semedo Moreira, de 22 anos, solteiro, natural de S. Tiago Cabo Verde incriminado pelos crimes de homicídio voluntário frustrado e ofensas corporais. O réu, especialista no uso da faca de ponta e mola, conforme o despacho de pro-

núncia, era acusado de tentar matar Lotero Monteiro, também de Cabo Verde, que em Março último intercedera, em Alcântara, no sentido de evitar que Jaime Baptista Neves, Albertina Delgado e Arnaldo Vieira fossem vítimas do seu conterrâneo, que em conflito com os indivíduos acima referidos, e do corpo-a-corpo passara à faca. Lotero Monteiro interveio para neutralizar o Feliciano, o que temporariamente conseguiu. Num impulso mais forte

o acusado recuperou a faca que tinha deixado cair e vibrou-lhe diversos golpes. Lotero ali ficou estendido e só não faleceu pelos socorros que prontamente lhe foram prestados. Agora, Feliciano Semedo, que opôs resistência quando recebeu ordem de prisão da P. S. P. e já tentou evadir-se, vai passar 96 meses na cadeia (salvo se vier a ser amnistiado) e perder a especialidade da faca de ponta e mola.



Por esta porta (no cemitério de Oeiras) entram os mortos vindos de longe

PRIMEIRA ENCOMENDA SUECA

Setenave entrega meio casco de petroleiro

«Portugal precisa agora, mais do que nunca, de empresas com dimensão económica capazes de se baterem em mercados abertos. A Setenave é um exemplo. Aqui, o que impressiona é que se trabalha à escala internacional.»

Estas palavras pronunciou-as o ministro da Indústria e Tecnologia, Walter Rosa, ontem à tarde, na «Setenave», durante o discurso que antecedeu a assinatura do protocolo de entrega da primeira encomenda daqueles estaleiros aos representantes do estaleiro sueco «Eriksberg Mek. Verkstads». Consta esta encomenda de um meio casco de petroleiro com 226 metros de comprimento, no qual se consumiram 29.000 toneladas de aço e que se destina a um petroleiro de 350,5 metros de comprimento e 316.000 toneladas de porte, para a «Soponata». O reboque deste componente até à Suécia, onde será completado, vai ser feito pelo maior rebocador de alto-mar do mundo, o «Smit Rotterdam», iniciando-se a viagem no próximo dia 22.

PRESENÇA NO MERCADO INTERNACIONAL

Antes da cerimónia do protocolo de assinatura, falaram o eng. Hugo de Jesus em nome do Conselho de Administração da «Setenave», o delegado da firma sueca que encomendou o casco agora terminado, o eng. Marques do Carmo, também administrador daqueles estaleiros e, por fim, o ministro Walter Rosa. Estavam presentes, entre outras individualidades, os ministros do Comércio Externo, das Finanças e dos Transportes, secretários de Estado do Comércio Externo e do Investimento Público, vários representantes da administração da «Setenave», representantes da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal e grande número de operários, entre os quais muitos dos que trabalharam na feitura do referido meio casco, que constitui a primeira encomenda dos estaleiros suecos «Eriksberg» a fazer parte de um total de dois navios do mesmo tipo cuja construção, segundo o contra-

to, se inicia em Portal e na «Setenave».

O eng.º Hugo de Jesus citou números interessantes para a economia nacional, ao fazer o discurso de abertura. Referindo-se especialmente à «Setenave», disse:

«A actual carreira de encomendas assegurará um satisfatório índice de utilização do sector da construção naval do estaleiro até ao fim do 1.º semestre de 1977. Estamos desenvolvendo todas as acções ao nosso alcance para conseguir novas encomendas que nos assegurem plena ocupação a partir desse período.

Neste sentido, a Setenave está activamente presente no mercado internacional procurando intervir nomeadamente em novas áreas geográficas que agora se abrem ao País.

Porém, a crise do mercado de construção naval que ainda persiste determinando uma concorrência entre os estaleiros tanto mais agressiva quanto maior é o apoio financeiro ou de outras naturezas que eles recebem dos respectivos Governos — leva a considerar pouco viável a possibilidade de êxito nestas diligências, a menos que também entre nós se desenvolvam fórmulas eficazes de apoio à actividade.

A permanência da actual crise por mais alguns anos recomenda, entretanto, que sejam equacionadas outras vias de superação, nomeadamente a adopção de medidas de suporte da actividade pela via da modernização e ampliação da frota nacional que, perdido o regime privilegiado da frota colonial, terá de intervir em novos mercados em termos de maior competitividade tecnológica e económica.

Anotarei que o suporte do mercado interno a que aliado constitui fórmula seguida em quase todos os países para apoio das indústrias nacionais de construção naval nos períodos críticos como o que se está atravessando.»

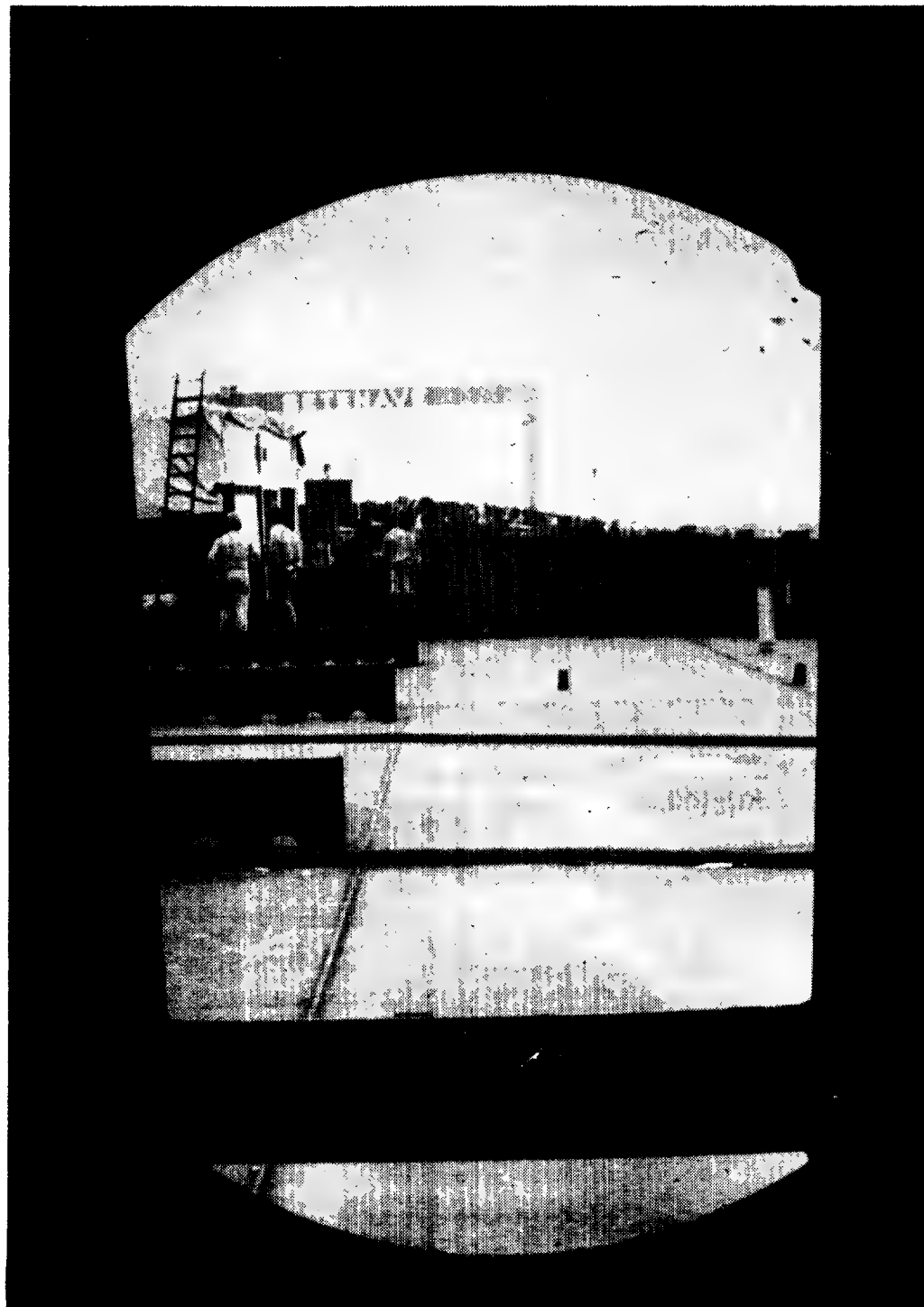
VIRAR AO ATLÂNTICO

E acrescentaria o eng.º Hugo de Jesus: Apraz-me registar nesta oportunidade o acordo de cooperação recentemente firmado com a Lisnave — abrangendo os sectores da construção e da reparação — e à luz do qual se confere ao País uma flexibilidade de docagem que não encontra paralelo nos meios internacionais.

Esta realidade conjugada com um conjunto de acções de marketing já programados pelas duas empresas e associada ainda a um desanuviamento que se delinea neste mercado fazem-nos encarar com algum optimismo a evolução deste sector.

Também o ministro Walter Rosa afirmaria mais tarde:

«É preciso transformar o País pobre que o fascismo nos deixou, num País próspero.



Aqui começa a metade do casco fabricado nos estaleiros da Setenave: numa operação posterior, na Suécia, ser-lhe-á anexada a outra metade

Num País europeu. Mas um País europeu virado ao Atlântico e aberto ao Mundo. E os barcos que aqui construímos assim o demonstrarão.

Herdamos uma deficiente estrutura industrial. Salvo honrosas excepções, a indústria ligeira está pulverizada em pequenas empresas sem organização, sem técnica, sem viabilidade económica. Empresas que vegetavam no passado, à sombra de protecção, pagando salários de miséria. Há que reorganizar.»

E diria ainda o titular da pasta da Indústria e Tecnologia: «Na indústria mineira, está quase tudo por fazer. Recursos naturais temo-los e importantes. Há que os aproveitar.

Na indústria pesada, felizmente, as perspectivas são outras. Como aqui, na Setenave, há dimensão económica, organização e técnica. Há pois que expandir a indústria pesada».

No final e após a assinatura do protocolo de entrega, fez-se uma visita aos estaleiros da «Setenave», a que se seguiu um puerete numa pousada de Azeitão.

MORAIS BARROCO NO ALGARVE

O secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico, coronel Morais Barroso, que esta manhã se deslocou em visita de trabalho a Faro, presidiu no Gabinete de Planeamento do Algarve a uma reunião em que foram examinados problemas de saneamento básico do Algarve.

Morais Barroso, que é acompanhado pelo eng.º Campilho Gomes e dr. Pinto de Sousa, do S. S. B. e o eng.º Eduardo Sousa, adjunto do seu departamento, visita esta tarde as instalações e obras em curso naquela cidade, após o que regressará a Lisboa.

A.O.C./F.D.N. não luta pelo socialismo

«Consideramos que uma frente como a nossa não deve lutar pelo socialismo. Isso compete a um partido socialista ou comunista» — afirmou um dirigente da A.O.C. no decurso de uma conferência de Imprensa dada na sua sede e do P.C.P. (m-l) em Lisboa. «No momento actual, a A.O.C. deve lutar apenas pela democracia, no sentido mais amplo da palavra, e pela independência nacional, ameaçada pelo social-imperialismo russo».

A «frente» em questão é a Frente Democrática Nacional, e o dirigente da A.O.C. esclareceu que tal designação, adop-

tada, não implica alteração no nome da Aliança.

A conferência foi convocada para conversar sobre as conclusões do congresso no último fim-de-semana.

Um ponto, por exemplo: não existe — disse um dirigente da A.O.C. — aliança entre esta organização e o PPD. Assim sendo, nem por isso o dirigente deixou de reafirmar que, embora a A.O.C. tencione concorrer às próximas eleições por todos os círculos que puder, aconselhará no entanto os seus simpatizantes a votarem no PPD nos círculos por onde não tiver candidatos.

Mais dois militares libertados de Caxias

«Mais dois militares já hoje não almoçam no Forte de Caxias» — assim se expressou o coronel Gaspar de Melo, da Direcção dos Serviços Prisionais Militares, quando por nós interrogado esta manhã sobre possíveis libertações.

Vieram depois os nomes dos dois novos libertados:

Capitão de Engenharia Porfírio Aires Marques dos Santos e tenente António Bernardino Abreu Miranda.

Foi-nos dito ainda que esta tarde seriam enviados àquela

Direcção «mais mandados de soltura».

Com estas duas libertações, encontram-se presentemente detidos em Caxias 20 militares, um dos quais é o major Dinis de Almeida, internado no Hospital-Prisão S. João de Deus.

Relativamente a Santarém, foi relativamente apurar qualquer coisa de concreto, uma vez que o oficial que presta informações se não encontrava presente. É de prever, no entanto, que não haja ainda hoje libertações.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

GESTÃO DEMOCRÁTICA

ENCONTRO DE ELEMENTOS DOCENTES DOS CONSELHOS DIRECTIVOS E GESTORES DAS ESCOLAS DO CPES E ES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E SETÚBAL

A Comissão Directiva promove no próximo dia 23, segunda-feira, um encontro aberto à participação dos docentes que integram Conselhos Directivos ou desempenham funções de gestores nas escolas da Grande Lisboa.

Este encontro, que se realiza na escola Manuel da Maia e se inicia às 15 horas, tem os seguintes objectivos:

1. Troca de experiências e discussão sobre as dificuldades encontradas no desempenho das funções de gestão.
2. Apreciação de um documento a apresentar ao MEIC e a divulgar pela classe e opinião pública, com um balanço da experiência decorrida e definição das condições mínimas necessárias a uma gestão efectivamente democrática e que sirva os interesses do ensino.

Com este encontro a CD.P. pretende encontrar formas de apoio aos conselhos directivos e dinamizar a classe em defesa da gestão democrática. Porque a CD.P. considera que estes objectivos são partilhados pelos professores mais directamente empenhados no processo da gestão, espera dos mesmos uma ampla participação neste encontro, sugerindo que cada conselho directivo se faça representar por dois dos seus professores, a fim de ser possível um debate mais aprofundado.

ASSINA: A Comissão Directiva

AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

És pequeno ou médio comerciante ou industrial, deves estar interessado em discutir os problemas da classe, com colegas do mesmo ramo porque só unidos e organizados os poderemos resolver, ao apartado 2.246.

Espectáculos

CRÍTICA DE MÚSICA

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Serviço de Música Gulbenkian: para quando a autocritica?

Deveria dar conta nestas colunas do que foram dois recentes concertos realizados na Fundação Gulbenkian: um com o quarteto polaco Wilanow; o outro com a Orquestra e o Coro Gulbenkian, os cantores Elise Ross e Etienne Bettens, sob a direcção de Tabachnik. O primeiro revelando um jovem agrupamento de música de câmara tão profundo na interpretação de clássicos como Mozart e Beethoven como tecnicamente exemplar na reali-

zação dos contemporâneos, na ocasião representados por um dos seus mais sólidos expoentes: o polaco Lutoslawsky. O segundo dando ensejo a um trabalho bastante responsável dos intérpretes acima referidos, na 2.ª Cantata, op. 31, de Webern, obra suficientemente densa — não obstante as suas curtas dimensões — para justificar um concerto, razão por que, depois da sua execução, nada mais haveria que ouvir, nem mesmo a Missa de Stravinsky programada para o mesmo espectáculo, e, na verdade, como não me considero uma máquina enfiadora de música a metro, abandonei o concerto com o Webern...

Talvez tenha sido este o motivo que me levou a reflectir no que tem sido a actividade da Fundação Gulbenkian no domínio da música a fazer uma retrospectiva mental da sua orientação.

O Serviço de Música tinha um largo passivo a saldar. Um passivo que se foi acentuando nos últimos anos de fascismo e que nestas mesmas colunas não perdi a ocasião de denunciar, como me cumpria, concitando contra mim e contra este jornal as iras da antiga administração daquela instituição. A voz da crítica respondeu então o poder Gulbenkian no estilo próprio do tempo: tentando silenciar o crítico através de pressões exercidas junto da direcção do jornal (que as ignorou), retirando-lhe os bilhetes de acesso aos espectáculos (medida de pouca dura, dada a solidariedade que começava a esboçar-se em torno do crítico, por parte dos seus colegas de ofício) e, finalmente, castigando o próprio jornal com o corte de publicidade (castigo que ainda hoje se mantém, quase dois anos decorridos sobre a queda do fascismo!).

Em que se traduzia esse passivo — esses erros sucessivamente acumulados pela direcção do Serviço de Música

da Fundação, com o beneplácito da administração?

Lembro-os, muito em resumo:

1. Canalização do grosso do orçamento destinado à música para uma actividade do tipo agência de espectáculos musicais, quase inteiramente destinada a proporcionar o consumo, por um público privilegiado, das grandes vedetas. Esta orientação, instrumento não de uma equilibrada política de intercâmbio cultural, mas de submissão e atrofamento dos nossos artistas e do nosso património cultural pelo «colonialismo» estrangeiro, teve a sua expressão mais inchada nos festivais Gulbenkian, que chegaram a concentrar em Lisboa, no espaço de um mês, quarenta e cinco espectáculos musicais!

2. Ausência de um plano sério e continuado visando fomentar a actividade dos nossos compositores e intérpretes e encorajar e desenvolver as perspectivas de realização profissional dos mais jovens artistas.

3. Dirigismo e espírito concorrencial em toda a acção empreendida, reflectindo o carácter pessoalista da direcção do Serviço de Música, mais interessada em cobrir-se dos louros do prestígio burguês, realizando obra de fachada, do que em considerar, a fundo, a contribuição que poderia dar para os seguintes objectivos: a) desenvolvimento e democratização do ensino da música; b) desenvolvimento e democratização da nossa cultura musical; c) protecção e estímulo aos organismos associativos, ao movimento coral, etc.; d) apoio a certas iniciativas democráticas que iam surgindo, integradas num espírito de resistência musical ao fascismo.

4. Prática de métodos autoritários e repressivos, a todos os níveis, especialmente face aos músicos portugueses, e que acabaram por determinar da parte de Lopes-Graça uma atitude de veemente protesto, ao interditar a apresentação de quaisquer obras da sua autoria nos concertos que a Fundação promovia ou patrocinava (interdição que se mantém).

De todo este passivo, de que existe larga documentação publicada, desapareceram (ou melhor: hibernaram), nos últimos 22 meses, os aspectos mais odiosos. Mas a rotina-base permanece. O Serviço de Música continua fechado num pequeno cla, que funciona à margem dos restantes organismos com responsabilidades na vida musical portuguesa. Que decide burocraticamente, todos os anos, do cartaz dos espectáculos da sua empresa, sita na Avenida de Berna. Que se encontra completamente divorciado dos problemas reais da nossa cultura musical e continua a não esboçar o mínimo gesto para os estudar ou de algum modo contribuir para a sua resolução. Que não faz autocritica dos erros que cometeu ou vai cometendo...

A direcção do serviço foi substituída, mas quem lá ficou, pelo que se vê, não quer, não pode, ou não tem força moral para reformular de cima a baixo critérios e métodos anquilosados, hoje ainda intactos como nos tempos antigos do caciquismo na música e do fascismo na política.

Para quando a tão esperada autocritica pública?



"Romeu e Julieta" veio de Moscovo

Telespectadores de 120 países viram a transmissão do «ballet» «Romeu e Julieta», de Prokofiev, pelo «Bolshoi» de Moscovo. O célebre «ballet» foi já apresentado mais de 200 vezes e, agora, telefilmado em transmissão directa desde a sala de espectáculos, devido a um acordo firmado pelo Comité Estatal de Televisão e Radiodifusão da URSS com a companhia da República Federal da Alemanha «Telecom». Na imagem, assinala-se o momento em que a primeira bailarina, Natália Bessmertnova, agradecia os aplausos do público

SAN REMO, 25 ANOS DEPOIS

A pré-história do festival

ROMA (IPS) — Sam Remo de novo, e como há um quarto de século. De novo as polémicas preliminares, que não se sabe em que medida serão autênticas ou fabricadas pelos agentes publicitários. De novo a insinuação de que no último momento haverá grande surpresa, e não se sabe até que ponto será desejo premeditado de «suspense» ou sintoma de uma organização incompleta.

É assim, desde há 25 anos. O «Festival da Canção» foi testemunha e protagonista de uma evolução política, económica e dos costumes da Itália do pós-guerra. Se os seus começos (com a inauguração da década de 50) foram reveladores de esperanças e de vontade de esquecer penas passadas, como em cada italiano da altura, a sua realidade actual tem a cor de cinza das nuvens que cobrem o céu do país em crise.

O festival deste ano, segundo Vittorio Salvetti, seu organizador, receberá novo impulso. O certo é que os dos anos passados têm sido mediocres, já que não tinham participação dos cantores na moda, os que interessam ao grande público, e principalmente aos jovens. Por isso, as afirmações de Salvetti não convencem muito os peritos porque os preferidos dos jovens, desde Francesco de Gregori a Alan Sorrenti, que ocupam os primeiros postos da venda de discos, não fazem parte deste Festival.

As novas técnicas musicais e o compromisso político — defendem eles — que caracterizam a maioria da produção musical peninsular encontram-se fora do casino de S. Remo, que não traduz há muito tempo a verdadeira canção italiana. Até Claudio Villa, o velho «reizinho da canção», um cantor que do ponto de vista formal representa os esquemas mais clássicos da tradição musical italiana, foi afastado do festival e acusou os organizadores de não o terem deixado participar porque a sua canção «Serenata ao meu Patrão» tinha uma linha social-comunista.

Falar hoje deste festival de Sam Remo é referir-nos a um facto passado, que nem por isso é menos digno de atenção, pelo papel que teve na vida italiana.

NASCE O FESTIVAL

O que poderíamos considerar pré-história do festival de Sam Remo vai desde o seu nascimento, em 1951, até um par de anos mais tarde em que a indústria discográfica percebeu a importância que a iniciativa representava.

Quando a 31 de Janeiro de

há 25 anos, o público — comodamente sentado às mesitas do casino de San Remo — teve que designar as três canções vitoriosas das dez finalistas, eleitas em dois espectáculos precedentes, os diários de Itália não se deram por achados. O espectáculo, transmitido pela rádio, não deixa de ser uma notícia secundária neste país que vivia a guerra fria através das suas particulares condições políticas. Por outro lado, a cidade tirrénica tem uma tradição aristocrática, é uma espécie de Montecarlo peninsular, que antigamente aco-



Nilla Pizzi, com a sua interpretação de «Papaveri e papere», lançou internacionalmente o festival

lhia as famílias do grande mundo europeu e onde — durante o período fascista — era distribuído um prestigioso prémio literário. De certo modo, converter-se em sede de concursos de «cançonetas» constituía uma vulgarização.

O festival da canção nascia como tantos outros festivais que proliferavam na época. O mesmo empresário que teve a ideia do concurso musical, um tal Busseti, já antes havia promovido outro consagrado à gastronomia.

Entre os intérpretes do primeiro festival, os mais célebres de então são Gino Latilla, o dueto das irmãs Fasano, o maestro Angelini e Achille Togliani. As vinte canções participantes foram seleccionadas dentre 240 apresentadas por autores e compositores. Também se apresenta uma semidesconhecida, Nilla Pizzi, destinada a converter-se na grande rainha da canção italiana, e que acaba por ganhar esse ano com «Grazie dei fiori».

A rádio leva a todas as casas a canção vencedora, e de todas as casas se começa a assobiar o motivo musical. O festival vê-se projectado a nível nacional, e este é o primeiro ponto favorável.

No segundo ano, 1952, o festival conta com um «manager» oculto: chama-se Sugar, é oriundo da Hungria e possui em Milão uma florescente editora musical. Vislumbrando a

eminente revolução da indústria discográfica com a venda dos discos de 33 e 45 rotações — e o crescente e colossal aumento do mercado — Sugar liga-se aos empresários do ramo e começa a estabelecer contactos com os Estados Unidos. O público não conhece estes pormenores, e sabe só que a entrada do casino subiu de 500 para 4000 liras de um ano para outro.

É o ano triunfal de Nilla Pizzi: conquista o primeiro lugar com «Vola Colomba», o segundo com «Papaveri e Papere» e o terceiro com «Una dona prega».

Um elemento que dá a nota de importância crescente do festival é o êxito internacional de «Papaveri e papere»: vendem-se oitocentos mil discos nos Estados Unidos, seiscientos mil em Inglaterra, duzentos mil na Alemanha e cem mil na França.

Em 1953, com o terceiro festival, as coisas começam a mudar. Presenciar a velada de San Remo constitui uma actividade mundana importante e então os bilhetes de entrada escasseiam e vendem-se em mercado negro. Escutar a transmissão radiofónica é inevitável para todas as famílias italianas. Já é o festival nacional e a RAI acolhe nas sedes de todo o país os júris que, de longe, devem associar os seus votos aos dos presentes em San Remo. De resto, aos veteranos da canção vêm juntar-se figuras em «crescendo»: Carla Boni, Flo Sandon's, Teddy Reno, entre outros.

Alguns personagens muito menos famosos mas mais importantes para a «industrialização» da «cançoneta» italiana aparecem. Dos Estados Unidos, chegou um editor musical, mr. Mellin, e um representante de um grupo de quinze editores norte-americanos, mr. Hovenstein. Ambos acordaram com o hábil Sugar uma «opção» de mil dólares por cada uma das vinte canções finalistas.

Ganha «Viale d'Autunno», interpretada por Carla Boni e Flo Sandon's. Um tema musical e uma letra que repetem inspirações tradicionais da canção lacrimogénea. Neste sentido, nenhuma revolução. Mas já estão criadas as premissas para que tudo mude. O festival de San Remo, começado talvez sem grandes ambições em 1951, três anos depois é uma plataforma de lançamento para os cantores e um bocado apetitoso para os empresários industriais. Haviam de demonstrá-lo os quinze anos seguintes.

SERVIÇO ESPECIAL DE JOAQUIM SOKOLOWICZ

MARIA VITÓRIA **2**

TODOS OS DIAS

SESSÕES

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1.ª SESSÃO, às 20.30
2.ª SESSÃO, às 22.45
terminando os espectáculos à 1 hora

Força, Força,

Camarada Zé!



FLORBELA em «A Visita da Velha Senhora»

Salvador Florbela
Henrique Santana

Vitor Mendes
Carlos Gonçalves

Atracção:
Cidália Moreira

LOURDES LIMA ★ DANIEL GARCIA ★ ODETE ANTUNES ★ NELA DUARTE ★ IGOR SAMPAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

AOS DOMINGOS E FERIADOS

«MATINÉE» às 16 horas
As 2.ªs-feiras: Descanso da Companhia

TEATRO INFANTIL

AOS SABADOS

às 16 horas (para todos)

«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»

Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (SÓ!)

Teatro

A RTP apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»

de Bertolt Brecht

com **RAUL SOLNADO**

no protagonista

Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinéas», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia

Bilheteira Tel.: 897017

A.B.E.P. Tel.: 328823

Não aconselhável a menores de 13 anos

COMUNA

Teatro de Pesquisa

DIARIAMENTE, às 21.30

FOGO!

2.º MES

DOMINGO — Matinéa às 18 h.

2.ª FEIRA — DESCANSO

Preço único — 20\$00

PRAÇA DE ESPANHA

METRO - PALHAVA

Tel. 762624

Televisão

Canal da Crítica

DA HISTÓRIA DE D. MICAS À LUTA DE MARIA DA CONCEIÇÃO

Vamos agora entrar no ponto mais quente dos «Thibault»: o grande romance de Roger Martin du Gard, o ponto em que o desencadear da grande guerra vai pôr termo às ilusões individualistas e anarquistas e idealistas do pensamento revolucionário pequeno-burguês. Muitos homens pagaram com a vida a sua visão idealista da sociedade e da História. Muitos outros serão ganhos para a organização de um partido da classe operária, o seu partido de vanguarda, sem o qual todas as lutas estarão votadas ao fracasso.

Estejamos, pois, atentos aos próximos episódios de «Os Thibault» e continuemos a atender à programação da Televisão, de uma Televisão cada vez mais votada ao improvável, ao deus-dará.

Para programa infantil e juvenil deram-nos a conhecer como se fazem cabeleiras postizas, bem como barba e pera. Não sei, não sabe, ninguém, qual o grau de exclusividade juvenil dessa rubrica. Tanto os juvenzitos como os mais idosos, desejosos de saber o que vai por esse mundo de Cristo, apreciarão ou não apreciarão o posticismo das cabeleiras e das peras. Tudo se passa assim: veste aquela margem destinada à tenra idade, toca a pôr lá qualquer coisa, encher de qualquer maneira; olha, temos aqui esta coisa sobre cabeleiras, postizas, talvez não ficasse mal...E pumba!

Aliás, na mesma rubrica tem-se procedido a uma repescagem de emissões já caídas no esquecimento, muitas delas do tempo da outra senhora. Recordo-me de uma, por exemplo, onde se falava da Rua da Creche que, por acaso se chama hoje Rua José Dias Coelho...Como os tempos marcham patãozinho!

Rubrica de muito interesse foi aquela dedicada às empregadas domésticas. De construção muito simples, procurou-se fugir, com êxito, ao massacre, das entrevistas e depoimentos. Vimos as empregadas domésticas no seu trabalho, no seu vai-vem, ouvimos as suas recordações, acompanhamo-las ao pequeno baile do bairro onde procuram, quanto mais não seja, uma ilusão de

companhia, de convivência fraternal.

Maria da Conceição Ramos, já nossa conhecida pela sua actividade para a criação do Sindicato das Empregadas Domésticas, de um verdadeiro sindicato, e não para mais uma sucursal da sujeição, conduziu a emissão com muita inteligência e tacto. Não se limitou a apontar as condições difíceis em que as suas companheiras viviam na terra e continuaram depois à viver em Lisboa: apresentou-lhes, depois, outra perspectiva — a tomada da sua consciência, da sua importância social, da sua condição de trabalhadora. Apontou, seguidamente, para a necessidade e para a possibilidade de uma reconversão — e isso era como se já estivesse a mostrar-lhes a vantagem de se unirem, de se organizarem.

Maria da Conceição Ramos, mostra conhecer bem o terreno que pisa. Um terreno difícil. Sabe que o contacto permanente com a pequena burguesia e com a grande burguesia lhes proporciona material de constante deformação. Só uma elevada consciência da sua condição de trabalhadora pode afastar a empregada doméstica de tantos e tantos perigos que a ameaçam.

O sindicato pode representar um papel valioso nesse processo de libertação. Maria da Conceição Ramos e as suas companheiras, de espírito inquebrantável, certamente vencerão na dura luta em que estão empenhadas.

Saboroso, e a vários títulos educativo e informativo, foi aquele monólogo da antiga empregada doméstica de Salazar. Curiosos os apontamentos sobre a vida íntima do ditador, na companhia de D. Micas, de sua filha e dos netos.

Sabe-se como, durante anos, e anos, a propaganda teimou em nos apresentar Salazar como um puro, um monge, devotado noite e dia ao serviço da Pátria. Tanto, tanto, que nem tempo tinha para. Ele à Pátria sacrificara tudo, ele, o Salvador. Nem família, nem nada. Nem ao menos aquilo que é tão bom que até os bichinhos gostam, como diz o nosso povo.

O depoimento público da hu-

milde empregada, anos e anos explorada, pelo ditador, vem causar perturbação na História. Mais um mito que se vai à viola...

O que me preocupa é se os telespectadores se fixam nesse pormenor e esquecem o problema levantado por Maria da

Conceição Ramos. Se lembram mais o passado morto do que o presente vivo. Se preferem a bisbilhotice, às discussões de fundo.

Vamos confiar que não. Vamos esperar que seja ouvido como merece o apelo de Maria da Conceição Ramos.

E.L.P./M.D.L.P.

Ofensiva psicológica através dum livro?

«E. L. P./M. D. L. P.», o que são? É o título de um livro que desde os primeiros dias desta semana apareceu à venda um pouco por toda a parte em Lisboa e praticamente em todos os pontos do País. «Sensacional reportagem em Espanha», e «A verdade sobre os dois movimentos clandestinos» — lê-se na capa, a chamar a atenção. Mas o que na capa mais chama a atenção é a reprodução dos símbolos do E. L. P. e do M. D. L. P., reproduzidos a duas cores: verde e vermelho.

O livro é uma edição da Acrópole, de Alfragide, casa habitual a editar livros de baixa qualidade. A distribuição está a cargo da Agência Portuguesa de Revistas, o que faz admitir que o livro vai chegar a todo o local onde chega a rede desta distribuidora. O autor do texto é Carlos Dugos, que nos referenciamos como indivíduo de formação salazarista e da geração que lançou diversas iniciativas vinculadas a uma posição política de oposição pela direita ao regime de Marcelo. Deve ainda assinalar-se que a composição e impressão do volume foram feitas na Artipol, em Aguada de Baixo (Aguada), o que vem ao encontro de um notícia por nós publicada no dia 24 de Janeiro segundo a qual uma tipografia de Aguada (cujo nome omitimos) havia encomendado a uma oficina do Porto (de que igualmente não revelamos o nome) gravuras dos símbolos

das duas organizações terroristas E. L. P. e M. D. L. P. As gravuras vêm aqui reproduzidas, as de tamanho maior na capa e as mais pequenas no interior do volume.

Ao contrário do que pretendem sugerir as indicações da capa, não se trata de uma «reportagem sensacional» nem aqui se revela «a verdade sobre as duas organizações terroristas». Mesmo partindo do princípio de que não é ficção a viagem do autor a Espanha à procura de dados e documentos, os dados e os documentos que no livro se revelam não são mais do que aquilo que E. L. P. e M. D. L. P. têm feito circular na sua propaganda escrita.

A curiosidade do leitor desilude-se quando o autor omite aqueles dados cuja revelação não seria conveniente para a segurança com que as duas organizações têm vindo a actuar. Quanto a nomes, apenas dois, e estes do M. D. L. P.: Spínola e Alpoim Calvão. Do E. L. P., ninguém. É o que se pode chamar um artifício. Ademais o livro é um acto de propaganda: de princípios, de programas, de intenções, objectivos, finalidades.

Quando o «DL» na sua edição de 24 de Janeiro lançava a suspeita de que E. L. P. e M. D. L. P. estariam a preparar uma grande ofensiva psicológica, estava certamente a pensar em panfletos, colantes, cartazes. Num livro é que não.

Hoje



«Eleonora»

PROGRAMA

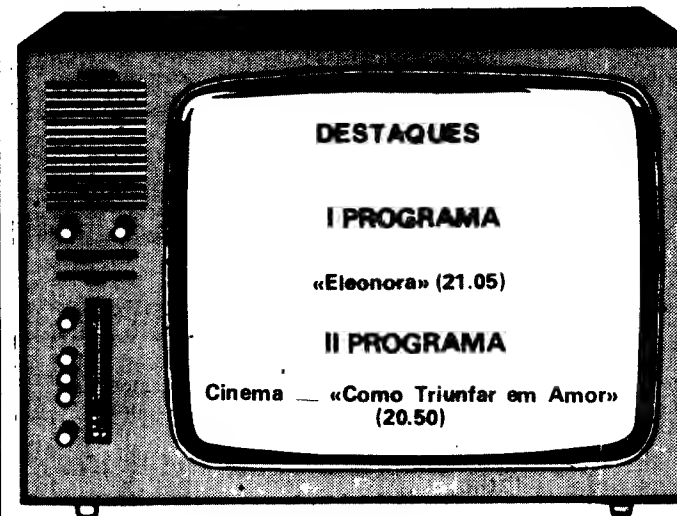
- 19.00 Programa produzido pelo Departamento de Programas Infantis e Juvenis.
19.15 «A Flecha Negra» — série filmada.
19.40 Concerto
20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 «Eleonora» — série filmada produzida pela Radiotelevisão Italiana. Realização de Silvério Blasi, com Giulietta Massina.
22.20 Aborto: Silêncio ou Debate?
23.15 Telejornal — 3.ª edição
23.30 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e Documentário — tradição do Carnaval.
20.50 Noite de Cinema — «Como Triunfar em Amor» — com Danny Saval, Marcel Herrand, Jean Poiret, Jacqueline Mailland. Realizador Michel Boisrond.

Bernard, rapaz empregado numa editora eclesiástica, apaixonou-se doidamente por uma jovem que vê numa loja, mas que não consegue saber quem é. Por um feliz acaso, a sua vizinha do 3.º andar é mãe da pequena, e Bernard, tendo lido com a maior atenção o livro do seu amigo Marcel «Como Triunfar em Amor», prepara-se para «atacar». Após uma série de engraçadas peripécias, os dois jovens casam e Bernard considera-se um homem realizado.

- 22.30 Telejornal — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
23.00 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

12.45: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 13.00: Retrospectiva; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; 13.40: Expedição; 14.05: Desenhos Animados; 15.00: «Tom Brown» — série extraída do romance do mesmo nome de Thomas Hughes. Adaptação para a Televisão de Anthon Steven e realizada por Gareth Davies, com Anthony Murphy no protagonista; 15.30: Funguá da Bicharada; 16.00: Eurovisão Campeonato da Europa de Atletismo em Pista Coberta — transmissão directa de Munique; 18.45: Tesouros do Museu Britânico; 19.15: Concerto Sinfónico — pela Orquestra Filarmónica de Lisboa sob a direcção de Joly Braga Santos. Cantora: Helena Cláudio. No programa: 4.ª Sinfonia, de Luís de Freitas Branco; 20.00: Memórias do Nosso Tempo — a Grande Guerra — porque não vem ajudar. Realização de Correlli Barnett; 20.30: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; 21.05: Noite de Cinema — «Lucia» — filme realizado por Humberto Solás, com Raquel Revueles, Estilinda Nuñez e Adelia Negra; 23.50: Telejornal — 3.ª edição; 00.00: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 20.15: Expedição; 21.00: Eurovisão — Rugby — Irlanda-País de Gales; 22.30: Telejornal; 23.00: Fecho.

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS

CONVOCAÇÃO

De harmonia com as normas estatutárias, convoco todos os sócios no pleno uso dos seus direitos, a reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro (Sexta-feira), pelas 18 horas, nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, na Rua do Alecrim, 46-1.º — LISBOA, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Medidas a tomar contra as empresas que não efectuaram matrículas dentro do prazo estabelecido;
- 2 — Posição a tomar, em relação ao patronato que não cumpre integralmente o Contrato Colectivo de Trabalho;
- 3 — Informações.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL: a) Amaro Georgino Fernandes

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

DIRECÇÃO DE EQUIPAMENTO

Concurso público para execução da rede de esgotos e abastecimento de águas às Novas Oficinas do Entroncamento

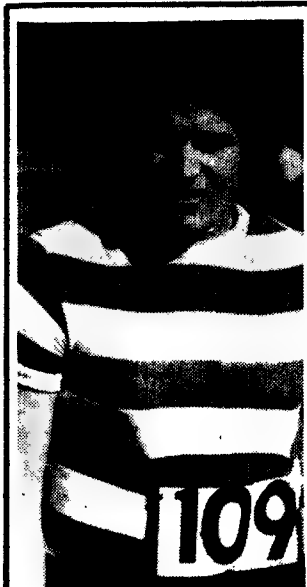
Informa-se que está aberto concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe. A abertura das propostas terá lugar no dia 2 de Março de 1976, pelas 15 horas, na Direcção de Equipamento da C. P. (Equipa de Projectos de Construção Civil) — Avenida da República, 66-3. — Lisboa.

Durante o prazo do concurso e nos dias úteis e horas de expediente poderão os interessados examinar o programa do concurso, o caderno de encargos e peças do processo, na direcção acima indicada ou na secção de obras do Entroncamento. A caução provisória, no valor de 20 000\$00, será entregue na Direcção Financeira da Empresa — Calçada do Duque, 20 — Lisboa.

As propostas e a documentação a apresentar pelos concorrentes deverão ser entregues até às 17 horas do dia anterior ao dia marcado para a sua abertura, na Secretaria da Direcção de Equipamento da C. P. — Avenida da República, 66-7. — Lisboa.

Ao presente concurso só são admitidos empreiteiros de obras públicas titulares de alvará da quinta categoria.

Desporto



Uma só: Adília

Nos campeonatos europeus de atletismo em pista coberta, que se disputam amanhã e domingo, em Munique (Alemanha), estará apenas uma atleta portuguesa: a sportinguista Adília Silvério. Irá lançar o peso, certamente muito longe do «record» mundial (21 metros e 13, «assinados» pela checoslovaca Helena Fibingerova, no ano transacto) mas com a dignidade que é apanágio de toda a sua carreira. Uma espécie de pedrada no charco, a desta rapariga de 26 anos que é verdadeira resistente no malbaratado atletismo feminino cá da terra.

O JUÍZ É VOCÊ

É isso: o leitor imagine-se juiz e deite contas à vida. Como resolveria, de iusticia em punho, a miríade de casos que macularam a última semana desportiva e afloraram às colunas cimeiras dos órgãos de Comunicação Social?

Uma pequena achega: lembremos-lhe factos e verdades. Nada mais. Como se segue.

Não bastou a eliminação do F.C. Porto (leia-se «team» de futebol das Antas) ante os alemães do Hamburgo: os tristes (e bem lamentáveis) incidentes que ocorreram, no lavar do estádio, valeram ao emblema nordestino a interdição por um jogo «uefeiro» do seu parque de jogos. E, já está decretado: se o F.C. Porto actuar, na temporada imediata, em torneios de expressão europeia, o «show» caseiro da primeira eliminatória terá de processar-se em Lisboa.

A Associação de Futebol da capital em *polvorosa*: a situação do secretário-geral Simões da Silva, suspenso pela directiva há longo tempo mas a cobrar os naturais vencimentos (a coisa já vai nos 440 e tal contos) transforma-se em quase escândalo. Os trabalhadores da casa estão de um lado da barricada: o eng.º Alfredo Valverde, e a gerência a que preside, em outra trincheira, de sinal diferente. Há juristas metidos no assunto, leis que se interpretam e diplomas que se manuseiam. Entretanto, um caso efervescente: Simões da Silva, apoiado por quase todos os colegas, tem (ou não) razão? Um homem pode ter a

sua honra beliscada e ficar calmo e em serenidade à espera de um muito longínquo amanhã?

A carregar o muito que se tem dito por aí, às vészes em pequenos conchabos em que a palavra fácil é utilizada para juntar diatribes e acusações sem nexo ou sentido, o andebol português voga na crista de uma onda encapelada. Depois de se ter vociferado contra isto e aquilo, este ou outro personagem (em maneios clubistas ou por antipatias puramente pessoais) atingiu-se o clímax: uma prova de força para a continuidade (ou renúncia) do presidente federativo José Gomes Machado. De qualquer modo, situação tanto mais aborrecida quanto os sucessivos insucessos das baldadas rondas de contacto internacional ultimamente a quedarem-se em águas de bacalhau. Esta semana, foi o máximo: travou-se o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão em face de uma deslocação à Argélia, de grupo treinado pela dupla Angelo Pintado-Armando Campos e, afinal, nem novas nem mandados. Bilhetes de avião? Visite-os. Hotel marcado lá na Argélia? Nem pó. Ao telefone, ao telegrama, porventura ao próprio pombo-correio, ninguém atende. Conclusão: nem há andebol por cá, nem a rapaziada vai lá.

O hóquei em patins, modalidade não olímpica mas bastante popular em Portugal, viaja entre dois pólos: o entusiasmo desmedido de certas plateias e o total aineamento em outros

areópago. A euforia sem limites conduz (por vezes), a situações aborrecidas, como uma que ocorreu ultimamente no ringue do Valongo e outra, aqui mais para baixo, em Oeiras. Jogavam (precisamente), Oeiras com Valongo, para a Taça de Portugal. O clube da Costa do Sol batia o parceiro de festa, por 4-0: eis senão que, aproveitando o repouso confortável que tal vantagem parecia oferecer aos oeirenses, os portistas arrancaram para um brilhante 5-4. Pois, amigos, foi o bom e o bonito: o relatório do árbitro, apresentado à direcção federativa, implicou a interdição preventiva do rectângulo da Associação de Oeiras e um inquérito disciplinar que dirá (sabe-se lá...) quem foi culpado pelo destembeleamento nervoso que saltou de certo sector da bancada.

A Associação farense de futebol castiga: na lista, um dirigente do Olhanense (Júlio Contreiras Favinha) que, na partida, entre juniores, do seu emblema com o Esperança de Lagos, teve *atitude incorrecta para com a equipa de arbitragem*. Dez dias de afastamento, dos jovens para quem deveria ser salutar exemplo, servirão de exemplo?

Libano Vaz Teresa, 19 anos, moçambicano. Ex-quarto defensor do grupo de juvenis chutadores do Ferroviário de João Belo. Em 1973 um cativante horizonte: o futebol sportinguista, aqui em Portugal. E um mestre a descobrir-lhe novo posto: Hilário, a catapultá-lo como atirador ao gol. A internacionaliza-

por NEVES DE SOUSA

zação bateu à porta do junior, a entrada no primeiro «team» já se conseguiu. Libano: um profissional de futebol. Que, como declarou em letra de Imprensa, parou os estudos por não ter tempo (ou vontade...) para mais nada. O quarto ano comercial (mal alinhavado) será suficiente para nunca defrontar o espectro que esteve pendente sobre a cabeça do colega Laranjeira?

Massificação: palavra de ordem, usada a esmo. Associada (ou longe) de democratização desportiva. Porque, sem controlo médico, apenas na ansia apoplética de bater recordes e vaidadezinhas, se colocam, lado-a-lado, na galopada saltitante em muitas centenas de metros, cardíacos e reumáticos. Maus pulmões, de braço dado com estúmagos vazios. Mas, os *sherifes* sorriem: os rebanhos vão engrossando. Só que ninguém descobre onde está a virtude de pôr a correr crianças que não vêm leite nem carne, que têm como única fronteira os fumos de fábricas e as latas vazias de comida. Porém, no celeste Olimpo, há deuses que ficam ufanos. De barriga cheia.

Nos pavilhões gimnodesportivos (quase todos, valha a verdade) fuma-se desalmadamente enquanto, no centro dos olhares, há atletas em competição. Esforço físico em moldura poluída de cortar à faca. Ninguém a evita, poucos a impedem. Ali, como em muitos outros lados.

Ah, como está muitíssimo melhor o Desporto neste belo País.

Portugal

Jogos da 1.ª Divisão lisboeta de andebol: Ajudense. 20-Académica da Amadora. 19: Caramão. 34-Covada Piedade. 22 e Vendedores de Jornais. 18-Encarnação. 28.

Barros e Messias são dados como certos no «team» que o Benfica amanhã desloca a Tapadinha.

Quatro horas e meia durou, de ontem para hoje, uma reunião dos dirigentes do Boavista com José Maria Pedrote. Objectivo: garantir o concurso do técnico para a próxima época. Tudo continua em fase de impasse, dada a procura de Pedrote em outros emblemas.

Concurso de pesca desportiva interclubes, em Aviz (Barragem do Maranhão), na manhã de domingo próximo, por iniciativa do Sporting de Alenquer.

Curso para formação de animadores de badminton, neste fim-de-semana, no Jamar.

Será desta? Manuel, um chutador brasileiro, será o próximo examinado no Estádio de Avelas. Amanhã, estará na Portela de Sacavém: segunda-feira começa a saber-se se é melhor do que os últimos compatriotas que por cá têm aparecido.

A assembleia geral da Federação de Vela efectua-se na noite de hoje, na sede das Federações dos Organismos Desportivos (Rua do Arco do Cego, em Lisboa).

No pavilhão do Estádio da Luz efectua-se, na noite de amanhã a 4.ª jornada do campeonato nacional de luta (equipas de «esperanças») com os seguintes embates: Atlético de Queluz-Ateneu, Sporting-Runa e Benfica-Baixa da Banheira. Entretanto, uma desistência neste torneio: o União de Coima abandonou a competição.

Na continuação dos trabalhos da fase nacional do Encontro do Movimento Voluntário Desportivo, realiza-se, este fim de semana, nas instalações da Escola de Educação Física de Lisboa (Cruz Quebrada), uma reunião nacional para discussão na especialidade dos estatutos e regulamentos do M.V.D., já parados na generalidade.

Aos trabalhos, que terão início às 14 horas de amanhã e se prolongarão até às 22 horas de domingo, estarão presentes delegados de cada um dos distritos do País.

Organizado pela delegação distrital da Direcção-Geral dos Desportos, vai realizar-se, amanhã, pelas 9 e 30, junto aos terrenos da Escola Industrial de Santarém, um convívio de atletismo para os alunos das escolas primárias daquela cidade. Deverão estar presentes entre 800 e mil crianças.

Em Abrantes (e ainda sob a organização da mesma delegação distrital da D.G.D.) efectua-se no domingo (também às 9 e 30) nos terrenos anexos ao Castelo, um convívio de atletismo para os alunos das escolas primárias. Espera-se a presença de 2.500 crianças.

Hóquei em campo, torneio para juniores: Belenenses-Hóquei (amanhã, pelas 9 e 15, no Restelo) e F. Benfica-Idomundo, às 17, em «Francisco Lázaro». Encontros em primeiras categorias neste fim-de-semana: F. Benfica-Cascais (amanhã, às 15 e 30, no campo «Francisco Lázaro»), Atlético-Hóquei (domingo, na Tapadinha, às 11) e Benfica-Belenenses (também no domingo, na Luz, igualmente pelas 11 horas).

O dr. Silva Graça, secretário de Estado dos Desportos, parte no dia 23 para a Polónia onde, acompanhado pelo director-geral dos Desportos e pelo responsável pelo Fundo de Apoio aos Organismos Juvenís analisará o Desporto local.

Na segunda-feira, pelas 21 horas, jogadores profissionais de futebol vão reunir-se, no Porto (Casa do Desporto) sob impulso do sindicato da classe.

Um «Torneio de Iniciação», em atletismo, vai ser realizado pela Inatel (delegação de Faro) na primeira quinzena de Abril. Local das provas: o estádio de Loulé.

A partir de 14 de Março processa-se um torneio nacional interclubes, em basquetebol, destinado à categoria de juvenis.

Por terem averbado 3.ª falta de comparecência, foram eliminados dos campeonatos lisboetas em ténis de mesa, as equipas do Externato de Moscavide e Rio de Janeiro (4.ª divisão e reservas), além da formação de senhoras do Palmeiras.

Foi nomeada uma comissão encarregada de estudar e remodelar o Regulamento de Provas Associativas, da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa. Nomes desse bloco: Jorge Alberto Figueiredo da Cunha (Benfica), Manuel José Ferreira Figueira (Centro Católico), José Mercúrio Dias (Sporting) e o coadjuvante Arménio Pina Bordão.

A Federação de Ginástica indicou vogais para a Comissão Executiva da «Central» de Juizes de Competição. Eis os nomes: Elvira dos Santos Trindade, Maria Manuel Rodrigues Ferreira, Ida Maria Pereira, Teresa Milheiro Torres, Nuno José Afonso e César José Peixoto.

COMUNICADO

POR MOTIVOS DE ORDEM TÉCNICA, A ESTREIA DO ESPECTÁCULO

«TARAN TANTAN NÃO ENCHE BARRIGA!»

MARCADA PARA HOJE FOI TRANSFERIDA PARA AMANHÃ, SÁBADO

OS BILHETES PARA A ESTREIA TEM VALIDADE PARA SÁBADO



Os bilhetes para sábado poderão ser trocados para qualquer outro dia BILHETES À VENDA PARA TODA A SEMANA.

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

TEMPORADA DE INVERNO

(Homenagem a Verdi e Wagner)

AMANHÃ SÁBADO, 21 DE FEVEREIRO, ÀS 16 HORAS

2. récita da ópera

UM BAILE DE MÁSCARAS (G. Verdi)

Elenco:

Carlo Bergonzi, Matteo Manuguerra, Rita Orlandi-Malaspina, Viorica Cortez, Helena Pina Manique, Álvaro Malta, Carlos Fonseca, Oliveira Lopes e Jorge Anciães.

Direcção Musical: Francesco Molinari - Pradelli

Encenação: Giuseppe de Tomasi

Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa

Coro do Teatro de S. Carlos

xxx

A 3.ª récita de «UM BAILE DE MÁSCARAS» terá lugar no COLISEU DOS RECREIOS na próxima terça-feira, 24 de Fevereiro, às 21 horas

LÁ FORA

MUNDIAIS PUGILÍSTICOS

Dois campeonatos do mundo de boxe se disputar-se-ão em São João (Porto Rico) hoje à noite. O mais importante contará para o título de «pesados» e será entre Mohamed Ali (Cassius Clay) e o belga Jean-Pierre Coopman. O combate será precedido do campeonato do mundo de «meios leves» entre o actual campeão, Alfredo Escalera (Porto Rico) e José Fernandez (República Dominicana).

PROMOÇÃO TENTADA

A Confederação Brasileira dos Desportos está disposta a apresentar oficialmente a sua candidatura à organização do Campeonato Mundial de Futebol (de 1978) no caso de desistência da Argentina. Esta posição poderia

ser examinada durante a reunião que as instâncias superiores da F. I. F. A. têm marcada para o Rio de Janeiro, de 5 a 8 de Abril.

Segundo os círculos ligados à C. B. C., o Brasil dispõe de uma infra-estrutura (estádios, telecomunicações, serviço hoteleiro, transportes) que lhe permite arcar a breve prazo com a organização do Campeonato Mundial.

PROVA DE FORÇA

Cerca de 1500 sócios e simpatizantes do Futebol Clube Barcelona manifestaram-se ontem no Centro de Convívio deste clube, pedindo que o jogador holandês Johan Cruyff continue a fazer parte da equipa e não rescinda o contrato, exigindo a demissão do treinador do Barcelona (Hennes Weisweiler).

Para terminar o litígio Weisweiler-Cruyff, os manifestantes pró-Cruyff acharam ser esta a única solução, a fim de que este não abandone o clube.

Automobilismo em ebulição

Foi prorrogado o prazo para as inscrições no Campeonato Nacional de Ralis e, em consequência, nos «Troteus de Promoção» (Norte e Sul), que podem ser feitas na sede do Automóvel Club de Portugal (Lisboa ou na sua Secção Regional do Norte (Porto), até às 13 horas do dia 1 de Março.

A lista definitiva de inscritos no Campeonato Nacional de Ralis e nos «Troteus de Promoção» será distribuída (e considerada oficial) no dia 5 de Março.

Por seu lado, o regulamento

do Campeonato Nacional de Velocidade espera aprovação superior, estando previsto o seu início para o fim-de-semana de 27/28 de Março. A distribuição do referido regulamento será feita na próxima semana, podendo as inscrições ser feitas na sede do Automóvel Club de Portugal ou na sua Secção Regional do Norte.

Ainda de automobilismo: a Comissão Desportiva Nacional divulgou já a «Regulamentação Nacional de Karting» que vai vigorar durante este ano. Nela se refere, além das categorias clássicas (Internacional e Sport) as novas categorias «Nacional de Série», «Nacional» e «Júnior», qualquer delas com motores de fabricação nacional.

O entusiasmo pela modalidade (não obstante as dificuldades com que se tem deparado em vários sectores) é cada vez maior, prevendo-se o aparecimento de muitos novos pilotos em 1976 e o regresso às provas de promoção em vários pontos do País.

OS BONECREIROS

EM MOSCAVIDE

Representam:

«A SOMBRA DE UM FRANCO-ATIRADOR» de Sean O'Casey

4.ª, 5.ª, 6.ª e sábados, às 21.30 horas

R. António M. Pais, 6-A Tel. 251 50 07 / Moscavide

O LEITOR INTERROGA

O Clube Desportivo de Fiães (com secções de voleibol, ginástica e tiro) envia-nos cópia de uma exposição endereçada à Junta Central das Casas do Povo. O assunto nela versado ultrapassa o interesse do clube de Fiães dizendo respeito a uma população de 30 mil pessoas. Eis o teor da exposição:

«Face ao impasse verificado na conclusão das obras de acabamento do edifício da Casa do Povo do Centro da Feira (Fiães) a que está agregado e, também quase concluído um pavilhão ginódessportivo, o Clube Desportivo de Fiães, principal interessado na utilização deste último, vem expor o seguinte:

«1.º — Quando do início do edifício da Casa do Povo, foi este clube que, perante as dificuldades monetárias da direcção da Casa do Povo do Centro da Feira (Fiães) impossibilitada de, por falta de fundos, comprar terreno para que, anexo ao edifício projectado, se construísse um pavilhão ginódessportivo, conseguiu que associados seus emprestassem a verba precisa (390 mil escudos) para a sua compra.

«2.º — Desde o início da sua construção teve sempre este clube o cuidado de seguir de perto todos os trabalhos, para que o recinto pudesse servir à prática do desporto.

«Acontece, porém, que uma obra que se previa concluída em fins de 1974, ainda hoje não se encontra em funcionamento, apesar de há quase um ano o edifício e o pavilhão mencionados estarem quase concluídos (faltando apenas uns acabamentos, que no prazo de um mês, pouco mais de 30 dias chegariam para o fazer).

«O Clube Desportivo de Fiães, que há 20 anos se dedica às modalidades amadoras (especialmente no voleibol

e ginástica infantil) e que movimenta, apesar de não possuir um recinto coberto, mais de duas centenas de praticantes, principalmente crianças de ambos os sexos (5 a 12 anos) pede que:

«1.º — essa entidade providencie para que o edifício em causa se conclua no mais curto espaço de tempo;

«2.º — enquanto tal não for possível, que o pavilhão seja dotado de iluminação (é o que falta para poder ser utilizado) e que nos seja permitida a sua utilização, dado que muito brevemente vai o nosso clube disputar o Campeonato Nacional de Voleibol, o qual exige que os jogos sejam efectuados em recintos cobertos.

«A Comissão Administrativa do C. D. de Fiães entende que um edifício onde já se gastaram mais de cinco mil contos não pode, enternamente, a ponto de se ir deteriorando a sua construção, estar fechado e sem servir uma população que vai muito além das 30 mil pessoas, cuja população escolar é de cerca de 3500 alunos (curso primário, preparatório e técnico) pelo simples facto de ainda não estarem definidas as directrizes com que se vão regular realizações deste natureza.

«O Clube Desportivo de Fiães, em nome dos filhos da população interessada, pede (portanto) a conclusão rápida das obras».

Que é feito do futebolista Ernesto que esteve no Belenenses?

Lúcio Marques (Faro)

Esteve e está, Ernesto (de seu nome completo Ernesto Valdemar Tavares de Almeida) continua no Belenenses, depois de, no início desta época, ter sido dado como dispensado. Dizia-se (até) que o Salgueiros e o União de Lamas estariam interessados no seu concurso. Afinal, aos 31 anos, o louro dianteiro de Valadares (Porto) renovou com os «azuis» de Lisboa: embora raramente seja chamado a justificar o ordenado mensal.

Fiz uma aposta, aqui em Coimbra. Digo eu que, pelo menos em função de tradição, é inédito o Académico ter profissionais oficiais no seu «team» de futebol. Um colega de trabalho afirma que, nos tempos da Académica já tinha havido futebolistas que não estudavam.

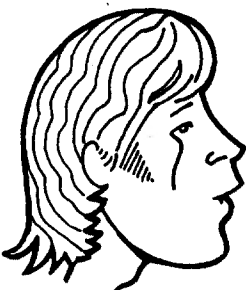
De quem é a razão?

Pedro Martins Duarte (Coimbra)

Por curiosidade, podemos recordar um trecho de entrevista dada por Crispim, técnico do Académico, ao nosso colega «A Bola» (edição de 20 de Dezembro último). O entrevistador pergunta ao técnico: Não se prevê nenhuma aquisição para a linha dianteira? Resposta de Crispim: Julho que o Académico não está a pensar em nenhum jogador que venha de fora. Aliás, estatutariamente, isso não era possível. A não ser que aparecesse, por exemplo, um brasileiro que quisesse estudar.

Porém, de um instante para o outro o Académico contratou dois profissionais do chuto: Camilo e Joaquim Rocha. O primeiro, como o leitor talvez saiba, ainda está ligado ao Sporting, clube do qual recebe a diferença de ordenado entre aquilo que o Académico lhe paga e o montante do seu contrato feito quando se encontrava em Angola e acabou trabalho com os «leões». Rocha, igualmente um sportinguista de recente data, também é profissional: e foi nesse sentido que o seu contrato entrou na Federação como é óbvio. De resto, houve certas dúvidas sobre o amadorismo (ou a devoção aos estudos) de certos jogadores de primeiro plano que, em determinada altura das suas carreiras, passaram pela Académica de Coimbra, emblema que cedeu ao Académico a prerrogativa no escalão superior do futebol nacional. Dai que tenhamos ficado admirados com as reticências de Crispim (em Dezembro) e nunca com a contratação às claras, de sucessores de homens como Manecas.

O traço de Pargana



Carlos Lopes: o melhor em corridas



Cruyff: problema em Barcelona



Guimarães: a garotada «encarcerada». Os adultos é que as fazem, as crianças é que pagam

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

ELEVADOR DA BICA

O ELEVADOR DA BICA VAI SER INSPECIONADO PELA DIRECÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ELÉCTRICA DO SUL, DURANTE A TARDE DE HOJE, DIA 20. APÓS A APROVAÇÃO O ELEVADOR ENTRARÁ IMEDIATAMENTE, AO SERVIÇO DO PÚBLICO.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, S.A., a que se refere o processo 8/55681, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Carregosa, concelho de Oliveira de Azeméis, de uma modificação da linha aérea a 15 kV, para o Posto de Transformação de Carregosa Arrifaninha, da Sociedade Eléctrica de Carregosa, Lda, sem aumento de comprimento, por intercalamento do apoio n.º 1 e de uma linha aérea a 15 kV, com 64 metros, do apoio n.º 1 da linha para o Posto de Transformação de Carregosa Arrifaninha, da Sociedade Eléctrica de Carregosa, Lda, ao Posto de Transformação da «Ferpinta» — Fábrica Nacional de Construções Metálicas, Lda, — Posto de Transformação n.º 2.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57038, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de S. Cosme, concelho de Gondomar, de uma linha mista a 15 kV. (Parte aérea com 155 metros), com 191 metros, do apoio n.º 14 da linha de ligação «Atães-Lagoa», ao posto de transformação da Sociedade Portuguesa de Drogas, Lda, na freguesia de S. Cosme.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Sesimbra, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/53368, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Castelo, concelho de Sesimbra, de uma linha aérea a 15 kV, com 1408 m do apoio n.º 1 da linha para o posto de transformação de Teodoro Gomes Alho, ao posto de transformação de Pedreiras.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Montijo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56568, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Canha, concelho do Montijo de uma linha aérea a 30 kV, com 778 metros do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação de Domingos S. Ginjeira, ao posto de transformação da Sociedade de Criação Pecuária, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, S.A., a que se refere o processo 8/55292, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, de uma modificação da linha aérea a 15 kV, Ruivães-Trofa, sem aumento de comprimento, por intercalamento do apoio n.º 55-A. Linha aérea a 15 kV, com 67 metros, do apoio n.º 55-A da linha Ruivães-Trofa, à subestação de Lousado da Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56088, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Cosme, concelho de Gondomar, de uma linha subterrânea a 15 kV, com 45 metros, do apoio n.º 3 da linha para o Posto de Transformação de Teixeira & Martins, ao Posto de Transformação de Manuel António Carmezim, Posto de Transformação n.º 2.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 10 de Fevereiro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Geral

XXV CONGRESSO DO P.C.U.S.

Continuação da pág. 14

de referir à sempre presente «emulação socialista».

Para além dos preços dos serviços essenciais, a produção vem sendo utilizada em aumento de bem-estar e de nível cultural. É o caso das escolas e do ensino geral (de oito anos em transição para dez) gratuito e da multiplicação de creches e de habitações.

Aqui, na habitação, reside um dos problemas essenciais para o cidadão soviético. As bichas são longas nas folhas de inscrição dos municípios e dos sindicatos: muitos candidatos esperam anos a possibilidade de terem uma casa. Outros aguardam que o rendimento das empresas em que trabalham permita a construção de edifícios de apartamentos. O último quinquénio viu construir-se mais de dois milhões de habitações, prontas a entregar, mas a situação está longe de ser ultrapassada.

As conversas com o cidadão da rua vão parar, quanto a dificuldades, ao magno problema da habitação, passando pelas deficiências do transporte público urbano (a produção de autocarros ainda não atingiu os valores suficientes) e pelo comércio de instalações ainda não adaptadas ao volume do consumo, o que provoca algumas bichas que qualquer transeunte poderá observar nas horas de ponta nas grandes cidades.

Mas o cidadão da rua, quando refere estes problemas do dia-a-dia, tem outra faceta: a compreensão. Ele mostra estar a par dos números e da produção geral do país. Tem visto o aumento da produção e a invariabilidade dos preços, por isso parece esperar confiado e bastante tranquilamente.

Tranquilidade não significa inatividade. Uma das peças teatrais de maior êxito actualmente em Moscovo chama-se «Uma Reunião do Comité do Partido». Salas consecutivamente esgotadas assistem à luta dos trabalhadores de uma fábrica contra a respectiva administração, acusada de não executar devidamente os planos traçados.

Em termos gerais, trata-se de uma luta contra aspectos burocráticos que podem entrar os processos de crescimento. A peça, mais do que um testemunho, parece ser um apelo aos trabalhadores que são a sua audiência.

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA

3.º Juízo

ANUNCIO

Faz-se saber que por este Juízo e 1.ª secção (proc.º n.º 540 A/75), correm editos de TRINTA dias, contados da 2.ª e última publicação do presente anúncio, notificando o requerido LUIS MANUEL FREIRE DE MIRANDA COSME, ausente em parte incerta e que teve o seu último domicílio conhecido na Rua Nova de S. Mamede, n.º 17, 1.º, em Lisboa, de que por despacho de 10 de Abril de 1975 foi ordenado o arrolamento requerido por sua ex-mulher Maria Rita Valentim Lapa, sendo-lhe lícito recorrer do mesmo despacho ou embargar o arrolamento decretado, no prazo de OITO dias, decorrido que seja o dos editos, nos termos dos artigos 405.º e 406.º do Código de P. Civil.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1976

O Corregedor
a) Fernando Marques Cordeiro

O Escrivão de Direito
a) António José Moreira

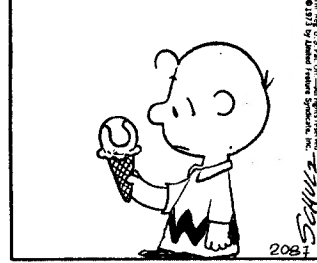
BARES • BOITES

RESTAURANTES
TÍPIOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364899/368197. Tina, Strip-teaseuse.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946



Na PRAIA DE MONTE GORDO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no BEIRAL DAS ANDORINHAS

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEQ.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	—	295\$	—
Cons. 3 %	320\$	320\$	—
Cons. 3 1/2 %	—	350\$	—
Centenários	800\$	800\$	—
Tes. 5 %	—	825\$	—
Tes. 10 %	540\$	540\$	—
Extern. 1.ª - s.	—	450\$	—
Extern. 1.ª - c.	—	450\$	—
Extern. 3.ª - s.	—	450\$	—
Extern. 3.ª - c.	450\$	450\$	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	750\$	—
C.M.L. 5 3/4 %	—	810\$	—
C.P. 5 1/2 %	750\$	750\$	—
C.P. 5 1/2 %	750\$	720\$	750\$
C.P. 5 1/2 %	—	720\$	—
Corr. 5 3/4 %	820\$	820\$	—
Metr. 5 3/4 %	—	830\$	—
Tur. 5 3/4 %	—	830\$	—
C.P. 6 3/4 %	835\$	830\$	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 %	—	700\$	800\$
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 5 %	—	—	—
G. 6 %	—	—	—
G. 6 %	—	820\$	—
G. 7 %	—	850\$	—
H.E.A.A. 5 %	610\$	610\$	—
H.E.C. 5 %	660\$	650\$	—
H.E.C. 6 %	—	785\$	—
H.E.D. 5 %	600\$	—	600\$
H.E.D. 6 %	—	775\$	—
H.E.N.P. 5 %	—	700\$	—
H.E.S.E. 5 %	—	740\$	750\$
H.E.S.E. 6 %	750\$	670\$	—
H.E.Z. 5 %	—	770\$	—
H.E.Z. 6 %	—	660\$	—
N. Elec. 5 %	—	—	630\$
N. Elec. 6 %	—	—	—
Termoel. 5 %	—	—	—
U.E.P. 5 %	—	—	—
U.E.P. 5 %	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	760\$	—
U.E.P. 7 %	800\$	800\$	820\$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 %	—	720\$	—
A.P.T. 5 %	—	700\$	—
Lisnave 6 %	770\$	770\$	—
Nitratos	—	—	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	860\$	—
Sacor 7 %	830\$	825\$	—
Sacor 5 %	—	—	—
Sacor 5 %	—	—	—
Sid. 5 %	—	—	—
Sid. 5 %	—	—	750\$
Sid. 5 %	—	—	—
Socel 5 %	—	850\$	—
R. Fabril	—	830\$	850\$
R. Fabril	—	—	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 %	—	—	—
Rev. 5 %	—	—	—
Moçambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

ROM

SOCIEDADE DE REVESTIMENTOS ORGANOMETÁLICOS, LDA.

com sede no Largo da Igreja de Paranhos, n.º 20, Porto, vem esclarecer os seus fornecedores, clientes e o comércio em geral de que a empresa que gira sob a denominação de ROM (Lisboa) — Sociedade de Revestimentos Organometálicos, Lda. é entidade jurídica inteiramente distinta.

Assim, quaisquer dívidas ou compromissos de ROM (Lisboa) não são da responsabilidade de ROM — Sociedade de Revestimentos Organometálicos, Lda. com sede no Porto.

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado o vento era fraco a moderado de Sudoeste.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA

Máxima 16,0°

F.DE CASTELO RODRIGO

Mínima 04,6°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5°

Atmosfera 8°

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO 10°

P.DOURADAS 10°

COIMBRA 10°

PORTALEGRE 8°

LISBOA 12°

FARO 12°

FUNCHAL 13°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR 7.23

BAIXA-MAR 0.40

PREIA-MAR 19.48

BAIXA-MAR 13.08

Dia 21

8.12 3,8 m

20.40 3,7 m

Dia 22

9.13 3,5 m

21.46 3,5 m

2.30 1,3 m

15.03 1,5 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; o vento era fraco a moderado de Sudoeste; períodos de chuva passando a regime de aguaceiros. Durante a tarde de amanhã períodos de boas aberturas.



AMANHÃ

NAScer ÀS 8.21

OCASO ÀS 19.20



DIA 22

DIA 1

DIA 9

DIA 16

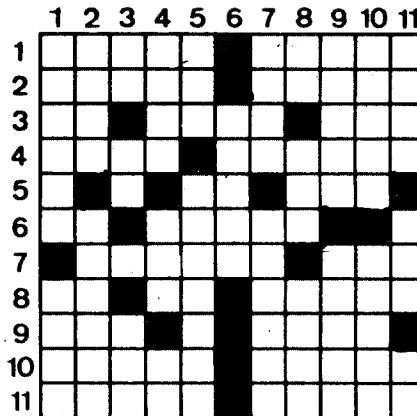
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11301

HORIZONTAIS:

- 1 Mamífero paquiderme. Nome de peixe
- 2 Lavrais. Arejar
- 3 Rádio (s.q.). Ratem. Sufixo que designa pequenez
- 4 Largo de Lisboa. Sacerdotes
- 5 Aqui. Seguias
- 6 Apelido. O mesmo que peixe gato
- 7 Circulai. Mau cheiro
- 8 O lado do vento. Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Produtos
- 9 Armário. Senhoras
- 10 Caixilho. Das mãos a
- 11 Serra de Portugal. Ecoara



VERTICAIS:

- 1 Folhas de videira. Represa de água onde se afoga o linho para curar
- 2 Enfeita. Acudi
- 3 Rádio (s.q.). Pronome pessoal. Oceano
- 4 Ilha do Mar Egeu uma das Espórades. O vencimento diário de um soldado. Preposição
- 5 Sufixo que designa abundância. Enrubesceres
- 6 Afie
- 7 Adição. Zelosos
- 8 Atmosfera. Distrito da antiga Índia Portuguesa. Valor
- 9 Vila e sede de concelho (Aveiro). Ave trepadora
- 10 Pequenos barcos de recreio. Unir por casamento
- 11 Rezas. Ruins. Apelido

Resolva completamente este problema?

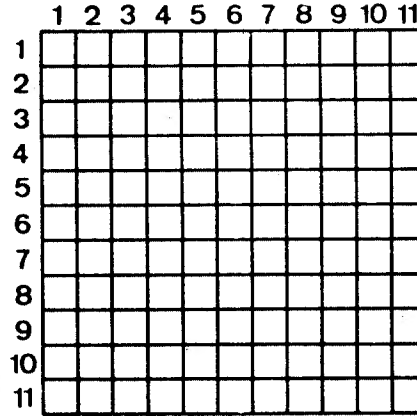
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7461

HORIZONTAIS:

- 1 Expulsar
- 2 Estimar. Primeira das três palavras com que formam o nome de uma freguesia do concelho de Anadia
- 3 Senhor. Cedesse
- 4 Cobalto (s.q.). Designação genérica das plantas herbáceas. Dão pios
- 5 Espírito. Rio da Suíça
- 6 Surgir
- 7 Notaram
- 8 O mesmo que uma (ant. e pop.). Invulgares
- 9 Guarnecem de asas. Lirio
- 10 Nome de homem. Pasceira
- 11 Catafalco. Costumaram



VERTICAIS:

- 1 Reles. Aguce
- 2 Aves semelhantes às pomboas. Eia!
- 3 Utensílio doméstico. Transpirais
- 4 Reuniriam em maço
- 5 Apelido. Prefixo de privação
- 6 Afastarias
- 7 Renque. Isolado
- 8 Suportar. Pronome pessoal
- 9 Pessoa muito parecida com outra. Rebolar
- 10 Rio da Alemanha que nasce no Tirol. Agarrara
- 11 Empreguem. Samário (s.q.). Figura que simboliza o povo americano

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11300

HORIZONTAIS:

- 1 Apar. Caber.
- 2 Calar. Apare.
- 3 Arosa. Sorri.
- 4 Meras. BEM.
- 5 Ac. Mã.
- 6 Res. Rara.
- 7 Arabeta.
- 8 Arfarem. Pá.
- 9 Moirama. Paz.
- 10 Oc. As. Ra. Re.
- 11 Sãos. Carear.

VERTICAIS:

- 1 Acamarlamos.
- 2 PARECE. Roca.
- 3 Alor. Safi.
- 4 Rasar. Raras.
- 5 Oras. Varas.
- 6 O. BEM.
- 7 Casa. Remara.
- 8 Apó. Mat. Ar.
- 9 Bárbara.
- 10 Erre. Pará.
- 11 Reima. FAZER.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7460

HORIZONTAIS:

- 1 Vacas. Amara.
- 2 Icar. Tropas.
- 3 Tato. Éreo.
- 4 Ita. Ar. Ca.
- 5 Montaríamos.
- 6 Arpoas. Rs.
- 7 lam. Era.
- 8 Olon. Abalem.
- 9 Coma. Na. Amo.
- 10 Adiar. Vós.
- 11 Oiros. Salas.

VERTICAIS:

- 1 Vítima. Ócio.
- 2 Acato. Elo.
- 3 Catana. Omar.
- 4 Aro. Irinado.
- 5 Tapa.
- 6 Te. Romanas.
- 7 Arraia. Bara.
- 8 Moeras.
- 9 Apo. Elava.
- 10 Ra. Corremos.
- 11 As. Assamos.

Provérbio: BEM PARECE, O BEM FAZER.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO B-1

TODA A NOITE

AJUDA

Boa Hora, R. dos Quartéis, 25-27 (T.637777)

ALCANTARA

Costa, R. dos Lusíadas, 30 (T.636704)

ALVALADE

Alvalade, Av. da Igreja, 18-A (T.712070); Onilda, Av. João XXI, 13-A

AVENIDAS NOVAS

Dalva, Av. Duque de Ávila, 125 (T.45225)

BAIXA

Cortez, R.S. Nicolau, 93 (T.325378)

BELEM

Bom Sucesso, R. Bartolomeu Dias, 63-A (T.611454)

BENFICA

Progresso, E. da A-da-Maia, 64-C (T.702226)

CAMINHOS DE FERRO

Alves de Carvalho, R. Vale de Santo António, 7-9 (T.840125)

LAPA

Mota Capitão, R. de S. Félix, 45-A/B (T.660720)

OLIVAIS

Central dos Olivais, R. Afonso Barrilero Ruas, 7-C (Olivais Norte) (T.315539)

REGO

Prates e Mota, R. da Beneficência, 91 (T.773728)

TURNO B-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA

Cruz de Malta, L. Chafariz de Dentro, 36 (T.666126)

AMOREIRAS

Amoreiras, P. das Águas Livres, 8-D (T.681154)

ARCO

Providência, R. D. Filipe de Vilhena, 9-C (São Bairro Social) (T.770324)

AREIRO

Gasparinho, R. Dr. Gama Barros, 54-A (T.710465)

ARROIOS

Brasil, R. Alves Torgo, 29-33 (T.46843)

BAIXA

Brites Moita, R. da Alegria, 33 (T.321149)

BENFICA

Sousa, E. de Benfica, 429-431 (T.780027)

CAMPO DE OURIQUE

Ourique, R. Freitas Gazul, 23-B (T.671667)

CONDE REDONDO

Saluz, R. Luciano Cordeiro, 73 (T.42239)

LUMIAR

S. Tomé, E. do Desvio, lote 12-C (T.790704)

PICHELEIRA

Mariz, C. da Picheleira, 140-B/C (T.720703/728395)

POÇO DO BISPO

Barros Gouveia, R. Vale Formoso de Cima, 79-B (T.382180)

S.BENTO

Valnetim, R. Poço dos Negros, 88-90 (T.679453)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Miraflores, R. António Granjo, 2 (T.213161)

CAXIAS

Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Até às 22 horas

O-IRAS

Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.243089). Toda a noite

NOVA O-IRAS

Leal, Até às 22 horas

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. S. Boia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE

Macao, R. Elias Garcia, 60-C (T.2471785). Toda a noite

AMOREIRA

Amoreira, Até às 22 horas

ESTORIL

Marques dos Santos, R. Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite

CASCAIS

Nova, E. de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 22 horas

MARGINAL

Marginal, Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019); Fátima, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)

DAMAIA

Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)

VENDA NOVA

Nova, R. Elias Garcia, 10 (T.972530)

QUELUZ

Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)

CACÉM

Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS

Químia, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T.980456)

SINTRA

Misericórdia, Vila (T.2930391)

COLARES

Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T.34137)

ALHOS VEDROS

Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)

ALMADA

Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T.2750271)

BAIXA DA BANHEIRA

Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T.2040141)

BARREIRO

Soares, Av. da República, 1 (T.2073023)

COVA DA PIEDADE

Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (T.2764466)

MOITA

Silva Rocha, P. da República, 16 (T.239029)

MONTUJO

Montepio, R. Almirante Reis, 93 (T.2310035)

SESIMBRA

Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)

SETUBAL

Oliveira, L. da Misericórdia (T.22488); Louro, R. Frei António Chagas, 24-A (T.24491)

SEIXAL

Godinho, L. da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 30

ATÉ ÀS 22 HORAS

Costa Cabral, R. d. Costa Cabral, 1832, Fonte da Moura, R. de Tânger, 1463; Barros, R. do Bonjardim, 1292

Fátima, R. de Oliveira Monteiro, 475; Garantia, R. Fernandes Tomás, 696; Sá, R. Vale Formoso, 181; Sarabando, L. dos Lóios, 36

TODA A NOITE

Batalha, P. d. Batalha, 26; Campo, P. da República, 118; Invicta, R. do Bonfim, 330; Mira Paulo, R. de Castelo de Numão, 37

COIMBRA

Baptista, P. da República, 10 (T.23747); Estádio, R. do Brasil, 348 (T.24410); Miranda, P. do Comércio, 41 (T.23261)

cinemas

cinemas

cinemas

CASTIL

T.530194 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

AS INSACIAVEIS

com Dorothy Malone

Realização de Alberto Martino

Ante-estreia, amanhã, às 18.00

Não acons. a men. de 18 anos

LEONOR

IMPÉRIO

T.555134 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

A epopeia de um povo...

Que salvaram uma nação!

67 DIAS

Panavision

Que salvaram uma nação!

ROYAL

T.865037 15.15 e 21.15

Não acons. men. de 13 anos

O PROFESSOR NUDISTA

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.20

Não acons. men. de 18 anos

CAMILÉ 2000

A vida difícil de uma p. da alta roda

VOX

T.720808 15.15, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O MALUQUINHO DO SEXO

Um filme de Marco Vicário

ROMA

T.727778 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

AS INSACIAVEIS

com Luciana Paluzzi e Robert Hoffman

2.ª Semana

D. JOÃO V

DAMAIA

21.00

Interdito a men. de 18 anos

PRIMEIRA ENTREGA

DE UMA MULHER CASADA

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos

UM ESPADA PARA HOLLYWOOD

Um filme de Frank Tashlin

3.ª Semana

com Jerry Lewis e Dena Martin

EDEN

T.320768 14.16.30.19 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

O PADRINHO DE HARLEM

Um filme de Larry Cohen

ODEON

T.326283 15.15, 18.15 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

13.ª Semana e última

COMO CAÇAR UM MARIDO

A comédia de sexo e de pecado à solta

Um festival de malandrices «secretas»

Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA

9.ª Semana

Hoje às 24.00 (G.D. - 18 anos)

AMOR LOUCO

CASINO ESTORIL

T.264621 17.15 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

O JUSTICEIRO DA NOITE

S. JORGE

T.54153/4 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A SÉTIMA ALVORADA

2.ª Semana

Uma história de amor e aventura

RESTELO

T.610375 21.00

Interdito a men. de 18 anos

TARZOON; AVERGONHADASELVA

AVIS

T.47163 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos (M de 6 anos)

OS MALUCOS VÃO À GUERRA

13.ª Semana

Amanhã mesmo programa

CARLOS MANUEL

T.2930394 15.00 e 21.00

Não acons. a men. de 13 anos

A INJUSTIÇA DA JUSTIÇA

ESTÚDIO

T.555135 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

A FILHA DO GUARDA DA PAS-SAGEM DE NIVEL

4.ª Semana

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

O RALLYE DAS GOZONAS

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

9.ª Semana

MUNDIAL

T.538743 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. men. de 18 anos

O VENTRE DE DEBORAH

UNIVERSAL

T.774402 17.00 e 21.00

Não acons. a men. de 18 anos

SANGUE DE CONDOR

As 15.00 e 23.00

Não acons. a men. de 13 anos

QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA

As 19.00 Não acons. a men. 13 anos

A CORAGEM DO POVO

Não acons. a men. de 13 anos

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45

Não acons. a men. de 13 anos

Ele aí está — tremendo — Bud Spencer

O INSPECTOR MARTELADA

BERNA

T.776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

HENNESSY

(O Militante)

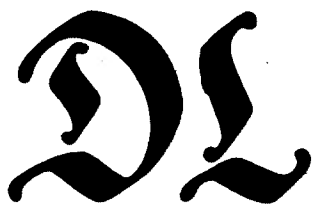
5.ª Semana

um filme de Don Sharp

LONDRES

T.801313 14.15, 18.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 105, 1.º, 2.º
TELEF. 66431/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SONHADO, 44
TELEF. 321154/5, 328211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. BANDA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

PIRES VELOSO CATEGÓRICO

Militares garantirão eleições livres

PORTO, 20 — «Pretendemos uma democracia e não uma ditadura seja qual for o seu sinal e que seja assim respeitada a vontade da maioria do povo português», sublinhou o comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro Pires Veloso, durante a visita ao destacamento do R. A. S. P. em Pena-

fiel.

Pires Veloso referiu-se nomeadamente a questões de «disciplina, dever e patriotismo» dos militares à realização das próximas eleições. A este propósito diria: «Teremos de ser nós militares em especial o garante de que elas sejam realmente livres».

Sérvulo Correia

trata do recenseamento

O secretário de Estado de Emigração, dr. Sérvulo Correia, deu, ontem, uma conferência de Imprensa, na Embaixada de Portugal em Paris, em que se referiu, entre outros pontos, à importância atribuída às acções demonstradas pelos emigrantes, quer através das suas associações, quer individualmente, na sua vontade constituírem parte importante do processo político português. O secretário de Estado da Emigração — cuja viagem é considerada, por alguns observadores, de eleitoralista — referiu as operações de recenseamento e a extensão do direito a voto a todos os cidadãos residentes no estrangeiro como forma concreta de «participação dos emigrantes na nossa política interna».

Relativamente aos acordos

de emigração entre Portugal e a França, o dr. Sérvulo Correia afirmou ser disposição do Governo Português «negociar condições de vida e de trabalho para os emigrantes e suas famílias com o objectivo de obter a promoção cultural e económica dos trabalhadores» ultrapassando, assim, as limitações anteriores dos acordos de emigração que se limitavam a aspectos operacionais e datam de antes do 25 de Abril.

Na próxima segunda-feira está prevista a realização de um almoço na Embaixada de Portugal onde o secretário de Estado da Emigração se encontrará como o secretário de Estado encarregado dos trabalhos emigrados, Paul Djoud e alguns membros dos seus gabinetes.

ASSALTO A BANCO EM MOSCAVIDE

Falta de alarme

"custou" 200 contos

Sem telefone, devido a um atraso dos T.L.P., e sem sinal de alarme, os funcionários do Banco da Agricultura, em Moscavide, assistiram silenciosos e impotentes à acção de cinco desconhecidos que, em menos de cinco minutos, esvaziaram o cofre forte de duzentos contos, depois de terem frustrado a fugaz tentativa de resistência do gerente da agência, com uma coronhada na cabeça.

Eram 15 horas da tarde de ontem quando, armados com uma G3, uma pistola metralha-

dora e uma pistola ligeira, os assaltantes se apresentavam, embuçados com máscaras ou meias de mulher. Após o assalto, fugiram pela Avenida Infante D. Henrique, num Datsun cor de mel e de matrícula FI-37-78, cujo paradeiro, os investigadores da Polícia Judiciária, apesar das diligências efectuadas, ainda não tinham conseguido detectar até esta manhã.

Em Março de 1974, aquela dependência já fora assaltada por outro bando armado que levava então 105 contos.

P.J. INVESTIGA

MORTE DE DOIS ALEMÃES

Os corpos de dois alemães, um homem e uma mulher, que apareceram mortos num quarto de um hotel da linha do Estoril, serão autopsiados esta tarde, a fim de determinar as causas da morte.

Identificados como Erich Merchior, de 31 anos, técnico de electrónica, e Gabrielle Hoshitz, de 27, hospedeira da «Lufthansa», e ambos trabalhando para aquela companhia aérea no aeroporto de Francoforte, os alemães encontravam-se hospedados naquele hotel há uma semana.

Quando os corpos foram descobertos estavam nus: Gabrielle encontrava-se deitada numa cama, e Erich, estava deitado no chão com a cabeça tapada por uma almofada. Nenhum dos cadáveres, segundo

o comandante da P. S. P. de Cascais, capitão Martins Mendonça, apresentava quaisquer vestígios de lesões, o que parece excluir a hipótese de crime. A existência de comprimidos à cabeceira da cama é uma das muitas achegas para que as causas das suas mortes possam ser desvendadas.

No entanto, serão os resultados das autópsias, a efectuar no Instituto de Medicina Legal, que podem ser conhecidos hoje à tarde, a determinar se ambas as mortes se devem, ou não, à ingestão, em excesso de barbitúricos.

A Embaixada da República Federal Alemã já recebeu os haveres dos dois alemães, sobretudo os que não foram considerados necessários para as investigações em curso.

Vamos comer pão mais caro?

Em reunião com os representantes dos órgãos da Informação, membros de uma comissão representativa dos Sindicatos dos Trabalhadores da Panificação denunciaram, ontem, manobras patronais destinadas a elevar o preço do pão para 18\$00 o kg.

De acordo com as informações prestadas, já teria sido entregue no Ministério do Comércio Interno um pedido nesse sentido. Os trabalhadores da Panificação revelaram ainda que o Ministério do Trabalho se confessou impotente para impor o novo horário de trabalho em todo o País e que lhes

não foi possível, até agora, contactar senão com um oficial ligado ao Conselho da Revolução sobre o assunto.

Em contacto com o Instituto dos Cereais, foi-nos dito que um eventual aumento do preço do pão teria de passar por uma cuidada análise do Governo e, em qualquer caso, nunca seria para já. Além disso, e considerando que o encarecimento se justifica (aumentou o preço do trigo e o custo da mão-de-obra, com reflexos nas farinhas e no pão) a diferença poderia vir a ser coberta através da política de subsídios e, portanto, sem prejuízo directo do consumi-

dor. Encontrar-se-ia, deste modo, um «preço político».

Recorda-se que, actualmente, são os seguintes os preços do pão: 12\$00/quilo do pão de primeira e 5\$50 o de segunda, este último altamente subsidiado.

BROA MAIS CARA NO PORTO

Aumentou em 1\$50 por kg o preço da broa no Porto desde o início da semana, passando o preço de 5\$00 para 6\$50. Atribui-se este facto ao aumento do preço da farinha de milho verificado há meses.

Nova guerra em Angola depende da África do Sul

LUANDA, 20 (pelo enviado especial da agência France Press, Pierre Zanin) — Depois da vitória do M.P.L.A. sobre os «movimentos» rivais — a F.N.L.A., no Norte, e a U.N.I.T.A., no Sul — o fim ou a continuação da guerra em Angola depende apenas, hoje, da «incógnita» sul-africana, conclui-se, de um modo geral, na capital angolana.

As acções de guerrilha anunciadas pela U.N.I.T.A. são qualificadas de «fanfarrônicas», pelos círculos oficiais da capital da República Popular.

A verdade é que, do ponto de vista militar, as únicas forças armadas organizadas que continuam em Angola são as do movimento de Agostinho Neto e as tropas sul-africanas, estas no sul de Angola.

As forças da R.P.A., depois das suas vitórias, de Moçamedes e Lubango parecem ter parado numa linha situada ao sul dessas cidades. Oficialmente, esta paragem deve permitir-lhes uma reorganização. Pode-se, pois, pensar que os dois exércitos estão separados, hoje, por menos de 200 km.

A posição do Governo de Luanda, reafirmada, ontem numa declaração da comissão política do M.P.L.A., é clara: a guerra continuará enquanto o último soldado sul-africano não tiver deixado o solo angolano. Perigo de guerra? Ninguém a deseja em Luanda.

Quanto aos interesses sul-africanos em Angola, o ministro dos Negócios Estrangeiros não excluiu a hipótese de os discutir, numa entrevista dada a semana passada a quatro jornalistas franceses.

Proibida em Angola a actividade da F.N.L.A. e U.N.I.T.A.

Com a consolidação progressiva do controlo administrativo sobre todas as províncias angolanas, o Governo do M.P.L.A. acaba de proibir, em todo o território, as actividades da F.N.L.A. e da U.N.I.T.A., bem como da F.L.E.C., no enclave de Cabinda. As autoridades do M.P.L.A. anunciam ainda que as tentativas para fazer reviver a acção destes «movimentos» serão severamente punidas. «Os soldados das F.A.P.L.A. serão implacáveis com todo aquele que persista em apoiar os bandidos e assassinos que deixaram atrás de si a morte e a desola-

ção», previne a direcção do M. P. L. A.

Numa declaração do seu «bureau» político, o M.P.L.A. apela ainda «para todos os patriotas que foram enganados por essas organizações fantoches para que se reintegrem na comunidade nacional e participem na grandiosa obra de reconstrução das ruínas causadas pela opressão colonialista e pela agressão imperialista».

Nesta declaração, o M.P.L.A. exige a retirada imediata e total das «forças agressoras sul-africanas» do território angolano, garantindo, por outro lado, que a República Popular de Angola não praticará qualquer sorte de agressão contra os estados vizinhos.

"Jornal Novo"

Torquato da Luz director por dias

O jornalista Torquato da Luz, director interino do «Jornal Novo», deverá manter-se no cargo até segunda-feira, a pedido. O pedido foi formulado por colegas da Redacção que procuram contornar as dificuldades surgidas com a nova crise aberta naquele vespertino.

Hoje, os trabalhadores do «JN» deverão reunir em plenário para eleger o Conselho de Redacção e, porventura, propor novos nomes para o

cargo directivo do jornal ou confirmar os nomes indicados pela Administração: Proença de Carvalho e Martins Garcia.

Recorda-se que a passagem meteórica de Torquato da Luz pela direcção do «Jornal Novo» era prevista, já que só aceitara desempenhar aquelas funções em regime de interinidade. Questões de saúde obrigam-no, agora, a desistir de um lugar ocupado anteriormente por Artur Portela Filho.

Dissidências na F.S.P.

«Uma decisão difícil e amadurecida» — assim falam cinco militantes da F.S.P. que acabam de abandonar a organização, num texto a propósito emitido, que eles subscrevem em nome de cerca de vinte dissidentes. «Numericamente somos duas dezenas — dizem.

Politicamente representamos o estado de espírito da maioria dos camaradas que de norte a sul do País se empenharam na F.S.P. e lutaram pela ideia que presidiu à sua fundação, mas se viram progressivamente desenquadrados, esquecidos e frustrados.»

O texto é subscrito por Abílio Mendes, Avelino Rodri-

gues, António Miranda, António Vitorino e Luís Monteiro. «A verdadeira razão da nossa atitude está contida na proposta de projecto político que elaborámos e que tentámos em vão discutir dentro da F.S.P.». Resumindo, os dissidentes afirmam que a F.S.P. não tem um projecto político original. E, não o tendo, «agiu por imitação ou por ricochete», isto é, «imitou-se a macaquear as posições reformistas do P.C.P. ou a denunciar as posições reacçãoárias do P.S.».

Noutro passo: «Somos por fidelidade a um projecto socialista revolucionário que esta organização não soube pôr em prática».

3 tome

PALMARÉS

O dr. António Marques, indigitado pelo Belenenses, primeiro para a tesouraria e agora para a presidência da Federação Portuguesa de Futebol, nem sempre esteve ligado aos assuntos da bola. Entre outras actividades, foi chefe de posto na Guiné (1940); chefe do posto, secretário de Circunscrição e Administração de Circunscrição em Moçambique (1941 a 1961); Intendente, chefe de serviços da Administração Civil e chefe dos serviços Educativos, em São Tomé (1963); Inspector administrativo, em Angola (1964).

MPLA É SOCIAL-DEMOCRATA

Não há contradição entre o MPLA e as sociais-democracias europeias. O auxílio que a República Federal Alemã e outros países social-democratas europeus concederam até há pouco à F.N.L.A. e UNITA, ao lado da China, é pura ilusão. E ilusão é também o terro que a expressão poder popular inspirou aos imperialistas de Washington e aos racistas de Pretória, levando-os a desencadear uma bárbara agressão contra o Povo angolano.

Esta a conclusão que se tira de uma leitura, atenta, do «Proletário Vermelho» e da sua afirmação, despuddorada, de que «o MPLA é um movimento de direcção social-democrata» e que os seus líderes «são refinadíssimos burgueses».

Claro que, diz o «Proletário Vermelho», «isto não é grave», uma vez que os seus redactores parecem nada ter contra a burguesia. O grave, é o MPLA ter conduzido o Povo angolano a uma das mais espectaculares e humilhantes derrotas já sofridas pelo imperialismo e seus lacaios.

A PALAVRA OMISSA

A partida para o Funchal, ontem, Pinheiro de Azevedo fez declarações e dirigiu uma mensagem ao público (para com quem disse que tem uma dívida). Então disse-se «optimista e convencido de que somos capazes, sozinhos, de construir uma verdadeira sociedade pluralista e democrática» e esperar que o povo, «quando for soberano, saiba escolher o caminho que eu espero seja a via socialista». Omitiu a palavra «revolução». Merece um aplauso pela sua continência ou discreção verbal — um aplauso tanto mais justificado quanto outros continuam a utilizar, nos seus discursos a palavra que do Primeiro-Ministro esteve omissa. Naverdade, já vai sendo tempo de aqueles que falam pesadamente minimamente aquilo que certas palavras significam.